Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Estudos Sociais e Políticos

Alexandre Alves Pinto

Política orçamentária no estado do Rio de Janeiro: governos Rosinha e Cabral (2003-2010)

Rio de Janeiro
2016

Alexandre Alves Pinto

Política orçamentária no estado do Rio de Janeiro: governos Rosinha e Cabral (2003-2010)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.ª Dra. Argelina Maria Cheibub Figueiredo

Rio de Janeiro

2016

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA IESP

P659 Pinto, Alexandre Alves.
Política orçamentária no Estado do Rio de Janeiro: governos Rosinha e Cabral (2003-2010) / Alexandre Alves Pinto. – 2016.
146 f.

Orientador: Argelina Maria Cheibub Figueiredo.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Administração financeira – Teses. 2. Orçamento - Rio de Janeiro (Estado) – Teses. 3. Ciências Políticas – Teses. I. Figueiredo, Argelina Maria Cheibub. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 378.245

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Alexandre Alves Pinto

Política orçamentária no estado do Rio de Janeiro: governos Rosinha e Cabral (2003-2010)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 08 de dezembro de 2016.

Banca Examinadora:

_____
Prof.ª Dra. Argelina Maria Cheibub Figueiredo (Orientadora)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

_____
Prof. Dr. Fabiano Guilherme Mendes Santos
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

_____
Prof. Dr. Fernando Henrique Eduardo Guarnieri
Instituto de Estudos Sociais e Políticos – UERJ

_____
Prof.ª Dra. Celina Maria Souza
Universidade Federal da Bahia

_____
Prof. Dr. Luís Felipe Guedes da Graça
Universidade Federal de Santa Catarina

Rio de Janeiro

2016

AGRADECIMENTOS

À CAPES pela bolsa de estudos concedida durante o curso.

À Profª. Doutora Argelina Cheibub Figueiredo, pela orientação, pelo incentivo, pelo exemplo intelectual e pelo seu elevado valor humano ao não me abandonar e por continuar acreditando em mim em momentos que nem mesmo eu acreditava.

Aos Professores Doutores Fabiano Guilherme Mendes Santos, Fernando Henrique Eduardo Guarnieri, Celina Maria Souza e Luís Felipe Guedes da Graça por me honrarem participando na banca desta tese.

A todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui.

RESUMO

PINTO, Alexandre Alves. *Política orçamentária no estado do Rio de Janeiro: governos Rosinha e Cabral (2003-2010).* 2016. 146f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

Este trabalho é um estudo sobre a política orçamentária e as relações entre o Executivo e o Legislativo no estado do Rio de Janeiro. Os estudos atuais sobre as relações entre os poderes e sobre o processo orçamentário são direcionados à esfera federal e, dadas as variações institucionais e políticas, não podem ser automaticamente aplicados aos estados. O desenvolvimento desta pesquisa visa contribuir para o preenchimento de parte da lacuna deixada pela Ciência Política brasileira diante da escassez de trabalhos sobre a política orçamentária nos estados. Trabalharemos com dados de 2003 a 2010 e procuramos verificar o grau de aproximação ou distanciamento que a experiência do estado do Rio de Janeiro apresenta com relação à experiência nacional recente, apontada nos trabalhos de Figueiredo e Limongi (2002, 2005, 2008). A pesquisa também pretende verificar se há relação entre a execução das emendas individuais dos deputados estaduais ao orçamento e o apoio aos projetos do governo e, também, qual o impacto das relações entre o Executivo e o Legislativo na definição do gasto público. Esta análise levará em conta não apenas o aspecto orçamentário, mas também a formação das coalizões de governo e a disciplina dos partidos na Alerj. O período estudado abrange dois governos distintos: Rosinha Garotinho, 2003-2006 e Sérgio Cabral, 2007-2010.

Palavras-chave: Processo orçamentário. Relações Executivo-Legislativo. Estado do Rio de Janeiro.

ABSTRACT

PINTO, Alexandre Alves. *Budget policy in the state of Rio de Janeiro: governments Rosinha and Cabral (2003-2010)*. 2016. 146f. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

This work is a study about the budget policy and the relations between the Executive and the Legislative in the state of Rio de Janeiro. Current studies on the relations between powers and the budget process are directed at the federal level and, given the institutional and political variations, can not be automatically applied to the states. The development of this research aims to contribute to the filling of part of the gap left by the Brazilian Political Science in the face of the scarcity of works on the budgetary policy in the states. We will work with data from 2003 to 2010 and try to verify the degree of approximation or distance that the experience of the state of Rio de Janeiro presents in relation to the recent national experience, pointed out in Figueiredo and Limongi (2002, 2005). The research also intends to verify if there is a relation between the execution of the individual amendments of the state deputies to the budget and the support to the government's projects and also the impact of the relations between the Executive and the Legislative in the definition of the public expenditure. This analysis will take into account not only the budgetary aspect, but also the formation of government coalitions and party discipline in Alerj. The period studied covers two distinct governments: Rosinha Garotinho, 2003-2006 and Sérgio Cabral, 2007-2010.

Keywords: Budget process. Executive-Legislative Relations. Rio de Janeiro state.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de Execução orçamentária, valores liquidados, em %, 2003-2010

Gráfico 2.1 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de g

Gráfico 2.2 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de g

Gráfico 2.3 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de g

Gráfico 2.4 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de g

Gráfico 2.5 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de g

Gráfico 2.6 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de g

Gráfico 2.7 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de g

Gráfico 2.8 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de g

Gráfico 3.1 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao g

Gráfico 3.2 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao g

Gráfico 3.3 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao g

Gráfico 3.4 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao g

Gráfico 3.5 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposiçã
2007

Gráfico 3.6 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao g

Gráfico 3.7 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao g

Gráfico 3.8 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao g

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Resultado das eleições para governador, 1982-2010. 29
Tabela 2 - Principais partidos na Alerj, 1982-2010. 38
Tabela 3 - Número de partidos efetivos e fracionalização partidária. Assembleia Legislativa, 1982 – 2010. 40
Tabela 4 - Quantidade de Secretarias Estaduais por Governo 2003-2010. 48
Tabela 5 - Despesa proposta e aprovada no orçamento anual de 2003-2010. Em R$. 52
Tabela 6 - Emendas apresentadas à Comissão de Orçamento (COFFFC) Projetos de Lei Orçamentária Anual 2003-2010. 54
Tabela 7 - Margem de transposição, remanejamento ou transferência integral ou parcial de dotações orçamentárias (2003-2010) 55
Tabela 8 - Variação entre o orçamento proposto e o orçamento aprovado por GND - 2003/2006. 59
Tabela 9 - Variação entre o orçamento proposto e o orçamento aprovado por GND - 2007/2010. 59
Tabela 10 - Variação da despesa total por função - proposto/aprovado 2003-2010. 62
Tabela 11 - Variação proposto/aprovado da despesa total por órgão - 2003-2004. 64
Tabela 12 - Variação proposto/aprovado da despesa total por órgão - 2005-2006. 66
Tabela 13 - Variação proposto/aprovado da despesa total por órgão - 2007. 69
Tabela 14 - Variação proposto/aprovado da despesa total por órgão – 2008-2010. 70
Tabela 15 - Distribuição dos recursos orçamentários por grupos de natureza de despesa (GNDs). Despesas Aprovadas, 2003-2006 (em %) 72
Tabela 16 - Distribuição dos recursos orçamentários por grupos de natureza de despesa (GNDs). Despesas Aprovadas, 2007-2010.(em %) 73
Tabela 17 - Taxa de execução dos recursos por GND – despesas liquidadas (2003-2006). 74
Tabela 18 - Taxa de execução dos recursos por GND – despesas liquidadas (2007-2010). 75
Tabela 19 - Taxa de execução* dos Investimentos do Poder Executivo, por Função – despesas liquidadas- %, (2003-2006). 80
Tabela 20 - Taxa de execução* dos Investimentos do Poder Executivo, por Função – Despesas Liquidadas (2007-2010). 81
Tabela 21.1 - Votações nominais por autor da proposição. 88
Tabela 21.2 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Partidos da coalizão de governo Rosinha. 89

Tabela 21.3 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Partidos de oposição ao governo Rosinha. 90
Tabela 21.4 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Partidos da coalizão de governo Cabral. 91
Tabela 21.5 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Partidos de oposição ao governo Cabral. 91
Tabela 21.6 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Com encaminhamento de voto pelo Líder do Governo. Partidos da coalizão de governo Rosinha 92
Tabela 21.7 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Com encaminhamento de voto pelo Líder do Governo. Partidos de oposição ao governo Rosinha. 92
Tabela 21.8 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Com encaminhamento de voto pelo Líder do Governo. Partidos da coalizão de governo Cabral. 93
Tabela 21.9 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Com encaminhamento de voto pelo Líder do Governo. Partidos oposição ao governo Cabral. 94

LISTA DE SIGLAS

Alerj – Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

COFFFC – Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle

EC – Emenda Constitucional

GND – Grupo de Natureza de Despesa

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBOPE – Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA – Lei Orçamentária Anual

PPA – Plano Plurianual

SEFAZ – Secretaria de Estado da Fazenda

SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão

TCE – Tribunal de Contas do Estado

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

LISTA DE SIGLAS DE PARTIDOS POLÍTICOS

DEM - Democratas

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PFL – Partido da Frente Liberal (Atual DEM)

PGT – Partido Geral dos Trabalhadores

PL – Partido Liberal (Atual PR)

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PMN – Partido da Mobilização Nacional

PP – Partido Progressista

PPB – Partido Progressista Brasileiro (Atual PP)

PPS – Partido Popular Socialista

PR – Partido da República

PRP – Partido Republicano Progressista

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PSC – Partido Social Cristão

PSD – Partido Social Democrático

PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira

PST – Partido Social Trabalhista

PT – Partido dos Trabalhadores

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PTC - Partido Trabalhista Cristão

PV – Partido Verde

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	A LITERATURA SOBRE RELAÇÕES EXECUTIVO-LEGISLATIVO NO BRASIL	17
1.1	Relações Executivo-Legislativo no Nível Nacional	17
1.2	Relações Executivo-Legislativo nos Estados	21
2	ELEIÇÕES E O SISTEMA PARTIDÁRIO NO ESTADO RIO DE JANEIRO	29
2.1	As eleições e o sistema partidário	29
2.2	Coalizões de Governo no Estado do Rio de Janeiro (2003-2010)	41
3	O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	48
4	DISCIPLINA PARTIDÁRIA, EMENDAS INDIVIDUAIS E APOIO AO GOVERNO	87
4.1	Disciplina partidária e apoio ao governo	88
4.2	Execução orçamentária e apoio ao governo.	94
	CONCLUSÃO	112
	REFERÊNCIAS	114
	ANEXO A – EMENDAS INDIVIDUAIS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS	119

INTRODUÇÃO

Em 18 de agosto de 2004, num discurso em plenário da Alerj, o deputado estadual José Nader (PTB), bradava:

> *"Digo mais: abro mão, Sr. Presidente, como tenho certeza de que todos os meus colegas Srs. Deputados também, das emendas de um milhão de reais que a Sra. Governadora combinou com os Srs. Deputados para que fosse aprovado o Orçamento. S. Exa. não tem compromisso nem com o povo e nem com os Srs. Deputados. Essa emenda de um milhão de reais ninguém viu". (Dep. Estadual José Nader – PTB, discurso em plenário, 18-08-2004).*

A contundência desse discurso pouco impressionava os visitantes que ocupavam as gerais do plenário da Alerj. Afinal, discursos contundentes são comuns entre os políticos. Por outro lado, nos perguntamos sobre o que está por trás desse discurso, ou seja, como se dá essa relação entre os governadores e os deputados estaduais no processo orçamentário. É dessa forma definida pelo deputado que discursava em plenário? Se essa pergunta fosse feita em relação ao orçamento federal, a resposta já estaria pronta com a leitura de Figueiredo e Limongi (2008). Entretanto, quando tratamos da política estadual não sabemos qual o grau de aproximação ou distanciamento existente entre a experiência estadual e aquela abordada por estes autores de forma minuciosa e competente sobre a política orçamentária no presidencialismo de coalizão.

Muitas vezes encaramos tarefas e projetos sem termos a noção exata da sua envergadura. Tratar de qualquer tema na ciência política brasileira que verse sobre a política estadual, na maioria das vezes significa construir algo realmente novo. Em alguns novos campos de estudo que se abrem, encontramos referências na literatura, conexões, dados prévios sobre outros aspectos dos quais dependem a dimensão estudada. Tratar de política orçamentária nos estados brasileiros é uma dessas tarefas que demandam um duplo esforço. Primeiro dar conta do tema proposto, o que é óbvio. Segundo, precisamos produzir um conjunto de dados e informações, sem os quais não há como discutir o tema proposto. No nosso caso, escolhemos o processo orçamentário no estado do Rio de Janeiro. Até porque, uns cinco anos após o discurso em plenário apontado acima, nos deparamos com seguinte declaração da deputada estadual Cidinha Campos (PDT) no link de notícias do site da Alerj:

> *“O governador é o primeiro, em 20 anos, que dá as emendas indiscriminadamente para todos os partidos. Em duas décadas, nenhum governador deu, aprovou ou cumpriu nenhuma emenda que eu tivesse feito, a não ser esse” (Dep. Estadual Cidinha Campos – PDT, Alerj Notícias, sobre a entrega de equipamentos hospitalares adquiridos via emendas. 09-12-2009).*

Este discurso aconteceu no primeiro governo de Sérgio Cabral, enquanto o outro foi no segundo ano do mandato da governadora Rosinha Garotinho. Momentos diferentes, deputados diferentes e discursos diferentes, mas ambos sobre a mesma coisa: o processo orçamentário no estado do Rio de Janeiro. Estas diferenças por mais instigantes que sejam, não são suficientes para justificar a nossa escolha, porém, no período selecionado o estado do Rio de Janeiro apresentava as seguintes características: dois governos distintos em relação à formação de suas coalizões de governo e vivendo momentos econômicos também distintos. Também devemos levar em conta que o estado do Rio de Janeiro é a segunda economia do país (IBGE, 2013) e que estudos recentes apontam que a relação da Alerj com o Poder Executivo é diferente nos dois governos com um alto número de vetos derrubados no governo Rosinha, especialmente no seu primeiro ano de governo (Graça e Santos, 2009).

Além disso, a transparência de dados sobre a execução orçamentária é recente e somente são disponibilizados dados orçamentários a partir de 2002, o que nos permite um recorte temporal a partir de 2003 no governo Rosinha, avançado até 2010 com o governo Cabral. Os poucos estudos existentes sobre a Alerj concentram o seu foco na produção legislativa. Sobre o Poder Executivo e o processo orçamentário, salvo o trabalho de Pinto (2010) que analisa a execução orçamentária dos programas do Plano Plurianual (PPA) nos anos de 2005 e 2006, não encontramos estudos mais amplos sobre o tema. Há uma lacuna deixada por estes estudos, especialmente no que tange ao processo orçamentário.

Esta tese visa preencher parte dessa lacuna não só por investigar o processo orçamentário e, consequentemente, a relação entre os poderes Executivo e Legislativo sob essa ótica, mas também pelo conjunto de informações institucionais que o estudo do processo orçamentário necessita e que acabamos de gerar. Dessa forma, esta tese também amplia o conhecimento sobre os estudos legislativos e instituições políticas, no Brasil, porque também aborda a formação das coalizões de governo e a disciplina partidária no estado do Rio de Janeiro.

Além da introdução e conclusão, a tese está dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo trata da literatura sobre as Relações Executivo-Legislativo no Brasil, dividindo-a em duas partes. A primeira sobre as relações Executivo-Legislativo no nível nacional e a segunda parte sobre as relações Executivo-Legislativo nos Estados.

O segundo capítulo, também dividido em duas partes trata do sistema partidário e das coalizões de governo no estado do Rio de Janeiro. Na primeira parte são levantados dados sobre as eleições majoritárias e proporcionais desde a eleição de 1982 até o ano de 2010. Os principais partidos envolvidos na disputa eleitoral, seus resultados, bem como alguns importantes indicadores são apresentados. Na parte dedicada às Coalizões de Governo apresentamos o resultado de um levantamento do secretariado, ou seja, do primeiro escalão do governo por meio da verificação da filiação partidária dos nomeados pelo governador do estado. A partir daí, verificamos as variações na composição partidária dos governos Rosinha e Cabral.

O terceiro capítulo dedica-se exclusivamente ao processo orçamentário. Mostra como é composto o orçamento, os tipos de classificação da despesa pública, as principais regras constitucionais para as alterações feitas pelo Legislativo. As diferenças intraorçamentárias e as variações resultantes das alterações ao projeto de lei orçamentária anual também fazem parte do foco desse capítulo. São abordados todos os anos do período estudado, levando em conta os valores nominais e atualizados, quando necessário.

O quarto e último capítulo é literalmente dedicado ao seu titulo: “Disciplina partidária, emendas individuais e apoio ao governo”. Dividido em duas partes, com a primeira apontando os indicadores de disciplina partidária para os principais partidos da assembleia legislativa. A segunda parte trata da execução das emendas individuais dos investimentos do governo do estado do Rio de Janeiro, nos dois primeiros anos de cada governo e o apoio às proposições do Executivo votadas nominalmente pelo Legislativo.

Na conclusão revisamos e especificamos os resultados da tese. Esperamos, dessa forma, ter contribuído para lançar luz sobre o processo orçamentário no estado do Rio de Janeiro e de como o aprofundamento do nosso conhecimento sobre o orçamento público nos ajuda compreender o papel dos poderes na definição do gasto público.

1 A LITERATURA SOBRE RELAÇÕES EXECUTIVO-LEGISLATIVO NO BRASIL

1.1 Relações Executivo-Legislativo no Nível Nacional

A literatura sobre as relações entre o Executivo e o Legislativo nacional tem como um de seus pontos de referência os estudos relativos ao governo federal, onde a formação do governo segue o arranjo institucional denominado por Abranches (1988) de “presidencialismo de coalizão”, em que o presidente negocia com os partidos a formação de sua base de sustentação por meio da distribuição de postos na estrutura do governo em troca de um apoio partidário no Legislativo que garanta os votos necessários à aprovação dos seus projetos.

Até meados da década de 1990 a literatura sobre as relações entre o executivo e o legislativo era predominantemente marcada pela visão de que o comportamento dos deputados federais brasileiros seria essencialmente individualista e indisciplinado partidariamente. Este tipo de comportamento seria responsável por problemas de governabilidade decorrentes do nosso formato institucional - especialmente o multipartidarismo, o presidencialismo, o sistema eleitoral de lista aberta nas eleições proporcionais (Abranches, 1988; Mainwaring, 1993).

Em relação ao Congresso Nacional, a perspectiva que enfatiza a fraqueza e a indisciplina dos partidos políticos foi superada ainda na década de 1990 pelos estudos de Figueiredo e Limongi (1995, 1999). Para esses autores o quadro institucional produzido pela Constituição de 1988 não reproduziu o do sistema de 1946. Ainda que tenha mantido os sistemas eleitoral, de governo e federativo, a Carta de 1988 introduziu mudanças institucionais que tiveram forte impacto no funcionamento do nosso sistema político através de duas mudanças fundamentais. A primeira modificação, com relação ao regime de 1946, foi ampliação dos poderes legislativos do presidente da República, através da incorporação na Constituição de 1988 de modificações que haviam sido introduzidas pelo regime militar para fortalecer o Executivo. A segunda modificação consistiu na criação de recursos legislativos regimentais que aumentavam o controle que os líderes partidários podem exercer sobre o processo legislativo e suas bancadas. O resultado dessas mudanças gerou uma disciplina partidária maior que a do regime de 1946. Os autores demonstram que, em um governo presidencialista multipartidário, o Executivo pode contar com o apoio partidário do congresso e que o sistema decisório não tende à paralisia. Ao contrário do que se supõe sobre os parlamentares brasileiros, no atual sistema político, não há espaço para que os deputados sigam uma orientação particularista e individualista, “ao contrário, a melhor estratégia para a obtenção de recursos visando a retornos eleitorais é votar disciplinadamente” (Figueiredo e Limongi, 1999: 23).

Para Figueiredo e Limongi, na existência de um executivo forte, os parlamentares resolvem seus problemas de coordenação se organizando em torno dos partidos. O regimento interno da Câmara Federal garante grande poder para os líderes partidários, consagrando um padrão decisório centralizado. De fato, o que conta são os partidos e não os deputados individualmente. A restrição do poder de apresentação de emendas, bem como o seu controle nas mãos dos líderes, inibe a atuação individual dos deputados. Ainda que a legislação partidária e o sistema eleitoral possam fomentar estratégias de ação individual e até mesmo antipartidárias, tais estratégias não encontram amparo no funcionamento da Câmara dos Deputados.

Para os estudos que enfatizam os efeitos gerados pela competição intrapartidária sob lista aberta, ao contrário, o legislativo, no Brasil, é fragmentado e operado por partidos fracos, estando os parlamentares mais preocupados com a obtenção de benefícios para os seus redutos eleitorais do que com questões nacionais. O foco da discussão é então que papel jogam os partidos e os parlamentares individualmente. A análise de Ames (2001), por exemplo, estabelece para o caso brasileiro quatro tipos de representantes, caracterizados por padrões distintos de distribuição do voto: concentrado-dominante, concentrado-compartilhado, disperso-dominante e disperso-compartilhado. Estes quatro tipos de bases eleitorais resultariam de um conjunto de diversos incentivos que condicionariam o comportamento dos parlamentares. Apesar da sofisticada taxonomia baseada na distribuição geográfica dos votos dos parlamentares, o comportamento parlamentar acaba sendo generalizado pela lógica do particularismo voltado para distribuição de recursos às suas bases eleitorais.

Alguns autores procuram conciliar as duas visões. Em um estudo que aplica de maneira mais ampla, para todo o país e para duas legislaturas, a tipologia de Ames, Carvalho (2003) aponta que dois conjuntos de incentivos orientam o comportamento dos deputados: “no caso dos representantes das capitais, incentivos que vão na direção do universalismo, no caso dos representantes do interior, incentivos que caminham na direção do paroquialismo legislativo” (Carvalho, 2003: 213-214). Por fim, o autor aponta que tanto variáveis de inspiração distributivista quanto partidárias apresentam rendimento analítico, o que tornaria imprópria a utilização de um único modelo para compreender o nosso Legislativo.

Em estudo sobre o sistema partidário brasileiro, Mainwaring (2001) concorda que a disciplina partidária aumentou após a Assembléia Nacional Constituinte. Este

aumento é atribuído à emergência do Colégio de Líderes após a promulgação da Constituição de 1988. Apesar de reconhecer o aumento da disciplina, o autor critica as variações nas taxas de disciplina partidária. Nessa mesma direção, Melo (2007), apoiando-se em Nicolau (2000), destaca que existem importantes variações entre os partidos, no que se refere ao comportamento da bancada no plenário. No entanto, o autor concorda com Figueiredo e Limongi de que "estão corretos ao afirmar que os partidos detêm hoje os recursos necessários para estruturar o jogo político no Congresso Nacional, tornando-se peça-chave na sustentação dos governos, com forte delegação aos líderes" (Melo, 2007: 287).

Esses dois modelos de interpretação do comportamento parlamentar – distributivista e partidário - são também aplicados para os estudos sobre ação legislativa no processo orçamentário. Os distributivistas partem do pressuposto que os parlamentares sempre atuam visando seus interesses localistas e individualistas imediatos. Dessa forma, os parlamentares são considerados como indiferentes às grandes questões nacionais e, principalmente, preocupados com a distribuição de recursos que garantam sua reeleição[1]. O modelo partidário, em oposição aos pressupostos distributivistas, destaca a centralização do processo decisório, no Congresso, nas mãos dos líderes partidários e, principalmente, o peso das regras institucionais (constitucionais e regimentais) no processo orçamentário e os poderes de agenda do Executivo.[2] A suposta fragilidade dos partidos, na arena eleitoral, não se reproduz automaticamente na arena decisória.

Os distributivistas argumentam que o sistema político brasileiro padece de quase todas as "patologias" institucionais encontradas, na literatura, como fatores que elevam o custo de governar (Pereira e Mueller, 2002). Segundo esses autores, tais patologias consistem na combinação das seguintes características: presidencialismo; federalismo; representação proporcional com lista aberta; multipartidarismo com partidos débeis na arena eleitoral; e o fato de o país ter sido governado por meio de uma grande coalizão no Congresso. De acordo com essa visão o Executivo utiliza duas estratégias na execução orçamentária: 1) a de recompensar os deputados que pertencem à sua coalizão e punir os que não fazem parte dela; 2) considerar o

[1] Barry Ames (2001) e Pereira e Mueller (2002; 2003) podem ser considerados como os principais representantes desse modelo

[2] Figueiredo e Limongi (2002; 2005; 2008) são os representantes do modelo partidário. Estes dois autores fazem críticas contundentes ao modelo distributivista.

tamanho e a importância relativa dos partidos políticos que integram a sua coalizão.

De acordo com a visão partidária, o modelo explicativo apresentado pelos distributivistas supõe que o Legislativo seria capaz de impor sua vontade ao Executivo (Figueiredo e Limongi, 2002). Nas questões orçamentárias, a Constituição e as próprias regras internas do Poder Legislativo limitam o alcance da participação do próprio Legislativo na definição do orçamento. Poucos são os recursos e pequenas são as possibilidades da influência individual dos parlamentares na alocação de recursos. Diante disso, qualquer explicação que aponte que os parlamentares individualmente são capazes de barganhar ou fazer uma ameaça crível, independentemente de seus partidos, com o Executivo não procede (Figueiredo e Limongi, 1999: 33-34). O Poder Executivo só deve levar em conta as ameaças coletivas, ou seja, dos partidos, porque somente estes possuem condições de afetar alguma votação e aumentar o poder de negociação dos parlamentares. Para Figueiredo e Limongi: “Nesses termos, entende-se por que parlamentares delegam poderes aos líderes partidários. Partidos, ao resolverem o problema de coordenação com que políticos se defrontam, são os veículos das demandas coletivas” (2002: 333).

Outro argumento apresentado pelos distributivistas é que a distribuição de benefícios locais proporciona muito mais retornos eleitorais do que a atuação dos deputados na atividade legislativa (Pereira e Rennó, 2001). Ou seja, novamente encontramos o argumento de que as necessidades eleitorais geradas pelo sistema de representação proporcional de lista aberta é o que conduz o comportamento dos parlamentares no seu apoio ao governo. Mesmo quando a importância dos líderes partidários é admitida, estes são colocados, apenas, como mediadores de recursos controlados pelo Executivo (Pereira e Mueller (2003). Os partidos são secundários na análise desses autores.

Por meio da análise da execução das emendas individuais, no período de 1996 a 2001, Figueiredo e Limongi (2005, 2008) argumentam que não é possível estabelecer a relação causal defendida por autores que afirmam que os votos dos parlamentares seriam trocados por emendas. Os autores também apontam que as emendas individuais são executadas de acordo com critérios políticos. No geral, obviamente, as emendas dos parlamentares da coalizão do governo têm maiores possibilidades de execução do que as emendas dos parlamentares de oposição. No entanto, , parte das emendas dos parlamentares da oposição é executada e parte das

emendas dos deputados da coalizão do governo não é executada. Segundo os autores:

> [...] há deputados que têm votação favorável ao Executivo sem que esse retribua com a liberação orçamentária. Como esses casos não são excepcionais, podemos concluir que as trocas tão propaladas pela crônica política nacional não constituem o padrão de relação Executivo-Legislativo. (Figueiredo e Limongi, 2008: 142).

De acordo com essa análise, os deputados filiados aos partidos da coalizão do governo, independentemente de possuírem emendas executadas, seguem a orientação do líder do governo. Em suma, não é a execução das emendas que determina o voto dos parlamentares. O que determina o voto favorável ao Executivo é o pertencimento à coalizão do governo. Ademais, os partidos da coalizão não fazem parte do governo apenas no Congresso, mas também nos ministérios, participando da definição e da execução das políticas públicas.

1.2 Relações Executivo-Legislativo nos Estados

Os estudos sobre os legislativos estaduais brasileiros praticamente se restringem a duas obras que se tornaram referência entre os estudiosos. A primeira delas é o livro de Fernando Luiz Abrucio (1998), *Os Barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. Nesta obra, Abrucio cria o termo "ultrapresidencialismo estadual" para caracterizar a força política dos governadores e sua concentração de poder *vis-à-vis* os demais poderes no período de 1991-1994. A segunda é a coletânea organizada por Fabiano Santos (2001), *O Poder Legislativo nos Estados: diversidade e convergência*, que apresenta diferenças substantivas entre as assembleias legislativas de seis estados estudadas entre 1995-1998.

No livro *Os Barões da Federação* (Abrucio, 1998), o autor aborda o "ultrapresidencialismo estadual" que é caracterizado pela hipertrofia do Poder Executivo, especificamente o governador, que centraliza o processo decisório por meio do controle dos demais poderes - Legislativo e Judiciário -, eliminando o princípio constitucional da separação entre os poderes. Baseado na análise de quinze estados brasileiros, no período de 1991-94, Abrucio afirma que este sistema vigorou não apenas em estados mais atrasados marcados por políticas de tipo "coronelista", mas também em estados desenvolvidos como São Paulo. O controle sobre os outros

poderes destruía o princípio de *checks and balances* e o controle do Legislativo dava-se por meio do chamado pacto homologatório entre o Executivo a e Assembleia Legislativa. Segundo Abrucio:

> O pacto homologatório sustentava-se por dois elementos interligados: pela cooptação dos deputados através da distribuição de recursos clientelistas e pela ausência de participação e responsabilização dos parlamentares diante das políticas públicas implementadas pelo Executivo, a não ser na pequeníssima parte que interessa à base local de cada deputado. (Abrucio, 1998).

Nos quinze estados estudados, nenhum dos governadores eleitos em 1990 possuía, por si, a maioria na Assembleia Legislativa. Segundo o autor, isto demonstra que, no momento eleitoral, há de fato uma disputa competitiva no nível estadual. No entanto, ao analisar a composição das bancadas, em março de 1994, ficou constatado que em 80% da amostra o Executivo detinha maioria absoluta no Legislativo. A "regra do situacionismo" prevaleceu em 12 dos 15 estados analisados e não era apenas circunscrita a estados menos desenvolvidos. Estados como Santa Catarina, Paraná, Minas Gerais e São Paulo estavam ao lado de estados como Amazonas, Paraíba, Pará. O maior exemplo de situacionismo era Minas Gerais, onde a bancada do governo detinha a maioria mais folgada de todas com 88,3% dos votos. Abrucio também enfatiza que a competitividade do multipartidarismo, nos estados, é "engolida" pelo governismo do sistema ultrapresidencialista.

Sobre a origem do poder dos governadores na redemocratização, Abrucio parte do pressuposto que a Constituição de 1988 garantiu uma melhor condição financeira para os estados. Ademais, o enfraquecimento do poder político e financeiro da União facilitou o controle da classe política estadual pelos governadores. Antes disso, em 1982, quando houve eleições diretas para governador, os governadores restauraram o seu poder tradicional no sistema político brasileiro, através de formas de cooptação política mais "modernas" (Abrucio, 1998). O autor também aponta, explorando a argumentação de Maria do Carmo Campello de Souza (1988), que ao contrário do sistema político europeu e americano, onde as máquinas partidárias tinham como eixo principal o Legislativo, no Brasil, a patronagem estatal se consolida nos executivos estaduais e municipais. Abrucio afirma que as máquinas partidárias, no Brasil, fixam-se nos governos estaduais, porque as lideranças locais e os prefeitos são

dependentes, e muito, do poder do governador do estado. Ou seja: “O que existe é uma verdadeira máquina de fazer política alicerçada no Executivo estadual” (Abrucio, 1998).

Abrucio elenca alguns fatores como responsáveis pela transformação do Executivo Estadual em uma máquina de fazer política:

a) Poderes financeiros, administrativos e políticos – Os governadores possuíam instrumentos poderosos para cooptar os políticos locais. Os bancos estaduais eram um dos mais importantes instrumentos financeiros utilizados pelos governadores. Como a maioria dos municípios não possuía recursos suficientes para se autossustentar, “o governo estadual era o grande “credor” dos municípios brasileiros, e como tal, cobrava algo em troca, que era o apoio político ao governador e aos candidatos do governador aos cargos proporcionais” (Abrucio, 1998: 125). Além dos bancos estaduais, os governadores também controlavam estatais de energia, telecomunicações e, em alguns casos, serviços de transporte coletivo como trens e metrô, por exemplo. O controle das estatais possibilitava a nomeação de milhares de servidores, por meio da ocupação de cargos na administração indireta;

b) Sistema eleitoral – O autor aponta dois elementos constitutivos do sistema eleitoral que contribuíram para a força política dos governadores: primeiro, o sistema proporcional de lista aberta que estimula os candidatos a deputado estadual a adotarem uma estratégia não partidária fazendo campanhas individualistas. Diante disso, o governador colocava vários deputados estaduais sob sua tutela por meio da utilização da máquina pública estadual como suporte mais importante de suas campanhas; segundo, como a base eleitoral dos candidatos quase sempre é circunscrita a alguns municípios que, na sua maioria, não são totalmente controlados pelos deputados estaduais, a ajuda do governador por meio da distribuição de recursos garantia o controle dos deputados estaduais sobre os seus “distritos informais”;

c) Ausência de contrapesos regionais – Nos estados não existem estruturas intermediárias entre o estado e os municípios. A inexistência de estruturas político-administrativas capazes de agregar os interesses que estão fragmentados por todo o estado, incentiva o relacionamento direto entre o Executivo e os prefeitos e diminui ainda mais o poder dos deputados estaduais sobre suas bases locais. Estes não têm o “monopólio” da representação de

suas bases porque concorrem com os prefeitos e líderes locais. Em suma, o autor argumenta que “se os deputados na Assembleia Legislativa não têm recursos para sequer controlar suas bases eleitorais, imagine para contrabalançar o poder do Executivo” (Abrucio, 1998: 137);

d) Fragilidade institucional das Assembleias Legislativas – Os legislativos estaduais não possuíam corpo técnico especializado em atividades parlamentares e poucos regimentos internos tinham sido alterados de acordo com a nova ordem constitucional. O processo legislativo era ainda muito parecido com o do regime militar, mantendo o Poder Legislativo como extremamente secundário;

e) Baixa visibilidade política – O Poder Executivo estadual possui baixa visibilidade política e, em contrapartida, a opinião pública é pouco interessada na fiscalização dos atos do Executivo estadual. Abrucio (1998) cita uma pesquisa realizada pelo CEDEC/Data Folha em 1992, que mostrou que 37,7% dos entrevistados se interessavam mais pela política nacional e 16,6% pela política municipal, contra apenas 8,5% de entrevistados que se interessavam mais pela política estadual do que por outras esferas de governo. Para o autor, “a indefinição das competências legislativas dos estados torna mais difícil para o cidadão saber quais são as reais atribuições do governo estadual” (Abrucio, 1998, 139);

f) Neutralização dos órgãos fiscalizadores – Com a grande influência dos governadores no processo de escolha dos conselheiros dos TCEs e do Procurador-Geral do Ministério Público, o Executivo estadual neutralizava os órgãos de fiscalização institucional. O autor acrescenta que**,** em alguns estados, o TCE chegou a ser utilizado como instrumento de controle sobre os prefeitos que destoavam da linha política do governador. Nas palavras do autor, no período de 1991 a 1994, o controle dos TCEs e do Ministério Público pelo Executivo estadual “modificou a frase-chave do modo oligárquico de fazer política no Brasil: *Aos amigos o controle da lei, aos inimigos a lei*” (Abrucio, 1998: 143).

O ultrapresidencialismo estadual e as considerações de Abrucio (1998) sobre a preponderância do Poder Executivo, mais especificamente o governador, sobre os demais Poderes e a maioria das forças políticas estaduais, estimularam novas

pesquisas sobre o funcionamento da política estadual. Apesar disso, os estudos sobre os legislativos estaduais ainda são embrionários.

Em coletânea organizada por Fabiano Santos (2001), um grupo de pesquisadores procurou, por meio da análise das Assembleias Legislativas e suas relações com os executivos estaduais, verificar se a hipótese do ultrapresidencialismo estadual[3] valeu para todos os casos estudados. Foram analisadas as relações entre o Legislativo e o Executivo no período de 1995 a 1998 em seis estados: Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo. No caso do Estado do Rio de Janeiro a hipótese do ultrapresidencialismo estadual não foi confirmada, ao contrário, o que se verificou foi um Legislativo com agenda própria e um Executivo prisioneiro de sua própria agenda. Em seu estudo sobre a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – Alerj, Santos aponta que a alta incidência de vetos derrubados foi uma constante na legislatura analisada. De acordo com o autor:

> Em resumo, a atividade de vetos, assim como a produção legislativa da Alerj denotam um Legislativo que não tem [...] sua dinâmica exclusivamente ditada pelo Executivo. A assembleia possui agenda própria e procura implementá-la através de sua atividade cotidiana (Santos, 2001: 180).

Segundo Santos, nem todas as Assembleias são subservientes ao Executivo e o "ultrapresidencialismo estadual" parece ser um fenômeno localizado e histórico. Os seis casos estudados demonstraram haver uma variedade de situações e determinantes específicos e apresentam quatro exemplos de ordenação institucional: "a) poder concentrado na Assembleia, mas dividido entre Executivo e Legislativo; b) grande concentração de poder em mãos do governador, mas dispersão total na Assembleia; c) separação de poderes e dispersão interna; d) governador e partidos fortes" (Santos, 2001: 291). Além disso, o autor também aponta que será preciso observar a importância da LRF – Lei de Responsabilidade Fiscal, em futuros estudos sobre as relações entre Legislativo e Executivo nos estados.

[3] Cabe ressaltar que neste livro o organizador e os demais pesquisadores também buscam verificar a variação na estrutura do processo decisório das Assembleias Legislativas estudadas e analisar o seu grau de proximidade e distanciamento da experiência nacional recente. Esta experiência comparada com o plano estadual pelos autores se refere às conclusões apresentadas por Figueiredo e Limongi (1999).

Por meio da leitura de Santos, pode-se verificar que a prevalência do Executivo sobre o Legislativo, por meio do pacto homologatório, não ocorreu em todos os estados. Por outro lado, existem estudos que procuram responder a outras questões levantadas por Abrucio (1998), mais especificamente a força política dos governadores no processo decisório nacional. Dado o monumental peso atribuído por este autor ao Poder Executivo estadual, alguns pesquisadores refutam a tese de que os governadores são **"**barões da federação**"**. Neste caso, encontramos autores que afirmam que os poderes dos governadores já não são os mesmos (Barbosa, 2008; Regis, 2009) e que os **"**barões da federação**"** não existem mais. Na mesma direção, Luis Felipe Guedes da Graça (2011) aponta o enfraquecimento do poder político dos governadores em virtude do Plano Real e do processo de ajuste fiscal promovido a partir da década de 1990. Além disso, encontramos trabalhos de acordo com os quais, podemos concluir que o poder dos governadores sobre as suas bancadas estaduais na Câmara Federal nunca foi tão forte como previsto e, principalmente, não foi maior do que o controle dos partidos (Figueiredo e Limongi, 1999; Cheibub, Figueiredo e Limongi, 2002).

Já apontamos anteriormente que os estudos sobre os legislativos subnacionais ainda são embrionários. O mesmo acontece com os estudos sobre a formação dos governos nos estados. Apesar disso, algumas pesquisas já apontam que a lógica do ultrapresidencialismo estadual não é regra na formação dos governos (Nunes, 2008, 2009; Passos, 2009). Ao contrário, em alguns casos é possível verificar que não apenas os partidos políticos contam, como também governos de coalizão são formados nos estados. Em estudo sobre o comportamento dos partidos políticos na Assembleia Legislativa de Minas Gerais – Alemg, entre 1995 e 2005, Nunes (2008) analisou 190 votações nominais referentes a projetos enviados pelo governador e constatou uma taxa de coesão superior à encontrada na Câmara Federal. De acordo com o autor,

> Adianto que a visão tradicional de que os partidos brasileiros são pouco disciplinados, jogada por terra por Figueiredo e Limongi (1999), também não encontra sustentação nos dados do Legislativo mineiro. Nas votações analisadas, o *índice de Rice* médio – considerando todos os partidos com representação parlamentar – foi de 96,01% na 13ª Legislatura, 96,67% na 14ª Legislatura, e nada menos do que 99,14% na 15ª. [...] Logo, em uma votação qualquer, pode-se esperar que cerca de 98% dos membros de qualquer dos partidos votará da

> mesma forma. A Assembleia mineira, seguindo o padrão nacional, está muito longe de apresentar um comportamento errático. (Nunes, 2008: 106)

Em trabalho posterior sobre a formação de governos de coalizão em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul entre 1999 e 2005, Nunes (2009) aponta que os governadores buscam ampliar o seu apoio no Legislativo por meio da formação de uma coalizão baseada em acordos partidários. De acordo com o autor, nos dois estados analisados "os partidos estão presentes nas secretarias de estado conformando durante todo o mandato coalizões de governo – o que reduz a probabilidade de se pensar em coalizões *ad hoc*" (Nunes, 2009: 79). Também existem pesquisas, em andamento, comparando a formação de governos de coalizão nos estados do Paraná e do Rio Grande do Sul (Passos, 2008).

Em artigo recente, Tomio e Ricci (2010) fazem um estudo comparativo do processo legislativo nas Assembleias Estaduais. Na conclusão, os autores apontam que há indícios claros que algumas questões devem ser mais bem compreendidas por meio da clara contraposição governo-oposição. Ou seja, eles sugerem que o comportamento dos atores nos legislativos estaduais pode ser mais bem explicado pela dimensão político-partidária.

Quando observamos o nível federal, vemos que a literatura sobre as relações entre o Executivo e o Legislativo até meados da década de 1990 era predominantemente marcada pela visão de o comportamento dos deputados federais brasileiros seria essencialmente individualista e indisciplinado partidariamente. Este tipo de comportamento seria responsável por problemas de governabilidade e eram atribuídos ao nosso formato institucional - especialmente o multipartidarismo, o presidencialismo, o sistema eleitoral de lista aberta nas eleições proporcionais (Abranches, 1988; Mainwaring, 1993). Ao considerar as organizações partidárias estaduais fracas e a atuação dos deputados estaduais meramente individualista, a análise de Abrucio (1998) é herdeira dessa perspectiva. Sendo assim, as relações entre o Executivo e o Legislativo, no nível estadual, seria pautada pela "distribuição de recursos ou cargos do Executivo a cada parlamentar, sem que houvesse uma base programática para selar o pacto governativo" (Abrucio, 1998: 113). Ou seja, o argumento distributivista é explicitamente replicado para o nível subnacional.

Os dois estudos tomados como referência aqui sobre as relações entre o Executivo e o Legislativo nos estados brasileiros apresentam quadros distintos em

relação à formação dos governos estaduais: o primeiro supõe que o arranjo político estadual difere do federal contrapondo o presidencialismo de coalizão ao *ultrapresidencialismo estadual* (Abrucio, 1998); o segundo se concentra no estudo da produção legislativa sem investigar a formação do governo (Santos, 2001). Desse modo, precisamos avançar nos estudos sobre a formação dos governos no âmbito estadual. No capítulo a seguir, veremos o que a experiência recente do Estado do Rio de Janeiro pode nos indicar.

2 ELEIÇÕES E O SISTEMA PARTIDÁRIO NO ESTADO RIO DE JANEIRO

2.1 As eleições e o sistema partidário

Neste capítulo apresentaremos os dados relativos às eleições majoritárias e proporcionais no âmbito estadual e em relação às coalizões de governo. Na parte destinada às coalizões de governo nos deteremos aos oito anos recortados em nosso estudo. Primeiramente trataremos do histórico das eleições majoritárias com base dos dados da Tabela 1 mostrando como foi a disputa eleitoral pelo período de oito eleições

consecutivas. A seguir apresentaremos os resultados das eleições proporcionais e o desempenho eleitoral dos principais partidos para o mesmo período.

Tabela 1 – Resultado das eleições para governador, 1982-2010.

Eleição	Candidatos	Partido	1.º turno %	2º turno %
1982	Leonel de Moura Brizola	PDT	34,17	-
	Wellington Moreira Franco	PDS	30,59	
	Waldemiro Teixeira	PMDB	21,46	
	Sandra Martins Cavalcanti	PTB	10,72	
	Lysâneas Dias Maciel	PT	3,05	
1986	Wellington Moreira Franco	PMDB	49,35	-
	Darcy Ribeiro	PDT	35,88	
	Fernando Paulo Naglie Gabeira	PT	8,57	
	Aarão Steinbruch	PASART	3,58	
	Aguinaldo Timotheo Pereira	PDS	1,77	
	Sinval Palmeira Vieira	PSB	0,64	
	Wagner Cavalcanti de Albuquerque	PND	0,21	
1990	Leonel de Moura Brizola	PDT	60,88	-
	Jorge Ricardo Bittar	PT	17,98	
	Nelson Carneiro	PMDB	13,53	
	Ronaldo Cezar Coelho	PDSB	7,61	
1994	Marcello Nunes de Alencar	PSDB	37,15	56,08
	Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira	PDT	30,38	43,92
	Newton Araújo de Oliveira e Cruz	PSD	14,16	
	Jorge Ricardo Bittar	PT	10,73	
	Milton Gonçalves	PMDB	4,52	
	Paulo Roberto de Mello Santoro	PRONA	1,68	
	Ronald Abrahão Azaro	PSC	0,71	
	Mauro Cesar Gama Peres	PRN	0,68	
1998	Anthony William Garotinho Matheus de Oliveira	PDT	46,86	57,98
	Cesar Epitácio Maia	PFL	34,3	42,02
	Luiz Paulo Corrêa da Rocha	PSDB	15,51	
	Lucia Regina Florentino Souto	PPS	1,13	
	Lenine Madeira de Souza	PRONA	0,96	
	Dalva Lazaroni de Moraes	PV	0,41	
	Cyro Garcia	PSTU	0,29	
	Alexandre Marcio Stoduto	PT do B	0,17	
	Fábio Tenório Cavalcanti Francesconi	PRTB	0,12	
	Philippe Guedon	PSN	0,08	
	Paulo da Costa Freitas	PSDC	0,07	

	Maria Luisa Batista Vidal	PST	0,06	
	José Veríssimo Filho	PSL	0,05	
2002	Rosinha Garotinho	PSB	51,3	-
	Benedita Souza da Silva Sampaio	PT	24,45	
	Jorge Roberto Saad Silveira	PDT	14,27	
	Solange Amaral	PFL	9,09	
	Cyro Garcia	PSTU	0,35	
	Aspásia Brasileiro Alcântara de Camargo	PV	0,26	
	Antonio Lima da Piedade	PRONA	0,16	
	Gezilda da Silva Nazario	PAN	0,1	
	Paulo Sergio Ribeiro de Pinho	PCO	0,03	
2006	Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho	PMDB	41,42	68
	Denise Frossard Loschi	PPS	23,78	32
	Marcelo Bezerra Crivella	PRB	18,54	
	Vladimir Gracindo Soares Palmeira	PT	7,67	
	Eduardo da Costa Paes	PSDB	5,33	
	Carlos Roberto Lupi	PDT	1,52	
	Jorge Milton Temer	PSOL	1,44	
	Luiz Carlos da Rocha Novaes	PSDC	0,1	
	Eliane Santos da Cunha	PRP	0,09	
	Alexandre Furtado	PSL	0,06	
	Thelma Maria da Silva Bastos	PCO	0,05	
2010	Sergio de Oliveira Cabral Santos Filho	PMDB	66,08	-
	Fernando Paulo Nagle Gabeira	PV	20,68	
	Fernando Otavio de Freitas Peregrino	PR	10,81	
	Jefferson Davidson Dias de Moura	PSOL	1,67	
	Cyro Garcia	PSTU	0,62	
	Eduardo Gonçalves Serra	PCB	0,14	

Fonte: Graça e Pinto, mimeo, 2014.

No Rio de Janeiro, o pleito de 1982 é considerado marcante pelo fato de ter sido o único estado a não eleger um candidato filiado aos dois maiores partidos políticos que eram os herdeiros do bipartidarismo, PMDB e PDS. Os cinco partidos existentes na época lançaram candidatos e a eleição para governador do estado do Rio de Janeiro foi desde o início muito disputada. Moreira Franco foi o candidato do PDS, Miro Teixeira pelo PMDB, Sandra Cavalcanti disputou pelo PTB, Lysâneas Maciel capitaneou a chapa do PT e, por fim, Leonel Brizola foi o candidato pelo recém-criado PDT. No início da disputa a candidatura que despontava nas pesquisas era a de Sandra Cavalcanti (PTB), que segundo pesquisa do Ibope publicada em 14 de

março de 82, no *Jornal do Brasil*, chegou a ter preferência de 51,3% do eleitorado, seguida por Miro Teixeira (PMDB), 23% e Leonel Brizola (PDT) com apenas 5,4%. A menos de três meses da eleição, em pesquisa do Ibope também publicada no *Jornal do Brasil* de 20 de agosto de 82, Miro Teixeira (PMDB) assumia a ponta com 29,5%, seguido por Sandra Cavalcanti (PTB) com 25,1%, Moreira Franco (PDS), 23% e Leonel Brizola (PDT), 10%. A reta final da campanha foi marcada pela rápida ascensão de Leonel Brizola que, em pesquisa do Ibope, realizada sete dias antes do pleito e publicada em 16 de novembro no jornal *O Globo*, apontava a vitória do candidato do PDT por 31,3%, seguido por Moreira Franco (PDS), 26,8%, Miro Teixeira (PMDB), 14,1%, Sandra Cavalcanti (PTB), 8,9% e Lysâneas Maciel (PT), 3%.

Além da reviravolta nas pesquisas, mais dois pontos merecem destaque quando falamos desta eleição. Um foi o explícito posicionamento anti-Brizola apresentado pelos veículos de comunicação das organizações Globo, em especial o jornal *O Globo*. Em 14 de novembro de 82, véspera do pleito, *O Globo* destinou metade da sua primeira página com o editorial *"Em jogo o destino do Rio de Janeiro"*, onde afirmava que *"nem o clima febril da campanha eleitoral pode transformar o candidato Brizola numa hipótese de governador viável e capaz".* O mesmo editorial concluía que para *"dar ao Rio um governante capaz de enfrentar com êxito nossos problemas mais graves e prementes, o voto em Moreira Franco será por certo o mais indicado"*. O outro ponto a se destacar, foi a suposta tentativa de fraude na totalização dos votos para prejudicar o candidato do PDT que ficou conhecida como o "caso Proconsult"[4]. Apesar da situação desfavorável no início e durante boa parte da campanha, Leonel Brizola (PDT) venceu com 34,2%, seguido por Moreira Franco (PMDB) com 30,6%, Miro Teixeira (PMDB) 21,5%, Sandra Cavalcanti (PTB), 10,7% e Lysâneas Maciel (PT), com apenas 3,0%. A vitória por menos de 50% dos votos era possível nos pleitos de 1982 e 1986 porque o instituto do segundo turno veio a ser implementado no Brasil com a Constituição de 1988.

Em 1986, o vice-governador Darcy Ribeiro (PDT) foi o candidato indicado por Brizola para disputar sua sucessão. Moreira Franco, desta vez no PMDB, lançou-se novamente e o PT apresentou a candidatura de Fernando Gabeira. Além destes três nomes principais, mais quatro candidatos, todos inexpressivos completam os nomes envolvidos na disputa. Segundo pesquisa do Ibope, o governador Leonel Brizola

[4] Sobre o "caso Proconsult" ver o livro de Amorim e Passos (2005)

chegava ao final de seu mandato com uma aprovação 35%, enquanto 38% consideravam seu governo regular e 25% ruim ou péssimo. O tema que dominou os debates durante toda a campanha foi a questão da violência. Este também seria um dos principais temas nas eleições seguintes. Com a promessa de “acabar com violência em seis meses”, Moreira Franco (PMDB) venceu a disputa com 49,3%, seguido por Darcy Ribeiro (PDT), 35,9% e Fernando Gabeira (PT) com 8,57%. Aarão Steibruch (PASART) obteve 3,6% e Agnaldo Timotheo (PDS), 1,8%. Juntos, Sinval Palmeira (PSB) e Wagner Cavalcanti (PND) não chegaram a 1%.

Nas eleições de 1990 apenas quatro candidatos participaram do pleito: Leonel Brizola (PDT), Jorge Bittar (PT), Nelson Carneiro (PMDB) e Ronaldo Cezar Coelho (PSDB). Esse pequeno número de candidatos pode ser atribuído ao favoritismo do ex-governador Leonel Brizola. Realizada um ano após as eleições presidenciais de 1989, quando em nível nacional Brizola ficou em terceiro lugar, recebendo expressiva votação no estado do Rio de Janeiro[5]. Além da inegável força eleitoral de Brizola no estado, a situação do governo de Moreira Franco (PMDB), que naquele ano tinha sido apontado como o mais impopular de todo o país, segundo pesquisa do Ibope, também foi um dos principais destaques no plano estadual. O problema do aumento da criminalidade também era importante e prejudicou o candidato Nelson Carneiro, lançado pelo PMDB. O resultado da eleição confirmou a vantagem de Leonel Brizola (PDT) com 60,9% e a primeira eleição pós-Constituição de 1988 foi decidida no primeiro turno. Jorge Bittar (PT) obteve 17,9%, Nelson Carneiro (PMDB), 13,5% e Ronaldo Cezar Coelho (PSDB) com apenas 7,6%.

Quatro anos depois, assim como em 1986, o PDT de Leonel Brizola amargaria uma nova derrota. Com o dobro do número de candidatos da eleição anterior, a eleição de 1994 para o governo do estado só foi decidida do segundo turno. Nos dois turnos, mais uma vez, o tema do aumento da criminalidade dominou o debate. Com a desincompatibilização de Brizola para candidatar-se novamente à presidência, o governo do estado foi assumido pelo seu vice-governador Nilo Batista (PDT). A pressão da mídia e as críticas dos adversários levaram o governo do estado a assinar um convênio com o governo federal para que as Forças Armadas ajudassem no combate à criminalidade. Em pleno momento eleitoral surgia a “Operação Rio I” que para os adversários do PDT era uma demonstração da crise que a segurança pública

[5] Para Presidente da República em 1989, no estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola (PDT) alcançou 52, 09% dos votos contra 16,07% de Collor e 12,22% de Lula.

estadual passava e da incompetência do governo para resolvê-la por seus próprios meios. O candidato do PSDB, o ex-pedetista Marcello Alencar que tinha governado a capital de 1983 a 1985 e de 1989 a 1992, foi quem mais utilizou esse acordo a seu favor. É razoável atribuir que o Plano Real e a vitória de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) à Presidência da Republica no primeiro turno tenham ajudado o candidato do PSDB[6], mas a grande questão da campanha foi a crise na segurança pública. Marcello Alencar (PSDB) venceu o primeiro turno com 37,1%. Em segundo lugar ficou Anthony Garotinho (PDT) com 30,4%, seguido pelo General Newton Cruz (PSD) com 14,2% e Jorge Bittar (PT) com 10,7%. Juntos, os outros quatro candidatos não alcançaram 8%. Dentre eles deve-se destacar o fraco desempenho do candidato do PMDB, o ator Milton Gonçalves com 4,5%. No segundo turno, Marcello Alencar (PSDB) conseguiu o apoio do PTB, partido que no primeiro turno estava na coligação que apoiava o candidato do PDT, Anthony Garotinho. Assim como no primeiro turno, Marcello Alencar (PSDB) sai vencedor com 56,1% derrotando o candidato pedetista, que ficou com 43,9%.

Em 1998 o cargo no Palácio das Laranjeiras foi disputado por nada menos que treze candidatos, o maior número já registrado nas eleições estaduais. Apesar desse grande número de candidaturas, a eleição foi polarizada desde o primeiro turno entre Anthony Garotinho (PDT) e Cesar Maia (PFL). Devido à sua baixa popularidade em final de mandato, o governador Marcello Alencar (PSDB) desistiu de disputar a eleição e lançou a candidatura do vice-governador Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB). Assim como no plano nacional, o PSDB chegou a cogitar uma aliança com o PFL, o que foi descartado pelo candidato Cesar Maia que não desejava colar em sua campanha qualquer coisa vinculada ao governo Marcello Alencar. Em matéria publicada na Folha de São Paulo, Maia não fez rodeios sobre a possibilidade de aliança com o PSDB: “Para mim, essa aliança é descartada. Para eles, não. A aliança só me prejudica porque o governo Marcello Alencar é um dos maiores desastres da história da administração pública”[7]. Na candidatura de Anthony Garotinho (PDT) que pela primeira vez no estado juntou os principais partidos de esquerda (PT / PDT / PSB / PC do B / PCB) em torno de um único candidato, também houve problemas na

[6] No Rio de Janeiro, Fernando Henrique Cardoso (PSDB) foi o candidato à Presidência mais votado com 47,2%, enquanto o candidato do PSDB ao governo do estado obteve 37,1% no primeiro turno.
[7] Folha de São Paulo, Brasil, 18 de maio de 1998. Disponível em http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc12059815.htm. Acesso 12/09/2013

formação da aliança. Para poder contar com o apoio do PT, foi necessária a anulação da candidatura de Vladimir Palmeira (PT) pela executiva nacional do partido. Com isso, Anthony Garotinho (PDT) pôde contar com a senadora Benedita da Silva (PT) como vice. O resultado do primeiro turno confirmou as pesquisas que indicavam um segundo turno entre PDT e PFL. Anthony Garotinho (PDT) saiu na frente com 46,9%, seguido por Cesar Maia (PFL), 34,3% e Luiz Paulo Corrêa da Rocha (PSDB) com 15,5%. Inexpressivos, a soma dos outros dez candidatos nem sequer alcançou 4% dos votos. No segundo turno, Anthony Garotinho (PDT) venceu, com 58% contra 42% de Cesar maia (PFL).

Ao contrário da eleição anterior em que o governador Marcello Alencar (PSDB) chegou ao final do mandado sem chances de se reeleger ou influenciar o eleitorado em torno da indicação de um sucessor, em 2002 temos um cenário diferente. O governador Anthony Garotinho, então no PSB, apresentava boa aprovação em seu último ano de mandato e tinha a sua reeleição considerada certa. Contudo, em abril daquele ano deixou o cargo e candidatou-se à Presidente da República, ficando em terceiro lugar com mais de 15 milhões de votos. Ao deixar o cargo, em seu lugar ficou a vice-governadora Benedita da Silva (PT) com quem havia rompido politicamente. O PT lançou a candidatura da governadora Benedita da Silva e, para garantir sua influência na política estadual, Anthony Garotinho lançou a candidatura de sua esposa, Rosinha Garotinho (PSB). O ex-prefeito da cidade de Niterói, Jorge Roberto Silveira, foi lançado pelo PDT e Solange Amaral pelo PFL. Além destes, foram lançados outros cinco candidatos completamente inexpressivos. Desde que foi anunciada como a candidata da continuidade do governo Anthony Garotinho, a candidata do PSB, Rosinha Garotinho, liderou em todas as pesquisas. A candidatura de Benedita da Silva (PT) só decolou na reta final da campanha, como uma espécie de voto estratégico para levar a eleição ao segundo turno. Pesquisas de boca-de-urna apontavam para essa possibilidade, mas com 51,3% dos votos Rosinha Garotinho (PSB) venceu no primeiro turno. Benedita da Silva (PT) obteve 24,2%, Jorge Roberto Silveira (PDT), 14,3%, Solange Amaral (PFL), 9,1%. Somados, os outros cinco candidatos não alcançaram a marca de 1%. A vitória de Rosinha Garotinho (PSB), que nunca disputara um cargo público, fez de Anthony Garotinho, mesmo tendo renunciado ao cargo para disputar outra eleição, o primeiro governador do estado do Rio de Janeiro a eleger o seu sucessor no pós-1982.

A governadora ingressou no PMDB no primeiro ano de seu mandato como parte do séquito de Anthony Garotinho, após este ser expulso do PSB. Ao contrário de seu marido, a governadora Rosinha Garotinho (PMDB) não conseguiu terminar o mandado com o mesmo nível de popularidade. Pesquisa do Ibope indicava que a administração da governadora era considerada como péssima ou ruim por 37% dos entrevistados e ótima ou boa por 26%[8]. Com o impedimento de participar da disputa por em 2002 ter substituído seu cônjuge que na ocasião era reelegível, a governadora Rosinha Garotinho e o ex-governador Anthony Garotinho apoiaram a candidatura de Sérgio Cabral (PMDB). Apesar disso, no HGPE de Cabral (PMDB) este apoio não era explicitado mesmo estando no mesmo partido. Com um estilo marcado pelo *"continuar o que é bom e consertar o que está errado"* o candidato do PMDB tentava se deslocar da imagem de candidato do governo. As principais candidaturas de oposição foram lançadas pelo PPS, com Denise Frossard e pelo PRB com Marcelo Crivella. Estes travaram uma disputa pelo segundo turno que pelas pesquisas já indicava a presença de Sérgio Cabral (PMDB). Totalizando onze candidatos a eleição foi para o segundo turno. Denise Frossard (PPS) com 23,8% disputou o segundo turno contra Sérgio Cabral (PMDB) que obteve 41,4%. Em terceiro lugar ficou Marcelo Crivella (PRB), 18,5%, seguido por Vladimir Palmeira (PT), 7,7% e Eduardo Paes (PSDB), 5,3%. Carlos Lupi (PDT) obteve apenas 1,5% e Milton Temer (PSOL), 1,4%. Os outros quatro candidatos juntos alçaram a marca de 0,3%.

O segundo turno foi marcado pelo distanciamento entre Sérgio Cabral (PMDB) e o casal Garotinho (PMDB). Enquanto a governadora e seu marido optaram por apoiar a candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB) no segundo turno das eleições presidenciais, Sérgio Cabral (PMDB) buscou o apoio do PT e apoiou a reeleição do presidente Lula. Tendo a vitória como certa em todas as pesquisas, o candidato do PMDB superou a marca alcançada por Brizola em 1990 e foi eleito com 68% contra 32% de Denise Frossard (PPS).

Durante seu mandato, as diferenças entre o governador Sérgio Cabral e o ex-governador Anthony Garotinho se acentuaram. Isso levou à saída de Garotinho do PMDB e também de seu séquito rumo ao PR. O governo de Sérgio Cabral (PMDB) foi marcado por duas políticas principais. Uma na saúde, caracterizada por postos de

[8] Pesquisa IBOPE de 6 de setembro de 2006. Disponível em: http://www.ibope.com/pt-br/conhecimento/historicopesquisaeleitoral/Documents/opp277_riodejaneiro_set06.pdf
Acesso: 13/09/2013

atendimento 24 horas, chamados UPA – Unidades de Pronto Atendimento e outra na segurança pública com a implantação das UPP – Unidades de Polícia Pacificadora, caracterizadas pela ocupação permanente de comunidades dominadas pelo tráfico de drogas. A díade UPA/UPP foi o principal mote da campanha de Cabral (PMDB) à reeleição. Com 57% dos eleitores considerando sua administração ótima ou boa, a reeleição do governador ainda no primeiro turno era dada como certa em todas as pesquisas. A inegável vantagem do governador levou a uma eleição pouco disputada e com apenas seis candidatos. Além de Sérgio Cabral (PMDB), que contava com o apoio de mais quinze partidos, houve a candidatura de Fernando Gabeira (PV), apoiado pelo PPS, DEM e PSDB. Outra importante candidatura foi a Fernando Peregrino (PR) que era apoiado pelo ex-governador Anthony Garotinho (PR), que na ocasião foi candidato a deputado federal. PSOL, PSTU e PCB também lançaram seus candidatos. O resultado do primeiro turno não apresentou surpresas e Sérgio Cabral (PMDB) foi reeleito com 66,1% Fernando Gabeira (PV) recebeu 20,7% dos votos e Fernando Peregrino (PR), 10,8%. Juntos, os demais candidatos receberam apenas 2,4% dos votos. Apesar da expressiva vitória, as duras críticas disparadas por Fernando Gabeira (PV) e Fernando Peregrino (PR) sobre a qualidade da educação básica estadual (em especial do ensino médio publico que é de responsabilidade do governo do estado) levaram o governador reeleito Sérgio Cabral (PMDB) a promover mudanças imediatas nessa pasta. Dois dias depois de reeleito, o governador exonerou a secretária de educação Tereza Porto e nomeou em seu lugar o economista Wilson Risolia com a promessa de melhorar os resultados da educação estadual.

A Tabela 2, a seguir, apresenta de acordo os resultados eleitorais as bancadas dos principais partidos na Alerj de 1982 a 2010. O primeiro dado que chama atenção é a força do PMDB que sempre esteve entre as três principais forças políticas da Assembleia Legislativa, nunca elegendo menos de 10% dos deputados. Seu melhor resultado foi em 1986 quando obteve 25,7% das cadeiras quando também elegeu o governador Moreira Franco. Com eleição do governador Sérgio Cabral em 2006 o partido também se aproximou desse percentual. O PFL/DEM perdeu força ao logo das eleições, passando de 10 deputados eleitos em 1986 para apenas um deputado em 2010. Em sua primeira eleição PSDB elegeu apenas três deputados estaduais em 1990. Ao eleger o governador Marcello Alencar em 1994, o partido conquistou quatorze cadeiras na Alerj. Na eleição seguinte este número aumentou para quinze e

caiu para quatro na eleição seguinte, mesmo número de cadeiras obtido em 2010. O PTB apresenta um declínio mais forte, de sete deputados em 1982 só tem conseguido ocupar uma cadeira desde 2002. O PDT, a partir do enfraquecimento do brizolismo nas eleições de 1994 vem perdendo espaço e chegou eleger apenas quatro deputados em 2002. Em 2010 o PDT voltou a crescer conquistando onze cadeiras graças a expressiva votação do deputado estadual Wagner Montes que com mais de meio milhão de votos obteve sozinho 6,37% dos votos válidos.

Tabela 2 - Principais partidos na Alerj, 1982-2010.

Partidos	**1982**	**1986**	**1990**	**1994**	**1998**	**2002**	**2006**	**2010**
11 - PDS/PPR/ PPB/PP	21	1	2	6	5	6	2	2
12 – PDT	24	17	21	12	9	4	5	11
13 – PT	2	4	7	5	7	8	6	6

14 – PTB	7	5	3	2	2	1	1	1
15 – PMDB	16	18	9	7	9	12	17	12
20 – PSC	-	-	-	3	2	3	5	3
22 - PL/PR	-	4	3	4	1	4	2	9
25 - PFL/DEM	-	10	6	2	11	4	6	1
40 – PSB	-	2	-	3	3	12	3	3
45 – PSDB	-	-	3	14	15	4	6	4
Outros	-	9	16	12	6	12	17	18

Fonte: TRE- RJ

O PT só não foi uma legenda relevante no legislativo em 1982 quando elegeu apenas dois deputados. A partir de 1986, o PT passou a eleger em média seis deputados por eleição estabelecendo-se como uma das principais forças no legislativo estadual. Já o PP (ex-PDS/PPR e PPB), herdeiro direto da antiga Arena, chegou a ter a segunda maior bancada em 1982 com 21 deputados e caiu para apenas 1 em 1986. A partir daí nunca elegeu mais que seis deputados e nas duas últimas eleições do período apenas dois em cada uma delas. O PR (ex-PL[9]) elegeu em média três deputados de 1986 a 2006. Em 2010 o PR se fortaleceu com a chegada do ex-governador Anthony Garotinho e seu séquito, alcançando nove vagas na assembleia legislativa. O PSB nunca tinha elegido mais de três deputados até 1998 quando em 2002, ao eleger a governadora Rosinha Garotinho, o partido quadruplicou sua bancada. Nas duas eleições seguintes o partido voltou ao patamar de três deputados. O PSC elegeu em média três deputados de 1994 a 2010. O resultado das eleições

[9] O PR – Partido da República nasceu de uma fusão do PL com o PRONA em outubro 2006, aqui o consideramos uma continuidade do PL, pois manteve o número 22 que já era utilizado por este.

proporcionais mostra que na maioria dos casos o partido que elege o governador também consegue a maior bancada na assembleia. Nas oito eleições, apenas em 1998 o partido do governador eleito não conseguiu a maior bancada. A tabela 3, a seguir, apresenta o numero de partidos efetivo e a fracionalização partidária no período estudado.

Tabela 3 - Número de partidos efetivos e fracionalização partidária. Assembleia Legislativa, 1982-2010.

Ano	***Npe****	***Fr****
1982	3,7	0,73
1986	6,2	0,84
1990	7,1	0,86
1994	9,4	0,89
1998	8,1	0,88
2002	10,0	0,90
2006	10,0	0,90
2010	10,8	0,91

Média	**8,2**	**0,86**

Fonte: Graça e Pinto, mimeo, 2014.

* = A fórmula do número efetivo de partidos é $1/(\Sigma pe^2)$, onde *pe* é igual ao percentual de cadeiras ocupadas por partido (Laakso; Taagepera, 1979 *apud* Nicolau, 1997). ** = A fórmula do índice de fracionalização partidária é $1-(\Sigma pe^2)$, onde *pe* é igual ao percentual de cadeiras ocupadas por partido (Rae, 1967 *apud* Nicolau, 1997).

Tão importante quanto as variações nas bancadas dos partidos foi o quase constante crescimento do NPE. De 1982 a 1994 o número de partidos efetivo cresceu de 3,7 para 9,4. Em 1998 há uma pequena queda para 8,1 voltando a subir em 2002 para 10,0, mantendo nesse patamar na eleição seguinte e chegando a 10,8 em 2010. O NPE médio do período ficou em 8,16. A coluna “outros” expressa as legendas nanicas e contém o somatório dos resultados desses partidos. Em de 1986 a 2002 o número de partidos contidos nessa coluna oscilou entre seis e sete. Em 2006 o número de outros partidos com representação parlamentar chegou a treze, totalizando vinte e três partidos com representação na Assembleia Legislativa. Em 2010 esse número caiu para vinte e dois, continuando bem alto. Consequentemente, dada a magnitude do distrito (70) e o grande número de partidos com representação parlamentar, o sistema partidário do Rio e Janeiro também é fragmentado apresentando um *índice de fracionalização (F)* médio de 0,86 no período. Ou seja, a probabilidade de dois deputados estaduais escolhidos aleatoriamente pertencerem a partidos diferentes é de 86%. No estado do Rio de Janeiro o sistema partidário é caracterizado por um grande número de partidos efetivos e também por ser altamente fragmentado, o que confirma a tendência já apontada por Schmitt (1997) ao analisar o período de 1982 a 1994.

2.2 Coalizões de Governo no Estado do Rio de Janeiro (2003-2010)

Os estudos sobre as relações entre o Executivo e o Legislativo no Brasil deram origem a um amplo debate acadêmico nos últimos anos. A partir da Constituição de 1988, importantes modificações das regras institucionais inauguraram um novo padrão nas relações entre o Executivo e o Legislativo. No entanto, o debate acadêmico até aqui desenvolvido é restrito à esfera federal e não podemos afirmar que estes avanços também explicam a realidade política no nível estadual. Ou seja, apesar do crescente interesse sobre a política no âmbito subnacional, a ciência

política brasileira apresenta lacunas em relação aos estudos sobre as relações entre o Executivo e o Legislativo nos estados da federação. Uma dessas lacunas reside na pouca atenção dada à formação dos governos estaduais.

Neste capítulo identifico as coalizões formadas durante os governos de Rosinha Garotinho (2003-2006) e o de Sérgio Cabral (2007-2010) visando a formação de uma base legislativa de apoio para as suas políticas. Para tanto, apresentamos a composição partidária e as características das coalizões governativas (ou de governo) formadas no período, compreendendo tanto as que foram constituídas no início do governo, como as suas modificações ao longo do mandato de cada um desses governantes.

A ocupação de cargos no primeiro escalão do governo é o critério utilizado para identificar a participação dos partidos na coalizão do governo. A formação das coalizões de governo no nível nacional ocorre pela ocupação das cadeiras dos ministérios. Como os secretários de Estado são equivalentes aos ministros, verificamos que partidos faziam parte do governo para determinar a composição partidária das coalizões. Consideramos não só os partidos que vieram a fazer parte do governo no seu início, como também as mudanças na composição partidária ao longo de um mesmo mandato. Ou seja, se um novo partido saiu ou passou a fazer parte da coalizão, foi formada uma nova coalizão de governo.

Para a identificação da filiação partidária dos ministros trabalhamos com os recursos utilizados em geral para definir as diferentes governos de coalizão. Sendo mais específico, para identificar a filiação partidária dos secretários de Estado nos baseamos em dados oficiais sobre os resultados das eleições, publicações do Poder Legislativo, *web sites* contendo dados eleitorais e legislativos, seções políticas de jornais locais e nacionais. Além disso, em virtude da baixa quantidade de informações a respeito dos secretários cuja filiação partidária não identificamos, buscamos informações sobre a participação dos partidos no governo por meio dos discursos dos líderes partidários na Alerj e, também, pelo posicionamento dos líderes em algumas votações de projetos de lei enviados pelo Executivo. Outro importante recurso utilizado foi a relação de filiados por partido/UF disponibilizada na web *site* do Tribunal Superior Eleitoral que, apesar de não apresentar a filiação anterior, apresenta a última filiação partidária registrada naquele órgão.

O capítulo baseia-se em um levantamento inédito do secretariado dos dois governadores e apresenta as coalizões de janeiro de 2003 a dezembro de 2010,

cobrindo todo o período estudado. Junto com os partidos da coalizão, o quadro abaixo apresenta as datas de início e fim de cada coalizão, o evento gerador da coalizão e a duração. Outro dado relevante é o percentual de cadeiras da coalizão e o percentual de secretários com filiação partidária.

Quadro 1 - Coalizões de Governo – 2003 a 2010.

Legislatura	Governo	Partido do Governador	Partidos da coalizão de governo	Evento que gera a coalizão	Duração		Cadeiras da coalizão de governo (%)	Secretários com filiação partidária (%)
					Início	Fim		
8ª (2003-2006)	Rosinha – IA	PSB	PSB - PMDB - PL - PPB (PP) - PMN	Eleições majoritárias /legislativas	01/01/2003	18/08/2003	51,43	59,26
	Rosinha – IB	PMDB	PMDB - PSB - PL - PP - PMN	Entrada da governadora no PMDB	19/08/2003	06/01/2004	50	57,14
	Rosinha – II	PMDB	PMDB - PL - PSB - PP - PMN – PSC	Entrada do PSC	07/01/2004	31/05/2004	58,57	46,67
	Rosinha – III	PMDB	PMDB - PL -PSB - PP - PMN - PSC – PV	Entrada do PV	01/06/2004	12/01/2005	60	51,61
	Rosinha – IV	PMDB	PMDB - PL -PSB - PP - PMN – PSC	Saída do PV	13/01/2005	29/03/2006	58,57	51,61
	Rosinha – V	PMDB	PMDB - PL -PSB - PP - PMN	Saída do PSC	30/03/2006	03/10/2006	48,57	31,03
	Rosinha – VI	PMDB	PMDB - PSB - PP - PMN	Saída do PL	04/10/2006	31/12/2006	42,86	25
9ª (2007-2010)	Sérgio Cabral 1 – I	PMDB	PMDB - PSB - PSC - PP - PT – PMN	Eleições majoritárias /legislativas	01/01/2007	31/12/2010	51,43	63,16

Fonte: Graça e Pinto, mimeo, 2014.

Conforme vimos no capítulo 1, no âmbito federal, a formação do governo segue o arranjo institucional denominado por Abranches (1988) de “presidencialismo de coalizão”, em que o presidente negocia com os partidos a formação de sua base de sustentação por meio da distribuição de postos na estrutura do governo em troca de um apoio partidário no Legislativo que garanta os votos necessários à aprovação dos seus projetos. Uma vez que o sistema político estadual também é presidencialista e multipartidário, o modelo de presidencialismo de coalizão pode possuir potencial explicativo para a compreensão da política estadual.

No estado do Rio de Janeiro, no período de 2003 a 2010 encontramos dois governadores diferentes: de 2003 a 2006, Rosinha Garotinho (PSB até agosto de 2003 / PMDB) e, de 2007 a 2010, o primeiro mandato de Sérgio Cabral (PMDB). Em recente análise sobre a produção legislativa durante os dois primeiros anos do governo de Rosinha Garotinho e dos dois primeiros anos do primeiro governo de Sérgio Cabral, Graça e Santos (2009) apontam a existência de uma relação mais cooperativa entre o Executivo e o Legislativo nos primeiros anos de Sérgio Cabral do que a apresentada nos primeiros anos de Rosinha Garotinho. Em relação às coalizões de governo, nossos dados também apontam diferenças entre os dois governos, com Sérgio Cabral apresentando secretariado majoritariamente partidário e uma coalizão estável durante todo seu governo.

Rosinha Garotinho foi eleita governadora pelo PSB, em 2002, no primeiro turno, com 51,3% dos votos válidos. A coligação que foi construída para sua candidatura era composta pelos seguintes partidos: PSB / PPB / PST / PTC / PSC / PRP / PSD / PGT. Apesar de possuir a maior coligação do pleito com oito partidos, a governadora conseguiu eleger apenas 21 deputados sendo, 12 pelo seu partido (PSB), 6 pelo PPB e 3 pelo PSC. Para conseguir maioria na Alerj, a governadora negociou com os partidos e trouxe para o governo o PMDB e o PL. Sobre os pequenos partidos (PST / PTC / PRP / PSD / PGT) que participaram da coligação, além de não elegerem nenhum deputado, também não encontramos nenhum secretário que fosse filiado a um desses partidos políticos.

A negociação com o PMDB não foi tranquila, pois apesar de contar com mesmo número de deputados eleitos por esse partido, a governadora e o seu partido, o PSB, aspiravam a conquista da presidência da Alerj. É tradição da Casa legislativa ter como presidente um deputado do partido com maior número de cadeiras, condição que tanto

o PSB quanto o PMDB atendiam. Como dois deputados migraram para o PSB, este iniciou a legislatura com a maior bancada.

A disputa pela presidência começou em novembro de 2002, mais de dois meses antes da posse da nova legislatura. Com o apoio da governadora eleita e da presidência regional do PSB, a deputada Graça Matos iniciou sua articulação para candidatar-se à presidência da casa. O trecho abaixo confirma a ambição do PSB:

> O deputado federal reeleito Alexandre Cardoso, presidente regional do PSB, se mantém irredutível em retirar a candidatura da deputada estadual reeleita Graça Matos à Presidência da Assembleia Legislativa do Estado do Rio (Alerj). E disse que vai usar o futuro poder de liberar recursos da governadora eleita, Rosinha Garotinho, para vencer a disputa com o deputado Jorge Picciani (PMDB). Cardoso, porém, ainda não descarta a negociação para superar o impasse. "Um acordo é sempre melhor do que a briga, mas quem tem a caneta é a Rosinha. E vamos ganhar a eleição. Basta ter consenso", sustentou, ontem, o parlamentar. (Notícias Alerj, 12/11/2002)

Ao mesmo tempo, o PMDB lançou o nome de Jorge Picciani à presidência da casa e o governo teve que ceder. Entre o apoio do PMDB e a presidência da Alerj, a governadora e o PSB acabaram optando pelo primeiro. Para a imprensa, ao contrário do presidente regional do seu partido, a governadora dizia que estava disposta a um acordo com o PMDB, conforme declarou ao jornal O Dia em 11/11/2002: “Quero um entendimento. Não interessa o confronto”. Assim, em fevereiro de 2003, o deputado peemedebista Jorge Picciani foi eleito por unanimidade à presidência da casa, numa chapa única onde a deputada Graça Matos (PSB) figurava como 1.ª secretária – um dos cargos mais importantes depois da presidência. Este acordo garantiu o PMDB fora da oposição e culminou em sua participação no secretariado indicando o ocupante da Secretaria de Estado de Educação na primeira coalizão da governadora Rosinha Garotinho. Era uma participação pequena para um partido que, além da presidência, tinha a segunda maior bancada na Assembleia.

O governo de Rosinha Garotinho nos seus quatro anos de mandato formou seis coalizões. Este número indica uma instabilidade na base do governo com coalizões que duraram sempre menos de doze meses. Além do PMDB e do PSB, até então o partido da governadora, também fizeram parte da coalizão Rosinha – IA o PPB (que alterou sua sigla para PP a partir de abril de 2003) e o PL. O PMN, mesmo este não

tendo elegido nenhum deputado também fazia parte do gabinete. Com duração de quase oito meses, esta foi uma das mais duradouras coalizões desse governo.

A coalizão Rosinha – IB não apresenta a entrada ou saída de partidos da base do governo, mas apresenta uma mudança que justifica essa divisão. Trata-se da mudança de partido da governadora. Em agosto de 2003, a executiva nacional do PSB, em movimento contrário ao diretório estadual do partido, expulsou o ex-governador Anthony Garotinho que, no mesmo mês, filiou-se ao PMDB. Como parte do séquito de seu marido, a governadora o acompanhou e também se filiou ao PMDB. Mesmo com o espaço bem reduzido, o PSB continuou no governo à frente da Secretaria de Cultura até o final de 2003 e, depois, assumiu a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação com a nomeação do Prof. Wanderley de Souza de 2004 até o fim do mandato[10]. Esta mesma pasta continuou com o PSB durante todo o governo de Sérgio Cabral. Com a governadora no PMDB, alguns deputados estaduais a acompanharam e outros aliados foram para o PMN. Mesmo não estando no gabinete, o PPS também recebeu deputados que deixaram o PSB.

A coalizão Rosinha II caracteriza a entrada do PSC com a nomeação de deputado estadual Marco Figueiredo para a Secretaria de Desenvolvimento da Baixada e Região Metropolitana. Ao longo do governo este partido também estará presente na Secretaria de Estado de Justiça e Direito do Cidadão e na Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação. As coalizões Rosinha III e Rosinha IV marcam a entrada e saída do PV que no governo ocupou a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano. Após a saída do PV a pasta foi novamente ocupada pelo PMDB com a nomeação do vice-governador Luiz Paulo Conde.

As coalizões Rosinha 1 – V e Rosinha VI marcam respectivamente a saída de dois importantes aliados: O PSC e o PL. O mandato da governadora Rosinha Garotinho foi marcado pela instabilidade das coalizões. Sendo assim, é perceptível o movimento do Poder Executivo em busca de apoio majoritário na Assembleia Legislativa. Como podemos observar, das seis coalizões montadas ao longo do governo apenas duas foram minoritárias e no último ano do seu mandato.

No governo Sérgio Cabral (PMDB), encontramos um cenário bem diferente daquele observado no governo Rosinha Garotinho. Mesmo esta tendo governado a

[10] Durante o primeiro turno das eleições de 2006, mesmo continuando à frente dessa pasta, o PSB apoiou o candidato do PT, porém, como candidato do PMDB este apoio só foi formalizado no segundo turno.

maior parte do tempo filiada ao mesmo partido, nota-se que o seu sucessor formou sua coalizão, e mesmo sendo do mesmo partido (PMDB), a manteve estável do início ao fim de seu primeiro mandato (2007-2010).

Ao contrário de sua antecessora, o governador Sérgio Cabral não teve conflitos com a Assembleia Legislativa. Seu trânsito pela Alerj era fácil, pois além de ter sido deputado estadual, ele foi presidente daquela casa legislativa de 1994 a 1998 e de 1999 a 2002. O governador também tinha como aliado o então presidente da casa, o deputado estadual Jorge Picciani, de seu partido, o PMDB e que também presidiu a casa durante o governo Rosinha. Ao contrário da governadora Rosinha que tinha sido eleita por outro partido (PSB) e tentou obter a presidência da casa, Sérgio Cabral iniciava o seu governo tendo o presidente do Poder Legislativo como seu aliado.

Durante os quatro anos de seu primeiro mandato, o governador Sérgio Cabral manteve uma única coalizão com os seguintes partidos: PMDB, PSB, PSC, PP, PT, PMN. Os seus aliados assumiram secretarias e lá permaneceram até o fim do governo. Portanto, além de estável no que diz respeito à composição partidária, teve também baixa rotatividade de secretários. Foi assim com o PSB na Secretaria de Ciência e Tecnologia, com o PP da pasta de Transportes, com o PSC na Secretaria de Trabalho e o PMN na Secretaria de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. O PT que esteve na oposição durante todo o governo de Rosinha Garotinho foi para o governo assumindo duas pastas, a Secretaria de Ambiente e a de Assistência Social e Direitos Humanos.

Um ex-adversário na disputa pelo governo do estado, Eduardo Paes (então no PSDB) foi para a Secretaria de Turismo, Esporte e Lazer, mas o seu partido optou por ficar independente do governo no legislativo. Por isso, não consideramos o PSDB como integrante da base de Cabral 1 – I. Além disso, depois de nove meses na pasta, o secretário Eduardo Paes deixou o PSDB e filiou-se ao partido do governador (PMDB). Nas eleições municipais de 2008, Paes foi candidato a prefeito da cidade do Rio de Janeiro, capital do estado, sendo lançado pelo PMDB com total apoio do governador Cabral.

Os governos Rosinha Garotinho e Sérgio Cabral não diferem apenas no número de coalizões em seus governos, mas também no número de secretarias. A tabela 4, a seguir, apresenta o número mínimo e máximo de secretarias nos governos em questão. Nota-se que no governo de Rosinha Garotinho havia um número bem maior de pastas do que nos dois governos de Sérgio Cabral. Também chamamos

atenção para estabilidade do número de pastas no governo Sérgio Cabral 1 que, além de manter uma coalizão única do início ao fim de seu governo, reduziu bem o número de pastas deixado pela sua antecessora.

Tabela 4 - Quantidade de Secretarias Estaduais por Governo 2003-2010.

Governo	Secretarias	
	Mínimo	Máximo
Rosinha Garotinho	27	31
Sérgio Cabral	19	19

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Diário Oficial do Estado do Estado do Rio de Janeiro.

Quando nos referimos ao estado do Rio de Janeiro, encontramos uma experiência que nos afasta do ultrapresidencialismo estadual. Tal constatação já tinha sido apresentada por Santos (2001) em sua análise do período de 1995-1998. Observar as relações entre o Executivo e o Legislativo no âmbito estadual no Brasil, significa observar um sistema presidencialista, unicameral e multipartidário. No caso do estado do Rio de Janeiro, apesar das diferenças existentes entre os governos Rosinha Garotinho e Sérgio Cabral na formação das coalizões, os dados apontam algo em comum: os governadores, assim como o presidente, negociam com os partidos a formação de sua base de sustentação por meio da distribuição de postos na estrutura do governo em troca de um apoio partidário no Poder Legislativo para garantir os votos necessários à aprovação dos seus projetos.

3 O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Neste capítulo abordaremos o processo orçamentário no Estado do Rio de Janeiro por meio da experiência recente dos governos de Rosinha Garotinho (PMDB) e Sérgio Cabral (PMDB). Da mesma forma como ocorre com o governo federal, no

nível subnacional seguimos um conjunto de determinações legais e também estamos sujeitos às variações das regras institucionais do Poder Legislativo dos estados e municípios. Dessa forma, abordaremos o processo de tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), bem como a participação dos deputados estaduais na definição do orçamento anual. Por fim, trataremos da execução orçamentária a fim de verificar como os dois governos se comportaram na aplicação do gasto público. A partir da Constituição Federal de 1988 um conjunto de normas inovou o processo decisório do orçamento federal, dos estados e dos municípios. Estas inovações consistiram em um sistema hierárquico de planejamento e coordenação do ciclo orçamentário para um período de quatro anos. Os instrumentos institucionais que regulam o orçamento são três: O Plano Plurianual – PPA; a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; e a Lei Orçamentária Anual – LOA. As metas definidas pelo PPA e pela LDO orientam o Executivo na Elaboração da LOA[11]. Estes instrumentos, por emanarem da Constituição Federal, são repetidos nas constituições estaduais e nas leis orgânicas municipais.

O PPA estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as despesas relativas aos programas de duração continuada para um período de quatro anos. A LDO compreende as metas e prioridades da administração pública e orienta a elaboração da LOA, dispondo sobre as alterações na legislação tributária e estabelecendo a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. A LOA estima a receita e fixa a despesa do governo para o exercício financeiro de um ano.

Em consonância, o Art. 165 da Constituição Federal, o caput do Artigo 209 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro, estabelece que “Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: I - o plano plurianual; II - as diretrizes orçamentárias; III - os orçamentos anuais”. No parágrafo 5º do Art. 209 da Constituição Estadual fica definido que a LOA compreende: “I - o orçamento fiscal referente aos Poderes do Estado, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; II - o orçamento de investimento das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital

[11] Ver Constituição da República Federativa do Brasil, Art. 165.

social com direito a voto; III - o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público". No parágrafo 7º do mesmo artigo, a Constituição Estadual aponta que os orçamentos previstos no parágrafo 5º, incisos I e II, deverão ser compatíveis com o plano plurianual e, entre suas funções, estará a redução das desigualdades inter-regionais, segundo o critério populacional. Em suma, a LDO e a LOA não podem contrariar o PPA.

Como vimos acima, a iniciativa dos projetos de lei referentes ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e ao orçamento anual é do Poder Executivo, mas cabe à Assembleia Legislativa a apreciação e aprovação destes projetos de lei para posterior sanção do governador. Até o dia 30 de setembro o governador envia à Alerj o projeto de lei orçamentária referente ao ano subsequente que tem até o final da Sessão Legislativa para votar e aprovar a proposta. Em caso de não encaminhamento do Projeto de Lei do Orçamento Anual para sanção até o dia 31 de dezembro, o Poder Executivo fica autorizado a executar a proposta orçamentária originalmente encaminhada ao Poder Legislativo, até a sanção da respectiva Lei do Orçamento Anual, limitando-se aos duodécimos as despesas correntes, respeitadas as despesas com pessoal, encargos sociais, serviço da dívida, transferências aos municípios e despesas já contratadas. Esta autorização está expressa na LDO de todos os anos do período estudado (2003-2010). Apesar disso, a proposta orçamentária original nunca chegou a ser utilizada em virtude da Lei do Orçamento Anual ter sido sempre publicada até o primeiro dia do seu ano de referência.

O primeiro passo da tramitação consiste na análise do Projeto de Lei do Orçamento Anual pela comissão permanente da Assembleia Legislativa, neste caso a Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle – COFFFC, composta por sete deputados. Ao concluir a análise, a COFFFC emite parecer e envia o projeto ao plenário e inicia o prazo para recebimento de emendas dos deputados. A comissão recebe e aprecia as emendas e emite o seu parecer para que, na forma regimental, o projeto emendado seja apreciado pelo plenário. Após a aprovação pela Assembleia Legislativa, o projeto vai à sanção do governador. O Art. 210 da Constituição do Estado do Rio de Janeiro define, em seu parágrafo 3º, os critérios para aprovação de emendas ao orçamento.

> § 3º - As emendas ao projeto de lei do orçamento anual, ou aos projetos que o modifiquem, somente podem ser aprovadas caso:
> I - sejam compatíveis com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias;
> II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:
> a) dotações para pessoal e seus encargos;
> b) serviço da dívida;
> c) transferências tributárias constitucionais para Municípios;
> III – sejam relacionadas:
> a) com a correção de erros ou omissões ou
> b) com os dispositivos do texto do projeto de lei. (ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1989)

Como podemos observar, exceto nos casos de correção de erros ou omissões e em casos de emendas aos dispositivos do texto do projeto de lei, o Legislativo não pode modificar despesas de pessoal, serviço da dívida e transferências constitucionais. Diante disso, o Legislativo fica praticamente limitado a apresentar emendas que modifiquem despesas em dois *grupos de natureza de despesa* (GND): *Investimentos* e *Outras Despesas Correntes*. Mesmo assim, como o grupo *Outras Despesas Correntes,* além dos gastos relacionados com a manutenção da máquina administrativa, também possui gastos protegidos por lei, a atuação do Legislativo acaba sendo predominante no grupo *Investimentos.* A apresentação de novas despesas via emenda, sempre depende da anulação de outra despesa. Esta regra é um forte limitador da capacidade de emendar o orçamento. É importante observar que a Constituição Estadual estabelece que as emendas parlamentares devem ser compatíveis com o PPA. No orçamento federal o GND que mais concentra a participação dos deputados federais por meio de emendas individuais é o grupo *Investimentos* (FIGUEIREDO E LIMONGI, 2008). No caso da LOA do Estado do Rio de Janeiro, em consequência das regras constitucionais coincidentes, as emendas parlamentares ao orçamento estadual também se concentram nesse GND.

De 2003 a 2006, durante o mandato da ex-governadora Rosinha Garotinho (PMDB), o Poder Executivo enviou quatro projetos de lei orçamentária anual à Alerj. Cabe ressaltar que o projeto de lei para o ano de 2003 foi enviado pela governadora anterior, Benedita da Silva (PT), e executado pela governadora Rosinha e, o projeto de lei de 2007 foi enviado pela governadora Rosinha Garotinho (PMDB) e executado pelo governador Sérgio Cabral (PMDB), que apresentou os projetos de lei seguintes.

A tabela 5, a seguir, apresenta os valores propostos pelo executivo e os aprovados pela Assembleia Legislativa.

Tabela 5 – Despesa proposta e aprovada no orçamento anual de 2003-2010. *Em R$.*

Ano	Enviado por	Despesa proposta	Despesa aprovada
2003	Benedita da Silva	21.752.528.000,00	22.425.528.000,00
2004	Rosinha Garotinho	30.911.922.520,00	30.911.922.520,00
2005	Rosinha Garotinho	32.260.837.000,00	32.260.837.000,00
2006	Rosinha Garotinho	34.989.526.767,00	34.989.526.767,00
2007	Rosinha Garotinho	36.753.799.856,00	36.753.799.856,00
2008	Sérgio Cabral	39.879.143.430,00	39.879.143.430,00
2009	Sérgio Cabral	46.676.442.467,00	46.676.442.467,00
2010	Sérgio Cabral	46.368.269.144,00	47.403.409.302,00

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do Diário Oficial do Estado do Estado do Rio de Janeiro.

Em seis dos oito projetos de lei orçamentária anual apresentados, a assembleia aprovou exatamente o mesmo valor total de despesa proposto pelo Executivo. A comparação entre a despesa proposta pelos governadores Rosinha Garotinho e Sérgio Cabral e o valor da despesa aprovada na Alerj pode nos levar a crer que a ação do Legislativo, na tramitação do orçamento, consiste em homologar os valores enviados pelo Executivo. Além disso, para os anos de 2003 e 2010, o Legislativo reestimou a receita e a despesa públicas ampliando a capacidade de gastos do Executivo.

Em artigo pioneiro, Santos (2001: 175), ao justificar sua escolha analítica, afirma que a “questão orçamentária não é a única nem a melhor maneira de se analisar o padrão de relacionamento entre os poderes no Rio de Janeiro”. A base para essa afirmação é o fato de que os valores totais das propostas de orçamento anual apresentadas pelo executivo eram idênticos aos aprovados pelo legislativo em todo o período de 1995-1998. Concordamos com o autor em relação ao fato de que a questão orçamentária não é a única maneira para verificar o padrão de relacionamento entre o Executivo e o Legislativo, mas chamamos atenção para o fato de que a simples observação dos valores totais propostos e aprovados também não nos permite afirmar que o Legislativo homologou a proposta orçamentária enviada pelo Executivo. A tabela 6, a seguir, fornece indicações de que o papel do Legislativo no orçamento não é meramente homologatório.

Tabela 6 – Emendas apresentadas à Comissão de Orçamento (COFFFC) - Projetos de Lei Orçamentária Anual 2003-2010.

Ano	Aprovadas	Aprovadas como Prioridade	Rejeitadas	Emendas Apresentadas	Emendas Aprovadas
2003	6267	607	556	7430	6874
2004	6368	123	144	6635	6491
2005	6750	3794	51	10595	10544
2006	5048	4203	54	9305	9251
2007	5203	2059	23	7285	7262
2008	6964	458	34	7456	7422
2009	6186	609	66	6861	6795
2010	7234	1217	33	8484	8451
Total	**50020**	**13070**	**961**	**64051**	**63090**

Fonte: Pareceres aprovados pela Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle – COFFFC, publicados no DOERJ e no *site* da ALERJ.

Os dados da tabela 6 permitem considerar que se, na maioria dos casos, os valores totais aprovados condizem com os valores propostos, isto não significa que o projeto final seja idêntico ao projeto enviado pelo Executivo. Não há limite de quantidade para apresentação de emendas pelos deputados estaduais e a média de emendas apresentadas aos projetos da LOA no período foi de 8.006/ano. Dessa forma, cada um dos 70 deputados estaduais apresentou, em média, aproximadamente 114 emendas ao orçamento por ano. Em cada ano os deputados estaduais aprovaram os respectivos pareceres da COFFFC incluindo nesse período 98,5% das 64.051 emendas apresentadas. O número de emendas rejeitadas representa apenas 1,5% do total de emendas. As emendas aprovadas como *prioridade* são emendas que não modificam o texto da LOA e nem valores no orçamento. Elas representam 20,7% das emendas aprovadas que, mesmo possuindo um determinado valor, não possuem dotação para sua execução e apenas figuram em seu conjunto como um anexo de prioridades, sempre o último item dos anexos da Lei. A partir da LOA de 2008 este item passou a ser chamado de “Anexo de Prioridades Parlamentares”.

Um exemplo de alteração na LOA que ilustra bem o fato de que o papel do Legislativo no Estado do Rio de Janeiro não é o de homologar as propostas do

Executivo pode ser encontrado nas alterações do texto da lei. Nas quatro mensagens enviadas pela ex-governadora Rosinha Garotinho, na “Seção III – Das Autorizações para Abertura de Créditos Orçamentários”, a margem de transposição, remanejamento ou transferência integral ou parcial de dotações orçamentárias, inclusive entre unidades orçamentárias distintas era de até o limite de 30% da despesa fixada na LOA. Entretanto, também por quatro vezes consecutivas, os deputados estaduais reduziram esta margem para 25% contra a vontade expressada pelo Executivo. No caso do governo Sérgio Cabral (PMDB), em todos os anos ele solicitou a margem de 30%, sendo reduzido para 20% em 2008 e retomado a margem de 25% nos anos seguintes. Contudo, no ano de 2010, especificamente para os Investimentos o Legislativo autorizou, pela primeira vez no período, os 30% desejados pelo executivo. Veja a tabela 7, a seguir.

Tabela 7 – Margem de transposição, remanejamento ou transferência integral ou parcial de dotações orçamentárias (2003-2010)

Ano	*Proposto*	*Aprovado*
2003	20%	25%
2004	30%	25%
2005	30%	25%
2006	30%	25%
2007	30%	25%
2008	30%	20%
2009	30%	25%
2010	30%	25%*

* 30% Para Investimentos.

Fonte: *Site* da Alerj.

A margem de transposição, remanejamento ou transferência integral ou parcial de dotações orçamentárias autoriza o Poder Executivo a abrir créditos suplementares via decreto, desde que sejam respeitados os critérios estabelecidos na Lei de Orçamento anual e as limitações constitucionais. Considerando que a autorização para abertura desses créditos suplementares incide sobre o total da despesa fixada na Lei, e que em média o percentual de remanejamento correspondeu a ¼ da despesa pública, o Executivo possui boa margem para alterar as dotações orçamentárias. A

interpretação vigente é de que essa margem se aplica ao valor total da despesa, logo, isto significa que especialmente nos Investimentos, que representam em média menos de 10% do total despesa pública, o Governador pode remanejar dotações inteiras por meio de decreto que cancele ou remaneje valores de programas de Investimentos, inclusive criando novos programas, se julgar necessário. A possibilidade de alterar de forma significativa as dotações do GND Investimentos, sem a necessidade de submeter estas alterações ao Legislativo, pode reconfigurar completamente a distribuição dos recursos orçamentários, diminuindo assim na execução a influência do Legislativo.

Outro exemplo, específico da LOA de 2004, foi o estabelecimento de cotas de até R$ 1 milhão por deputado para apresentação de emendas individuais com valor. O estabelecimento de cotas por deputado não existia antes. Ao todo foram apresentadas 6.629 emendas e aprovadas 6.485 totalizando R$ 236 milhões em emendas de bancada e de comissões e cerca de R$ 70 milhões em emendas individuais. Para assegurar a execução de suas emendas os parlamentares alteraram o Art. 22 da lei 4259/2003 - LOA de 2004 - proibindo o Poder Executivo de remanejar ou transferir, integral ou parcialmente, as dotações referentes às emendas individuais dos parlamentares.

Durante o governo de Rosinha, para os orçamentos de 2005 e 2006, as cotas não foram mantidas. No entanto, para o orçamento de 2007, as cotas para emendas foram retomadas por meio de um acordo entre a presidência da Alerj e a equipe de transição do governador eleito, Sérgio Cabral (PMDB). Na LOA de 2007 cada deputado estadual teve direito à despesa de R$ 600 mil em emendas individuais. No ano seguinte a cota por deputado estadual passou novamente para 1 milhão de reais e este teto foi mantido até a LOA de 2012. Para a LOA de 2013 este valor dobrou para 2 milhões de reais por deputado. Além disso, ressaltamos que não encontramos, no texto das leis posteriores, qualquer artigo no mínimo semelhante ao Art. 22 da lei 4259/2003 - LOA de 2004. Apesar disso, o acordo com para execução dessas emendas ficou vigorando entre a Alerj e o Poder Executivo.

Os exemplos acima demonstram que, mesmo considerando as limitações constitucionais impostas à apresentação de emendas ao orçamento, o Poder Legislativo não tem um papel passivo na análise das propostas orçamentárias. Há ainda espaço para alocação de recursos por meio de emendas que remanejam recursos entre programas de governo, alteram o texto, corrigem e ajustam dotações,

os deputados garantindo a participação dos parlamentares na definição na definição da despesa pública.

Ao contrário do que ocorre com a Câmara e o Senado Federal, que disponibilizam pela Internet a relação das emendas aprovadas pelos parlamentares indicando a autoria, destino e o valor aprovado e executado, a Alerj não disponibiliza essas informações em seu *site*. A Alerj não possui um mecanismo de consulta direta da execução orçamentária pelos cidadãos que, para acompanhar a execução do orçamento, ficam limitados aos dados consolidados contidos nos relatórios técnicos disponibilizados pela Secretaria de Estado da Fazenda e pelo Tribunal de Contas do Estado - TCE. Isso é um paradoxo, pois o poder que fiscaliza em nome dos cidadãos não dá transparência a esta fiscalização e nem sequer a divulga.

Apesar disso, há divulgação do número, autoria e do conteúdo das emendas. Estas são publicadas de forma detalhada apenas uma vez, logo após a sua apresentação pelos deputados. Após a análise, a comissão de Orçamento publica seu parecer especificando as emendas aprovadas, prejudicadas e rejeitadas e submete este relatório ao plenário. No texto final da lei as emendas são incorporadas sem identificação de sua autoria. Retomaremos, em capítulo posterior, ao tema das emendas com o devido aprofundamento.

Quando destinamos o nosso foco às alterações intraorçamentárias por grupos de despesas (GND), começamos a ver que mesmo com todas as limitações constitucionais, o Legislativo promove mudanças nos valores não apenas no interior dos grupos de despesas (GNDs), mas também entre eles.

Antes porém, precisamos esmiuçar um pouco o significado de cada um dos *grupos de natureza de despesa* (GND).

A classificação por *grupos de natureza de despesa* (GND) contém seis grupos que se vinculam a duas categorias econômicas: despesas correntes e despesas de capital. De acordo com Giacomoni (2009) as despesas correntes com *Pessoal e Encargos Sociais* abrangem despesas com pagamento de salários, gratificações, emprego ou função de confiança, pagamentos de aposentadorias, reformas e pensões, obrigações trabalhistas, contribuições a entidades fechadas de previdência, remuneração de militares e demais obrigações salariais e trabalhistas com relação a pessoal contratado temporariamente em atendimento ao interesse público, quando se tratar de substituição de servidores. Os *Juros e Encargos da Dívida* referem-se ao pagamento de juros, comissões e encargos da dívida interna e externa. O grupo

Outras Despesas Correntes inclui as despesas com a manutenção da máquina administrativa do governo e com a aquisição de bens e serviços, despesas com a contratação de mão de obra temporária, quando não se referir à substituição de servidores.

Na categoria despesas de capital, os *Investimentos* referem-se aos gastos com "planejamento e a execução de obras, inclusive com a aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, e com a aquisição de instalações, equipamentos e material permanente" (GIACOMONI, 2009: 110). As *Inversões Financeiras* incluem as despesas com a aquisição de bens de capital ou com imóveis já em utilização, as despesas com o aumento ou constituição do capital de empresas e com a aquisição de títulos representativos do capital de entidades ou empresas de qualquer espécie, desde que as empresas já estejam constituídas e somente quando a operação não implicar em aumento de capital. A *Amortização da Dívida* refere-se às despesas com o pagamento e com refinanciamento do valor principal da dívida pública interna e externa, contratual ou mobiliária, bem como as despesas da atualização monetária ou cambial destas dívidas.

As tabelas 8 e 9, a seguir, apresentam estas variações percentuais promovidas pelo Legislativo que ocorreram em todas as peças orçamentárias dos dois governos. Vale observar que apesar de no total as variações serem pequenas, há diferenças significativas nos diferentes GNDs entre o projeto de lei enviado pelo executivo (PLO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) aprovada pelo Legislativo. Por exemplo, na primeira linha da tabela abaixo, referente às Despesas Correntes, houve uma diferença positiva de 2,86% entre o PLO e a LOA.

Tabela 8 - Variação entre o orçamento proposto e o orçamento aprovado por GND - 2003/2006.

RESUMO DA DESPESA - GERAL	2003	2004	2005	2006
DESPESAS CORRENTES	2,86%	0,38%	0,37%	0,14%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	2,02%	0,32%	0,47%	-0,15%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5,77%	0,00%	-0,47%	0,00%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3,30%	0,49%	0,41%	0,41%
DESPESAS DE CAPITAL	9,05%	-0,58%	-2,87%	-0,71%
INVESTIMENTOS	18,54%	4,37%	3,67%	0,86%
INVERSÕES FINANCEIRAS	-36,48%	-47,10%	-85,55%	-7,52%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	-14,25%	0,00%	0,00%	0,00%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-99,98%	-74,77%	-50,00%	-95,00%
TOTAL GERAL	3,09%	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: Site da Alerj e Diário Oficial do Estado do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 9 - Variação entre o orçamento proposto e o orçamento aprovado por GND - 2007/2010.

RESUMO DA DESPESA – GERAL	2007	2008	2009	2010
DESPESAS CORRENTES	-0,08%	-0,12%	-0,68%	-0,03%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	-0,37%	1,66%	0,49%	2,61%
PESS ENC SOC-INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00%	0,00%	0,00%	-0,59%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	0,84%	-1,20%	-1,71%	0,64%
OUTRAS DESP CORR - INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00%	0,00%	0,00%	-5,76%
OUTRAS DESP CORR-INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	-5,37%	0,00%	0,00%	0,00%
DESPESAS DE CAPITAL	1,29%	1,11%	5,17%	20,19%
INVESTIMENTOS	1,88%	1,53%	6,69%	26,89%
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,22%	0,00%	0,13%	0,00%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-96,00%	0,00%	-40,00%	0,00%
TOTAL GERAL	0,00%	0,00%	0,00%	2,23%

Fonte: Site da Alerj e Diário Oficial do Estado do Estado do Rio de Janeiro.

A tabela 8 apresenta os dados governo de Rosinha Garotinho (PMDB) e a tabela 9 do governo de Sérgio Cabral (PMDB). Os dois governos apresentam algumas

características comuns e distintas em relação à forma como o orçamento foi modificado pelo legislativo. Em relação às mudanças entre GND, vê-se que, com exceção do ano de 2003, o governo de Rosinha Garotinho teve suas Despesas Correntes aumentadas pelo Legislativo. Por outro lado, o governo de Sérgio Cabral teve durante quatro anos as suas Despesas Correntes sensivelmente reduzidas pelo Legislativo. Considerando que o ano de 2003 foi um ano de ajuste forte para o governo Rosinha, inclusive com o bloqueio temporário de repasses federais, temos que considerar que as mudanças promovidas nesse ano diferenciam-no dos demais anos deste governo. Dessa forma, vemos que é comum encontrarmos pouca ou nenhuma alteração nos Juros e Encargos da Dívida, sendo encontradas alterações significativas nesse GND apenas no primeiro ano de cada governo.

Com relação às Despesas de Capital, mais uma vez nos deparamos com diferenças. Enquanto no governo de Rosinha Garotinho o Legislativo, de 2004 a 2006, reduziu o valor total das Despesas de Capital, durante os quatro anos de Sergio Cabral, o total dessas despesas foi aumentado. A variação ocorrida no GND Investimentos foi positiva durante todos os anos dos dois governos. Sendo que há uma redução dessa variação durante os anos do governo de Rosinha Garotinho e uma forte mudança nos dois últimos anos do governo de Sérgio Cabral. As Inversões Financeiras sofreram variação negativa durante o período Rosinha e uma pequena variação positiva durante o governo Cabral nos anos de 2007 e 2009. Com exceção do atípico ano de 2003, a Amortização da Dívida não sofreu alterações durante o processo orçamentário.

Ainda que o valor das despesas aprovadas por GND aponte que há uma variação em relação aos valores propostos pelo Executivo, precisamos verificar estas variações por meio de outros tipos de classificação da despesa pública. O próximo tipo que classificação da despesa que veremos é a *função de governo*. A classificação por *função de governo* é importante porque nos fornece informações agregadas sobre os gastos públicos nos principais segmentos de atuação do Estado. Estas informações permitem que vejamos de forma mais clara como são alocados os recursos na proposta orçamentária, bem como as variações intraorçamentárias geradas na tramitação do projeto de lei orçamentária anual no Poder Legislativo.

A tabela 10, a seguir, traz a variação percentual entre o proposto e o aprovado por *função* de governo em relação ao valor total da despesa pública. Das vinte e oito funções de governo, apenas seis receberam alterações ao longo de todo o período

estudado: Administração, Segurança pública, Saúde, Cultura, Urbanismo e Gestão Ambiental. Essas seis funções, alteradas anualmente pelos deputados estaduais, nem sempre receberam aportes de recursos. Na função administração, as variações mínimas e máximas foram, respectivamente, de -37,9% em 2010 a 28,2% em 2008. A função segurança pública teve como variações mínimas e máximas de, respectivamente, -2,96% em 2003 a 0,73 em 2009. Na função saúde, sempre considerada uma das mais importantes nos discursos eleitorais, os alterações mínimas e máximas variaram, respectivamente de -5,72% em 2008 a 2,49% em 2003. Ainda na função saúde, as variações também foram negativas em 2006 e em 2009. Nos demais anos em que encontramos variações positivas, estas não ultrapassaram o percentual de 2%. A função cultura só teve variação negativa em 2003 e nos demais a variação positiva foi de 0,14% em 2006 a 30,55% em 2010. A função Urbanismo teve uma única variação negativa, de -2,20% em 2005. Nos demais anos as variações positivas dessa função foram de 3,60% em 2008 aos significativos 70,31% em 2007 e 81,77% no ano anterior. A função Gestão ambiental nos cinco primeiros anos do período só teve uma variação negativa de -1,30% em 2006 e nos outros anos variaram positivamente de 0,19% a 1,44%.

Entre todas as funções de governo, Habitação teve a maior variação positiva de todo o período, 85,80% em 2009. A função Indústria teve fortes variações negativas durante o período de Rosinha arotinha (PMDB). No período seguinte, esta função não teve variação em 2007 e foi de 0,17% em 2008 a 0,54%, em 2010.

Tabela 10 - Variação da despesa total por função - proposto/aprovado 2003-2010.

	FUNÇÕES	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
1	Legislativa	9,17%	5,91%	0,00%	0,00%	-4,01%	-0,35%	-1,52%	7,25%
2	Judiciária	0,00%	0,00%	0,00%	-1,21%	0,00%	-5,42%	0,02%	2,81%
3	Essencial à Justiça	21,51%	4,61%	2,56%	5,62%	0,00%	-2,07%	3,51%	8,21%
4	Administração	-9,73%	1,43%	12,21%	1,38%	0,45%	28,21%	-22,38%	-37,90%
6	Segurança Pública	-2,96%	0,13%	0,67%	0,07%	0,04%	0,08%	0,73%	0,28%
8	Assistência Social	-26,94%	2,52%	0,00%	-0,69%	3,48%	15,64%	3,25%	20,78%
9	Previdência Social	-1,05%	0,00%	0,00%	0,58%	4,52%	0,00%	0,00%	0,00%
10	Saúde	2,49%	0,87%	1,57%	-0,02%	0,14%	-5,72%	-0,83%	2,05%
11	Trabalho	0,01%	0,79%	0,00%	0,00%	1,85%	0,45%	2,68%	0,36%
12	Educação	23,72%	0,70%	0,57%	0,00%	0,07%	0,01%	0,24%	2,65%
13	Cultura	-10,77%	1,76%	0,31%	0,14%	3,02%	6,07%	5,06%	30,55%
14	Direitos da Cidadania	3,38%	2,83%	0,00%	-0,54%	1,14%	0,94%	3,93%	1,48%
15	Urbanismo	24,16%	20,71%	-2,20%	81,77%	70,31%	3,60%	6,31%	9,08%
16	Habitação	-13,61%	1,31%	0,00%	-17,94%	1,95%	0,68%	85,80%	33,44%
17	Saneamento	0,43%	0,26%	0,00%	0,00%	0,12%	0,64%	0,09%	0,89%
18	Gestão Ambiental	0,55%	1,20%	1,44%	-1,30%	0,19%	5,66%	5,40%	6,08%
19	Ciência e Tecnologia	0,00%	2,65%	0,00%	0,00%	3,41%	2,27%	0,67%	3,15%
20	Agricultura	-0,78%	0,08%	0,00%	0,00%	0,06%	8,16%	6,75%	3,50%
21	Organização Agrária	-29,03%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
22	Indústria	-35,16%	-73,06%	-45,30%	-34,77%	0,00%	0,17%	0,17%	0,54%
23	Comércio e Serviços	-0,27%	0,56%	0,00%	0,00%	0,00%	0,40%	0,47%	1,21%
24	Comunicações	-91,36%	-26,64%	0,00%	0,00%	0,00%	-55,70%	-4,88%	0,00%
25	Energia	0,00%	32,37%	0,00%	0,00%	32,79%	-	-	-
26	Transporte	19,93%	3,47%	0,00%	-0,04%	0,31%	2,81%	9,85%	81,49%
27	Desporto e Lazer	1,85%	6,08%	0,00%	-21,61%	7,26%	23,01%	11,77%	16,73%
28	Encargos Especiais	-0,31%	0,00%	-1,52%	-0,17%	-1,22%	-0,73%	0,00%	1,48%
99	Reserva de Contingência	-99,98%	-74,77%	-50,00%	-95,00%	-96,00%	0,00%	-40,00%	0,00%
	TOTAL	3,09%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	2,23%

Fonte: Site da Alerj e Diário Oficial do Estado do Estado do Rio de Janeiro.

Desporto e Lazer, no ano de 2006, véspera dos jogos Pan-Americanos 2007, ocorrido na capital do estado, o Legislativo reduziu as dotações dessa função em -21,61%. Nos quatro anos seguintes essa função apresentou variações positivas em todos os anos, chegando a ter um acréscimo de 23,01% em 2008.

A função de Comunicações, que detém a propaganda governamental, variou em -91,36% em 2003 e -26,64% em 2007, passando por três anos consecutivos sem variação, voltando a perder -55,70% em 2008 e -4,88% em 2009. Transporte foi uma função que nos dois primeiros anos do Governo Rosinha Garotinho (PMDB) passou por variações positivas, caindo para uma variação praticamente nula nos dois anos seguintes. No governo de Sérgio Cabral (PMDB) essa função sempre teve variações positivas e passou de 0,31% em 2007, para expressivos 81,49% em 2010. A função Educação teve uma variação de 23,72% em 2003 e de 2004 a 2009 a sua variação foi nula ou inferior a 1%. Em 2010 os deputados ampliaram essa dotação em 2,65%. A Reserva de contingência passou por significativas reduções durante todo o período, quando não foi reduzida, seu valor já era apresentado pelo Executivo abaixo do habitual.

Nas tabelas 11, 12, 13 e 14, a seguir, observa-se a variação do proposto/aprovado da despesa total por órgão. A despesa total por órgão apresenta as dotações orçamentárias para todos os órgãos dos três poderes. Esta especificação inclui todas as secretarias estaduais, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), a Alerj, o Tribunal de Justiça e o Ministério Público Estadual. A divisão em quatro tabelas se faz necessária por causa da variação de secretarias de estado durante o governo de Rosinha Garotinho (PMDB). Em relação ao governo de Sérgio Cabral (PMDB), somente o ano de 2007 foi separado por ter sido baseado no secretariado do governo anterior. Para os anos de 2008 a 2010 os doIs constam numa única tabela.

Em relação ao governo de Rosinha Garotinho (PMDB), na tabela 11 as alterações do Legislativo no orçamento total das secretarias de estado para o ano de 2003, concentrou-se na Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano que recebeu uma ampliação de 100,72% em sua dotação. As demais secretarias que tiveram aporte de recursos pelos deputados estaduais, a Secretaria de Estado de Energia, Indústria Naval e Petróleo teve uma variação de 9,03%. Outras cinco secretarias – Ciência e Tecnologia, Defesa Civil, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Saneamento e Recursos Hídricos, Administração e Reestruturação,

Trabalho - tiveram aportes que variam de 0,01% a 1,59%. Três órgãos não sofreram variação e dezesseis perderam recursos após a tramitação do Projeto de Lei Orçamentária Anual. Entre as que perderam dotações, destacamos cinco as secretais de Justiça, Governo, Ação Social e Cidadania, Controle geral e a de Planejamento, desenvolvimento econômico e turismo. A redução das despesas totais nessas secretarias variou de -17,28% a -37,58%. No ano de 2004, vinte órgãos ligados ao Poder Executivo tiveram sua despesa ampliada e seis não receberam modificações em suas dotações.

Tabela 11 - Variação proposto/aprovado da despesa total por órgão - 2003-2004.

2003		2004	
Assembleia Legislativa	18,11%	Assembleia Legislativa	17,95%
Tribunal de Contas do Estado do RJ	9,77%	Tribunal de Contas do Estado do RJ	0,00%
Tribunal de Justiça	0,00%	Tribunal de Justiça	0,00%
Sec Executiva do Gabinete do Governador	-9,52%	Sec de Estado de Integração Governamental	12,08%
Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor	0,00%	Vice-Govemadoria	0,00%
Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano	100,72%	Procuradoria Geral do Estado	0,00%
Vice-Governadoria	0,00%	Ministério Público	9,69%
Procuradoria Geral do Estado	10,00%	Defensoria Pública Geral do Estado	0,99%
Ministério Público	25,64%	Sec de Est de Administração e Reestruturação	0,00%
Defensoria Pública Geral do Estado	40,75%	Sec Est Agric,Abast, Pesca e Desenv Interior	0,06%
Sec de Est de Administração e Reestruturação	0,09%	Secretaria de Estado de Governo	0,00%
Sec Est Agric, Abast, Pesca e Desenv Interior	-2,88%	Secretaria de Estado de Cultura	1,77%
Secretaria de Estado de Governo	-25,93%	Secretaria de Estado da Defesa Civil	0,42%
Secretaria de Estado de Cultura	-9,18%	Secretaria de Estado de Esportes	5,95%
Secretaria de Estado da Defesa Civil	0,91%	Secretaria de Estado de Educação	0,28%
Secretaria de Estado de Educação	-0,12%	Secretaria de Estado de Habitação	1,08%
Secretaria de Estado de Fazenda	-7,66%	Secretaria de Estado de Finanças	0,00%
Gabinete Civil	-14,76%	Gabinete Civil	1,12%
Sec de Est de Planej, Desenv Econ e Turismo	-17,28%	Sec de Est de Desenv Econ e Turismo	-66,44%
Sec de Est de Direitos Humanos	-1,16%	Sec de Est de Direitos Humanos	11,41%
Sec de Est de Meio Amb e Desenv Sustentável	0,55%	Sec de Est de Meio Amb e Desenv Urbano	0,45%
Secretaria de Estado de Segurança Pública	-3,38%	Secret Estado Administração Penitenciária	0,07%
Sec Extraordinária de Obras e Prog Especiais	-8,52%	Secretaria de Estado de Segurança Pública	0,13%
Secretaria de Estado de Justiça	-18,70%	Sec de Est Justiça e Direitos do Cidadão	6,32%
Secretaria de Estado de Saúde	0,93%	Secretaria de Estado de Saúde	0,91%
Secretaria de Estado de Trabalho	0,01%	Secretaria de Estado de Trabalho e Renda	0,79%

Secretaria de Estado de Transportes	-0,64%	Secretaria de Estado de Transportes	-2,20%
Sec de Estado de Ação Social e Cidadania	-26,98%	Secretaria de Estado de Ação Social	1,83%
Secretaria de Estado de Controle Geral	-37,58%	Secretaria de Estado da Receita	0,00%
Sec Est de Energia, Indúst Naval e Petróleo	9,03%	Sec Est de Energia, Indúst Naval e Petróleo	22,43%
Sec de Est de Saneamento e Recursos Hídricos	0,44%	Secretaria de Estado de Comunicação Social	-31,92%
Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	1,59%	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	2,37%
Sec de Estado de Desenv da Baixada Fluminense	-0,03%	Sec de Estado de Desenv da Baixada Fluminense	6,88%
Encargos Gerais do Estado	8,53%	Encargos Gerais do Estado	-0,69%
Reserva de Contingência	-99,98%	Reserva de Contingência	-74,77%

Fonte: Diário Oficial do Estado do Estado do Rio de Janeiro.

As variações negativas no ano de 2004 se concentraram nas secretarias de Comunicação Social com -31,92% e na secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo com -66,44%. A secretaria de Transportes teve sua dotação reduzida em -2,20%. Ao contrário do ano anterior, nenhuma secretaria teve a despesa total ampliada em mais de 25%. As maiores ampliações ficaram com as secretarias de Direitos Humanos, com 11,41%, Integração Governamental, com 12,08% e a secretaria de Energia, Indústria Naval e Petróleo, com 22,43%.

Na tabela 12, a seguir, notamos que as alterações do Legislativo no orçamento total das secretarias de estado para o ano de 2005, não apresentou mudanças significativas em relação ao proposto pelo Poder Executivo. As variações positivas concentraram-se em sete secretarias com 0,02% para secretaria de Esportes a 2,85%, na Educação. A maioria dos órgãos não sofreu modificações em suas dotações. Contudo, a secretaria de Desenvolvimento Econômico perdeu 42,52% de suas dotações. A Secretaria de Estado de Integração Governamental variou em -0,41%.

O ano de 2006 apresentou variações maiores que ano de 2005. Foram doze órgãos que tiveram variação positiva em duas dotações. Entre eles destacamos o Gabinete Civil da governadora, com uma ampliação de 60,90% em suas dotações. A secretaria de Estado de Educação viu suas dotações sendo elevadas 28,04% e a Secretaria de Estado de Habitação em 5,05%. Os demais órgãos do Poder Executivo com variação positiva foram de 0,02% para Secretaria de Estado da Defesa Civil a 3,78% para Secretaria de Estado da Receita. Assim como em 2005, a secretaria de Desenvolvimento Econômico foi o órgão que mais perdeu suas dotações, com uma

variação de -31,24%. As dotações da secretaria de Esportes variaram negativamente, com -16,17%. A Secretaria de Estado de Ação Social variou negativamente em -7,24%. As demais secretarias que perderam recursos variaram de -0,02% na Saúde a -3,21% na Integração Governamental.

Em relação aos órgãos que não fazem parte do Poder Executivo, durante todos os quatro anos compreendidos nas tabelas 11 e 12, o Ministério Público teve ampliação em suas dotações orçamentárias, com 25,64% em 2003, 9,69% em 2004. Nos anos de 2005 e 2006 os acréscimos a este órgão foram, respectivamente, de 4,27% e 4,44%. O Tribunal de Justiça manteve seus valores inalterados nos três primeiros anos do período e sofreu uma redução de -1,70% em 2006. A Assembleia Legislativa ampliou suas dotações nos anos de 2003, em 18,11% e no ano de 2004, em 17,95%. Nos dois anos seguintes suas dotações não foram alteradas. O TCE-RJ, que tem suas dotações vinculadas ao Legislativo, teve apenas um acréscimo de 9,77% em 2003. Nos três anos seguintes suas dotações não foram alteradas.

Tabela 12 - Variação proposto/aprovado da despesa total por órgão - 2005-2006.

2005		2006	
Assembleia Legislativa	0,00%	Assembleia Legislativa	0,00%
Tribunal de Contas do Estado do RJ	0,00%	Tribunal de Contas do Estado do RJ	0,00%
Tribunal de Justiça	0,00%	Tribunal de Justiça	-1,70%
Sec de Estado de Integração Governamental	-0,41%	Sec de Estado de Integração Governamental	-3,21%
Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor	0,00%	Secretaria de Estado de Defesa do Consumidor	0,00%
Vice-Govemadoria	0,00%	Vice-Govemadoria	0,78%
Procuradoria Geral do Estado	0,00%	Procuradoria Geral do Estado	0,00%
Ministério Público	4,27%	Ministério Público	4,44%
Defensoria Pública Geral do Estado	2,58%	Defensoria Pública Geral do Estado	3,20%
Sec de Est de Administração e Reestruturação	0,00%	Sec de Est de Administração e Reestruturação	0,53%
Sec Est Agric,Abast, Pesca e Desenv Interior	0,00%	Sec Est Agric,Abast, Pesca e Desenv Interior	0,00%
Secretaria de Estado de Governo	0,00%	Secretaria de Est de Governo e de Coordenação	0,00%
Secretaria de Estado de Cultura	0,31%	Secretaria de Estado de Cultura	0,15%
Secretaria de Estado da Defesa Civil	0,00%	Secretaria de Estado da Defesa Civil	0,02%
Secretaria de Estado de Esportes	0,02%	Secretaria de Estado de Esportes	-16,17%
Secretaria de Estado de Educação	2,85%	Secretaria de Estado de Educação	28,04%
Secretaria de Estado de Habitação	0,00%	Secretaria de Estado de Habitação	5,05%
Secretaria de Estado de Finanças	0,00%	Secretaria de Estado de Finanças	0,00%
Gabinete Civil	0,00%	Gabinete Civil	60,90%
Sec de Est de Desenvolvimento Econômico	-42,52%	Sec de Est de Desenvolvimento Econômico	-31,24%

Sec de Est de Direitos Humanos	0,00%	Sec de Est de Direitos Humanos	0,00%
Sec de Est de Meio Amb e Desenv Urbano	0,18%	Sec de Est de Meio Amb e Desenv Urbano	0,00%
Secret Estado Administração Penitenciária	0,00%	Secret Estado Administração Penitenciária	0,77%
Secretaria de Estado de Segurança Pública	1,16%	Secretaria de Estado de Segurança Pública	0,03%
Sec de Est Justiça e Direitos do Cidadão	0,00%	Sec de Est Justiça e Direitos do Cidadão	0,00%
Secretaria de Estado de Saúde	0,76%	Secretaria de Estado de Saúde	-0,02%
Secretaria de Estado de Trabalho e Renda	0,00%	Secretaria de Estado de Trabalho e Renda	0,00%
Secretaria de Estado de Transportes	0,00%	Secretaria de Estado de Transportes	3,73%
Secretaria de Estado de Ação Social	0,00%	Secretaria de Estado de Ação Social	-7,24%
Sec Est de Energia, Indúst Naval e Petróleo	0,00%	Sec Est de Energia, Indúst Naval e Petróleo	0,00%
Secretaria de Estado de Comunicação Social	0,00%	Secretaria de Estado de Comunicação Social	0,00%
Sec de Est Ciência, Tecnologia e Inovação	2,29%	Sec de Est Ciência, Tecnologia e Inovação	0,00%
Sec Est Desenv da Baixada e da Reg Metropol	0,00%	Sec Est Desenv da Baixada e da Reg Metropol	0,00%
Sec Est da Infância e da Juventude	0,00%	Sec Est da Infância e da Juventude	0,00%
Secretaria de Estado de Turismo	0,00%	Secretaria de Estado de Turismo	0,00%
Sec Est Planejamento e Coord Institucional	0,00%	Sec Est Planejamento e Coord Institucional	0,00%
-		Secretaria de Estado da Receita	3,78%
Encargos Gerais do Estado	-0,50%	Encargos Gerais do Estado	-0,32%
Reserva de Contingência	-50,00%	Reserva de Contingência	-95,00%

Fonte: Diário Oficial do Estado do Estado do Rio de Janeiro.

A tabela 13, abaixo, assim como a tabela 14, a seguir, apresentam os dados do governo de Sérgio Cabral (PMDB). No ano de 2007, a estrutura apresentada no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) foi do governo de Rosinha Garotinho (PMDB). Mesmo sendo do mesmo partido do seu sucessor, os governos são diferentes e as mudanças ocorridas na estrutura do Poder Executivo só foram executadas após a posse do novo governo. Daí o porquê dessa separação dos dados refrentes ao ano de 2007.

As variações encontradas no ano de 2007 apontam um aumento em dezenove órgãos do Poder Executivo. Apesar disso, somente a Secretaria de Estado de Direitos Humanos alcançou um patamar de dois dígitos, comum em anos anteriores. Suas dotações receberam um acréscimo de 24,85%. A segunda pasta cm maior acréscimo foi a Secretaria de Estado de Planejamento e de Integração, com 7,40%. As demais secretarias que tiveram aumento em suas dotações a variação oscilou de 0,02% na Secretaria de Estado da Defesa Civil a 2,86% na Secretaria de Estado de Cultura. Dez órgãos do Poder Executivo não sofreram variação em suas dotações nessa etapa do processo orçamentário. Entre todas as dotações do Executivo, apenas os encargos gerais do Estado e a Reserva de contingência sofreram queda, em respectivamente, -96% e -1,09%. O Tribunal de Justiça e o Ministério não tiveram suas dotações alteradas. Já o Poder Legislativo, reduziu pela

primeira vez em cinco anos as dotações de seus dois órgãos vinculados. A Alerj, em -5,58% e o TCE-RJ, em -6,96%.

Na tabela 14, em relação ao ano de 2008, temos treze órgãos do Poder Executivo com alterações positivas em suas dotações. Destes, destacamos a Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer, com 18,89% e a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos, com 15,69%. Os demais órgãos contemplados com aumento em suas dotações variaram entre 0,01% para e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária a 7,60% para a Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento. Cinco secretarias não tiveram suas dotações alteradas e quatro órgãos tiveram seus recursos reduzidos, a saber: Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Transportes, Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil e a Secretaria de Estado da Casa Civil.

Em 2009 encontramos o significativo aumento de 81,30% para Secretaria de Estado de Habitação em relação a percentuais bem menores recebidos por outros dezessete órgãos do Poder Executivo. Os percentuais positivos dos outros órgãos variaram de 0,02% para a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão a 7,22% para a Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer. Novamente a Secretaria de Estado de Educação e a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil tiveram queda em suas dotações, respectivamente, -0,09% e -0,51%. Os demais valores saíram da reserva de Contingência e dos Encargos Gerais do Estado.

Tabela 13 - Variação proposto/aprovado da despesa total por órgão - 2007.

	2007
01-Assembleia Legislativa	-5,58%
02-Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	-6,96%
03-Tribunal de Justiça	0,00%
04-Secretaria de Estado de Planejamento e de Integração Governamental	7,40%
08-Vice-Governadoria	0,00%
09-Procuradoria Geral do Estado	0,00%
10-Ministério Público	0,00%
11-Defensoria Pública Geral do Estado	0,00%
12-Secretaria de Estado de Administração e Reestruturação	1,90%
13-Sec. de Estado de Agri, Abast, Pesca e Desenv do Interior	0,05%
14-Secretaria de Estado de Governo e de Coordenação	0,27%
15-Secretaria de Estado de Cultura	2,86%
16-Secretaria de Estado da Defesa Civil	0,02%
17-Secretaria de Estado de Esportes	0,82%
18-Secretaria de Estado de Educação	0,19%
19-Secretaria de Estado de Habitação	1,46%
20-Secretaria de Estado de Finanças	0,00%
21-Gabinete Civil	0,11%
22-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico	0,00%
23-Secretaria de Estado de Direitos Humanos	24,85%
24-Secretaria de Estado de Meio Amb. e Desenv. Urbano	0,15%
25-Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	0,00%
26-Secretaria de Estado de Segurança Pública	0,04%
28-Secretaria de Estado de Justiça e de Defesa do Consumidor	1,98%
29-Secretaria de Estado de Saúde	0,14%
30-Secretaria de Estado de Trabalho e Renda	1,32%
31-Secretaria de Estado de Transportes	0,18%
32-Secretaria de Estado da Família e da Assistência Social	0,72%
33-Secretaria de Estado da Receita	0,00%
35-Sec de Estado de Energia, Indústria Naval e do Petróleo	0,00%
37-Encargos Gerais do Estado	-1,09%
39-Secretaria de Estado de Comunicação Social	0,00%
40-Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Inovação	0,22%
41-Sec de Estado de Des da Baixada e da Região Metropolitana	0,00%
43-Secretaria de Estado de Turismo	0,00%
Reserva de Contingência	-96,00%

Fonte: Diário Oficial do Estado do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 14 - Variação proposto/aprovado da despesa total por órgão – 2008-2010.

	2008	2009	2010
01-Assembléia Legislativa	0,41%	-6,84%	7,50%
02-Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro	-1,78%	5,77%	6,93%
10-Ministério Público	-5,20%	6,36%	14,80%
03-Tribunal de Justiça	-6,87%	0,02%	2,76%
07-Secretaria de Estado de Obras	3,16%	2,70%	31,57%
08-Vice-Governadoria	0,00%	0,00%	0,00%
09-Procuradoria Geral do Estado	0,00%	0,00%	0,05%
11-Defensoria Pública Geral do Estado	0,11%	1,35%	3,07%
12-Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão	0,00%	0,02%	0,00%
13-Sec. de Estado de Agri, Pecuária, Pesc e Abastecim.	7,60%	6,59%	3,21%
14-Secretaria de Estado de Governo	0,00%	2,10%	145,58%
15-Secretaria de Estado de Cultura	6,17%	5,06%	30,55%
17-Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer	18,89%	7,22%	15,00%
18-Secretaria de Estado de Educação	-1,19%	-0,09%	2,21%
19-Secretaria de Estado de Habitação	0,66%	81,30%	31,90%
20-Secretaria de Estado de Fazenda	0,00%	4,95%	-0,12%
21-Secretaria de Estado da Casa Civil	-7,45%	1,65%	0,17%
22-Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços	0,22%	0,23%	0,45%
24-Secretaria de Estado do Ambiente	5,66%	4,68%	5,10%
25-Secretaria de Estado de Administração Penitenciária	0,01%	2,08%	0,09%
26-Secretaria de Estado de Segurança	0,13%	0,24%	0,41%
29-Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil	-5,12%	-0,51%	1,73%
30-Secretaria de Estado do Trabalho e Renda	0,45%	2,68%	0,36%
31-Secretaria de Estado de Transportes	-0,84%	2,23%	1,36%
32-Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos	15,69%	3,16%	13,48%
37-Encargos Gerais do Estado	1,75%	-2,48%	-2,59%
40-Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia	2,58%	1,19%	4,00%
Reserva de Contingência	0,00%	-40,00%	0,00%

Fonte: Diário Oficial do Estado do Estado do Rio de Janeiro.

No ano de 2010, encontramos aportes em quase todos os órgãos estaduais. No Poder executivo, temos apenas a secretaria Fazenda com redução de -0,12% e a secretaria de Planejamento e Gestão, e a Vice-governadoria sem alteração em suas dotações. Em relação às variações positivas, encontramos seis secretarias com a ampliação na casa dos dois dígitos. A Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos (13,18%), Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer (15%), Secretaria de Estado de Cultura (30,55%), Secretaria de Estado de Obras (31,57%), Secretaria de Estado de Habitação (31,90%) e a Secretaria de Estado de Governo (145,58%). Os demais órgãos tiveram

variações que vão de 0,05, para a Procuradoria Geral do Estado a 5,10% para a Secretaria de Estado do Ambiente.

Nesses três anos do Governo de Sérgio Cabral contidos na tabela 14, os valores destinados aos órgãos dos demais poderes também sofreram variações positivas e negativas. O Tribunal de Justiça teve uma queda de -6,87% em 2008 e acréscimos de 0,02% e 2,76% nos dois anos seguintes. O Ministério Público variou em -5,20% em 2008 e depois positivamente em 6,36% e 14,80%. Dentre os órgãos do Poder Legislativo, a Alerj alterou positivamente suas dotações em 0,41% no ano de 2008 e as reduziu em -6,84% no ano seguinte. Em 2010 suas dotações foram aumentadas em 7,50%. Já o TCE-RJ, depois de uma redução de -1,78% no primeiro ano, este órgão viu suas dotações aumentarem em 5,77% e 6,93% nos dois anos seguintes. O aumento das dotações dos órgãos estaduais ocorrido de forma quase generalizada no ano de 2010 pode ser atribuído ao aumento 2,23% da despesa pública total, gerado pela reestimativa das receitas feita pela COFFFC e aprovada pelos deputados estaduais.

Para que tenhamos maior noção dos valores remanejados é necessário que também observemos os percentuais de cada GND e função referentes às despesas aprovadas na LOA.

Vejamos as duas tabelas a seguir. A tabela 15 apresenta a distribuição das despesas aprovadas na LOA, organizadas de acordo com a classificação de *grupos de natureza de despesa* (GND) nos anos de 2003 a 2006. Já a tabela 16 apresenta a distribuição das despesas aprovadas na LOA, organizadas de acordo com a classificação de *grupos de natureza de despesa* (GND) nos anos de 2007 a 2010.

Tabela 15 – Distribuição dos recursos orçamentários por grupos de natureza de despesa (GNDs). Despesas Aprovadas, 2003-2006 (em %)[12]

RESUMO DA DESPESA – GERAL	2003	2004	2005	2006
DESPESAS CORRENTES				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS*	43,68	38,14	39,58	38,06
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	7,10	7,29	6,50	7,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	37,84	42,19	43,21	44,82
DESPESAS DE CAPITAL				
INVESTIMENTOS	8,94	9,29	8,31	6,09
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,12	0,52	0,10	1,52
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2,32	2,48	2,28	2,40
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,09	0,02	0,00
TOTAL GERAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. * Dados reagrupados para o ano de 2006.

[12] A partir da LOA de 2006 as despesas com servidores públicos inativos e com os pensionistas deixaram de ser demonstradas no GND Pessoal e Encargos Sociais e passaram a compor um subgrupo do GND Outras Despesas Correntes, denominado Outras Despesas Correntes – Inativos e Pensionistas. Reagrupamos estes valores no GND Pessoal e Encargos Sociais para não distorcer a visão geral do período de 2003 a 2006.

Tabela 16 – Distribuição dos recursos orçamentários por grupos de natureza de despesa (GNDs). Despesas Aprovadas, 2007-2010.(em %) [13]

RESUMO DA DESPESA - GERAL	2007	2008	2009	2010
DESPESAS CORRENTES				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS*	42,90	42,07	40,24	40,14
OUTRAS DESPESAS CORRENTES*	43,15	41,66	41,41	41,09
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	6	6,19	6,14	5,6
DESPESAS DE CAPITAL				
INVESTIMENTOS	5,44	7,33	9,57	10,43
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,24	0,45	0,2	0,25
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2,27	2,3	2,45	2,48
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0	0	0	0
TOTAL GERAL	100	100	100	100

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro.
* Dados reagrupados.

Observando os dados das tabelas 15 e 16, percebemos que praticamente não houve variações significativas nos percentuais de cada um dos grupos de despesa (GND) de um ano para o outro ao longo de todo o período estudado. Ou seja, a participação de cada GND no total do orçamento variou pouco nos dois governos.

Merecem destaque, porém, as despesas de investimento que durante os três primeiros anos do governo Rosinha se mantiveram entre 8 e 9% do total, declinaram no último ano de seu mandato e, mais ainda, no primeiro ano do governo Cabral. Começam

[13] A partir da LOA de 2007 as despesas Intra-orçamentárias dos gastos com Pessoal e Encargos Sociais passaram a ser demonstradas num GND especificado como Pessoal e Encargos Sociais- Intra-orçamentárias. Já as despesas Intra-orçamentárias das Outras Despesas Correntes, passaram a compor um GND de Outras Despesas Correntes - Intra-orçamentárias. Alteramos esta nova composição para melhor comparação com o período do governo anterior.

a crescer em 2008, mas só em 2009 retornam à participação de 9% das despesas anuais, atingindo em 2010 o patamar de 10,43%.

Convém observar que apesar de a maioria dos valores do orçamento serem destinados a gastos específicos protegidos por lei, o orçamento não é impositivo. Ao Executivo é reservada a prerrogativa de executar as despesas autorizadas de acordo com suas preferências, podendo contingenciar verbas, executar cortes, não executar algumas despesas aprovadas ou apenas executá-las parcialmente, especialmente no GND Investimentos. Conforme vimos anteriormente, dependendo do ano da lei, essa margem variou de 20% até o limite de 25% do total da despesa fixada na LOA. Portanto, convém obervarmos como os dois governadores executaram as despesas no período.

As tabelas 17 e 18, a seguir, apresentam a distribuição das despesas executadas, organizadas de acordo com a classificação de *grupos de natureza de despesa* (GND) nos anos de 2003 a 2010.

Tabela 17 – Taxa de execução dos recursos por GND – despesas liquidadas (2003-2006).

Em %.

GND	2003	2004	2005	2006
DESPESAS CORRENTES				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	97,86	95,55	55,67	98,17
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	97,40	78,67	93,31	84,66
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	96,12	93,75	136,77	100,36
DESPESAS DE CAPITAL				
INVESTIMENTOS	20,37	41,10	49,23	73,59
INVERSÕES FINANCEIRAS	27,37	8,70	91,08	122,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	88,74	115,69	96,82	86,28
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	91,22	89,10	93,72	97,17

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro.

Tabela 18 – Taxa de execução dos recursos por GND – despesas liquidadas (2007-2010). Em %.

GND	2007	2008	2009	2010
DESPESAS CORRENTES				
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	98,61	98,82	97,76	104,31
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	106,22	102,06	95,23	87,99
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	98,02	109,59	102,41	111,13
DESPESAS DE CAPITAL				
INVESTIMENTOS	69,73	59,84	66,34	101,54
INVERSÕES FINANCEIRAS	72,88	71,64	134,67	96,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	101,15	96,07	121,13	104,56
RESERVA DE CONTINGENCIA	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GERAL	97,23	102,36	98,06	106,84

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro.

No ano de 2005, na atualização das dotações, parte dos valores referentes GND Pessoal e Encargos Sociais foram transferidos para o GND Outras Despesas Correntes. Eis o motivo da baixa taxa de execução das despesas de pessoal. Ao calcular estes valores pelas dotações atualizadas, temos uma taxa de execução de 92,2% nas despesas de pessoal de 2005, caracterizando que não houve anomalia.

No ano de 2006, o governo Rosinha teve a sua melhor taxa de execução orçamentária em relação ao total geral da despesa. Vemos que o governo Cabral apresentou uma taxa de execução do total geral, bem melhor do que o governo anterior, sendo que o seu pior ano foi sensivelmente maior do que o melhor ano do governo Rosinha. Além disso, não podemos deixar de observar que há variações para mais e/ou para menos em todos os GND nos dois governos, com destaque para a baixa taxa de execução dos *Investimentos* no governo Rosinha.

A maior margem de alteração garantida pela Constituição aos *Investimentos* tem efeitos sobre a execução orçamentária. Em caso de insuficiência de arrecadação o governo prioriza as Despesas Correntes em detrimento das Despesas de Capital. Na prática, acabam sendo menos impactados os GND *Pessoal e Encargos Sociais* e

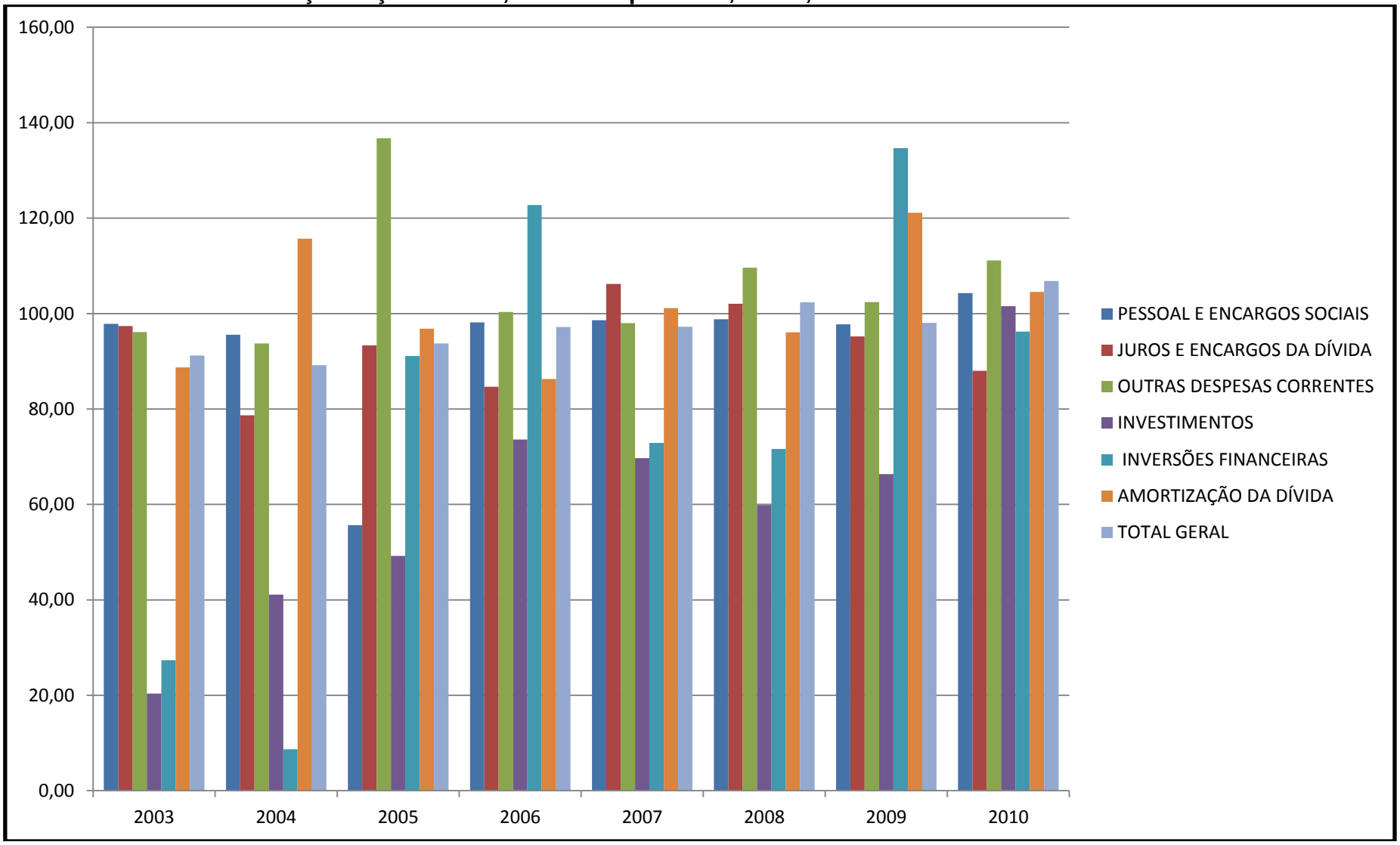
Outras Despesas Correntes, garantindo o funcionamento da máquina administrativa e em detrimento dos valores destinados aos *Investimentos.*

A insuficiência de arrecadação é um *déficit* de receitas previstas que ocorre quando o Estado arrecada menos do que os valores estimados pela LOA. Neste caso, como o governo sempre executa as suas despesas de acordo com o que arrecada e os gastos não protegidos por lei acabam apresentando menores taxas de execução. Se o governo arrecada menos do que o estimado, consequentemente ao todo ele executa menos do que o despesa fixada (aprovado). Figueiredo e Limongi (2008) em análise sobre a execução do orçamento da União (1996-2001) fazem a seguinte observação sobre a taxa de execução dos Investimentos:

> Os gastos com investimentos são financiados por recursos cuja movimentação é livre, isto é, aqueles em que não há vinculação entre arrecadação e despesa. No entanto, esses mesmos recursos têm que cobrir os gastos não passíveis de compressão comentados anteriormente e não cobertos por recursos próprios. Ou seja, como os demais gastos em geral são protegidos por determinações constitucionais e legais – têm montantes definidos fora do ciclo orçamentário -, eles acabam tendo prioridade sobre as despesas com investimentos. (FIGUEIREDO E LIMONGI, 2008: 38-39)

Assim como especificado por estes autores em relação ao nível federal, a experiência estadual aqui retratada apresenta semelhança, especialmente durante o governo de Rosinha Garotinho (PMDB). No primeiro ano de seu governo, quando herdou atrasos de folha de pagamento do 13º salário do funcionalismo e falta de caixa para realizá-lo, apenas 20,37% dos recursos para investimento foram executados. Nos dois anos que se seguiram a governadora executou cerca de 40% e apenas no último ano a taxa de execução alcançou 73, 59% dos recursos aprovados. A ex-governadora e também atrasou o pagamento de dívidas com a União, chegando a ter receitas de ICMS bloqueadas pelo governo federal.

Gráfico 1 – Taxa de Execução orçamentária, valores liquidados, em %, 2003-2010.



Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro.

De 2003 a 2007 o Estado do Rio de Janeiro apresentou em todos os anos uma arrecadação inferior ao valor estimado pela LOA. No entanto, este impacto foi maior nos anos de 2004 e 2005 quando o Estado registrou seus maiores *déficits* de arrecadação. Em 2004 foi arrecadado apenas 89,59% da receita total estimada na LOA e, em 2005, este percentual ficou em 93,99%. Nos dois anos seguintes o Estado apresentou melhora em sua capacidade de arrecadação alcançando em 2006 e 2007, respectivamente, os percentuais de 97,58% e 99,86% da receita total estimada na LOA. É importante observar que o Estado melhorou a sua capacidade de arrecadação, saindo de um *déficit* de cerca de 10% em 2004 para um *déficit* de arrecadação inferior a 1% em 2007. A crise fiscal pela qual o Estado passava em 2003 fez com que a taxa de investimentos executados fosse a mais baixa de todo o período, apenas 20,37%. Nos dois anos seguintes as taxas de execução dos investimentos melhoraram, mas ficaram abaixo de 50%. Somente no último ano de seu mandato que houve melhora na execução dos Investimentos, quando esta chegou a 73,59%.

O governo de Sérgio Cabral (PMDB) apresentou melhor taxa de execução total do que no período anterior, tendo nos anos de 2008 e 2010 ultrapassado a casa dos 100% e se aproximando muito desse percentual total nos outro dois anos. As taxas anuais de execução dos Investimentos também foram mais altas. Nos três primeiros anos de seu mandato, o governo de Sérgio Cabral (PMDB) alcançou taxas de execução superiores a 50% em clara ampliação da capacidade de investimento do governo do Estado. No último ano de seu mandato a execução dos Investimentos chegou a 101,54%.

A taxa de execução apresentada no período confirma o argumento apresentado acima, de que o GND *Investimentos* é o mais afetado na execução orçamentária. Em caso de insuficiência de arrecadação a situação é ainda pior. As dificuldades de caixa no ano de 2003, bem como nos anos de 2004 e 2005, demonstram que quanto maior foi o *déficit* de arrecadação, mais baixa foi a taxa de execução dos *Investimentos*. Também podemos observar que, mesmo em cenário de crise, há aumento na taxa de execução dos investimentos em ano eleitoral. Tanto em Rosinha Garotinho (PMDB) em 2006, quanto em 2010, com Sérgio Cabral (PMDB), neste caso candidato à reeleição, a taxa de execução dos investimentos é a maior de todo o mandato de ambos os governadores.

Considerando que os Investimentos são a parte mais suscetível a variações no orçamento e a mais alterada pelos deputados estaduais e considerando também que

o Poder Executivo pode aplicar de forma ampla, nesse GND, a sua capacidade de remanejamento permitida na LOA, verificamos, nas tabelas 19 e 20, a execução orçamentária dos Investimentos do Poder Executivo para os dois governos. As duas tabelas apresentam três colunas para cada ano. Na primeira coluna temos a taxa de execução baseada no valor das dotações iniciais de cada função. Esta é forma habitual de proceder este cálculo. Na segunda coluna temos a taxa de execução baseada nas dotações atualizadas de cada função. As dotações atualizadas correspondem ao valor final de cada função após os remanejamentos efetuados pelo Executivo. Na terceira coluna de cada ano apresentamos a variação que estas dotações tiveram com base nas dotações propostas / dotações atualizadas, de modo que podemos verificar em cada função como o Executivo manifestou as suas preferências mesmo após as alterações feitas pelo Legislativo na tramitação da proposta orçamentária.

No período de Rosinha Garotinho (PMDB), durante todos os anos do seu mandato, ela promoveu alterações nas dotações orçamentárias em praticamente todas as funções de governo. Das vinte e três funções de governo, as funções de Comunicações, Encargos Especiais em 2003 e Energia em 2006, tiveram suas dotações iniciais zeradas. Previdência Social, em 2004, foi a única função que não sofreu alterações em todo o período.

Podemos destacar várias funções entre as que mais receberam recursos durante o processo de execução orçamentária. Por outro lado, funções tidas como fundamentais, como Saúde, Educação e Segurança Pública, devem ser citadas. A função Saúde foi caracterizada pela baixa taxa de execução de 2003 a 2006, sendo 4,23%, 33,82%, 9,38% e 15,52%. Verificamos que nos anos em que a função Saúde alcançou dois dígitos na sua taxa de execução, a sua variação foi negativa, ou seja, o governo Rosinha retirou recursos da Saúde, -29,44% em 2004 e -31,85%, em 2006. Na função Educação encontramos baixa taxa de execução em 2003, apenas 13,33%, associada a uma queda -53,35% de suas dotações para investimentos. Em 2005 houve recuperação e a pasta recebeu ao longo do ano um acréscimo de 25,37% em suas dotações e, em relação às dotações iniciais, a taxa de Execução ficou em 104,55%. No ano seguinte a taxa de execução dessa função foi de 92,67%.

Tabela 19 -Taxa de execução* dos Investimentos do Poder Executivo, por Função – despesas liquidadas- %, (2003-2006).

Função	2003			2004			2005			2006		
	Liq. Inicial	Liq. Atual	Variação	Liq. Inicial	Liq. Atual	Variação	Liq. Inicial	Liq. Atual	Variação	Liq. Inicial	Liq. Atual	Variação
03 - Essencial à Justiça	8,56	8,74	-2,06	106,82	59,80	78,63	14,61	36,68	-60,18	23,78	51,09	-53,44
04 - Administração	29,19	48,50	-39,81	14,53	16,58	-12,35	12,83	20,39	-37,06	257,64	76,17	238,24
06 - Segurança Pública	31,46	32,43	-2,97	46,12	41,37	11,48	34,16	44,09	-22,51	69,17	63,25	9,36
08 - Assistência Social	42,63	14,90	186,07	42,95	46,63	-7,90	12,48	12,60	-0,94	21,73	23,95	-9,29
09 - Previdência Social	20,76	11,09	87,17	9,34	9,34	0,00	0,80	33,51	-97,62	2,13	88,82	-97,61
10 - Saúde	4,23	3,92	7,96	33,82	47,94	-29,44	9,38	7,62	23,14	15,52	22,77	-31,87
11 - Trabalho	0,47	0,93	-49,01	11,00	9,92	10,86	40,84	44,64	-8,50	53,88	52,64	2,34
12 - Educação	13,33	28,57	-53,35	53,46	84,77	-36,94	104,55	83,39	25,37	92,67	93,51	-0,89
13 - Cultura	8,68	20,77	-58,22	16,51	20,14	-18,01	20,91	20,56	1,69	31,71	35,00	-9,39
14 - Direitos da Cidadania	1,86	3,53	-47,30	27,15	26,49	2,50	17,49	18,31	-4,51	22,24	20,26	9,76
15 - Urbanismo	40,67	46,84	-13,17	137,58	33,50	310,66	49,21	48,85	0,74	69,42	67,87	2,29
16 - Habitação	42,86	21,85	96,18	25,08	32,21	-22,13	37,80	30,16	25,33	42,64	52,98	-19,51
17 - Saneamento	1308,10	1009,07	29,63					195,33		834,16	1093,72	-23,73
18 - Gestão Ambiental	4,84	11,48	-57,83	44,50	33,29	33,68	55,74	31,32	77,99	108,04	84,48	27,90
19 - Ciência e Tecnologia	7,83	10,44	-24,97	69,38	40,14	72,86	36,59	69,68	-47,49	31,20	43,19	-27,76
20 - Agricultura	29,05	39,97	-27,31	5,26	6,73	-21,79	10,52	11,27	-6,64	6,41	18,25	-64,85
21 - Organização Agrária	735,33	21,80	3273,36	0,31	0,58	-47,37	17,51	13,49	29,82	61,29	85,74	-28,52
22 - Indústria	8,69	49,08	-82,30	12,03	17,20	-30,06	7,31	7,73	-5,37	18,75	20,35	-7,84
23 - Comércio e Serviços	11,17	10,89	2,58	46,31	54,20	-14,55	11,34	12,20	-7,08	1,43	1,50	-4,56
24 - Comunicações	0,00	0,00	-100,00	181,28	84,52	114,50	128,31	78,29	63,90	62,09	85,33	-27,23
25 - Energia	26,72	11,14	139,91	0,46	0,52	-11,85	4,22	4,29	-1,81	0,00	0,00	-100,00
26 - Transporte	25,70	36,20	-29,00	25,28	25,80	-2,04	48,21	46,14	4,50	64,09	65,64	-2,36
27 - Desporto e Lazer	167,64	73,85	127,01	47,69	31,07	53,48	125,63	73,10	71,86	299,19	91,84	225,76
28 - Encargos Especiais	0,00	0,00	-100,00									
TOTAL	**15,70**	**22,24**	**-29,41**	**40,34**	**37,47**	**7,66**	**49,55**	**44,59**	**11,13**	**70,44**	**69,59**	**1,23**

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro.

* Taxa de Execução é o percentual das despesas aprovadas que foram liquidadas.

Tabela 20 - Taxa de execução* dos Investimentos do Poder Executivo, por Função – Despesas Liquidadas (2007-2010).

Em%

Função	2007			2008			2009			2010		
	Liq. Inicial	Liq. Atual	Variação	Liq. Inicial	Liq. Atual	Variação	Liq. Inicial	Liq. Atual	Variação	Liq. Inicial	Liq. Atual	Variação
03 - Essencial à Justiça	50,13	43,15	16,18	52,36	57,39	-8,77	63,51	47,36	34,10	114,00	64,77	76,00
04 - Administração	10,04	24,43	-58,91	86,55	41,90	106,54	70,87	61,30	15,62	30,72	40,85	-24,81
06 - Segurança Pública	43,65	35,44	23,19	61,21	47,17	29,77	47,70	45,57	4,67	104,38	60,15	73,52
08 - Assistência Social	12,48	30,99	-59,74	113,13	73,69	53,52	113,28	59,65	89,91	8,95	32,46	-72,43
09 - Previdência Social	40,71	0,86	4631,88	134,73	30,44	342,66	51,29	36,75	39,57	130,40	77,83	67,54
10 – Saúde	105,46	78,83	33,77	145,53	88,04	65,29	109,18	75,90	43,85	124,54	94,12	32,31
11 - Trabalho	76,25	27,91	173,22	25,67	28,66	-10,46	33,37	34,40	-2,97	86,07	98,23	-12,38
12 - Educação	98,95	90,76	9,03	58,29	88,08	-33,82	101,67	87,83	15,76	92,32	64,84	42,38
13 – Cultura	9,34	27,58	-66,15	49,05	93,55	-47,57	23,58	30,99	-23,91	50,18	89,57	-43,98
14 - Direitos da Cidadania	110,86	49,80	122,61	41,60	47,31	-12,06	71,70	40,49	77,09	36,14	24,63	46,77
15 - Urbanismo	105,23	74,18	41,85	39,59	39,76	-0,44	66,71	60,13	10,94	93,09	57,88	60,83
16 - Habitação	16,41	27,97	-41,34	46,46	34,81	33,48	38,68	63,51	-39,10	67,70	67,08	0,93
17 - Saneamento	116,59	0,00	-100,00	18,69	18,82	-0,70	10,33	13,12	-21,27	25,20	24,13	4,41
18 - Gestão Ambiental	32,83	31,78	3,33	62,76	56,40	11,26	76,57	81,02	-5,49	165,64	88,79	86,55
19 - Ciência e Tecnologia	94,92	51,14	85,59	102,32	87,71	16,66	951,09	92,61	927,03	193,55	95,23	103,24
20 - Agricultura	19,29	18,35	5,15	3,13	3,21	-2,35	19,67	16,04	22,63	166,53	55,41	200,55
21 - Organização Agrária	32,18	29,29	9,84	19,45	4,42	339,81	3,25	4,73	-31,19	16,23	16,31	-0,45
22 - Indústria	54,54	82,74	-34,09	40,76	70,51	-42,19	13,46	15,02	-10,38	1,62	1,44	12,68
23 - Comércio e Serviços	10,39	11,17	-6,97	6,75	5,04	34,05	70,68	23,22	204,32	127,19	52,64	141,63
24 - Comunicações	64,83	100,00	-35,17	33,04	39,00	-15,27	449,16	82,83	442,30	65,06	100,00	-34,94
25 - Energia	0,00	0,00	-100,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-
26 - Transporte	68,33	55,10	24,02	87,51	71,06	23,15	142,51	78,97	80,46	107,09	80,21	33,51
27 - Desporto e Lazer	198,12	99,81	98,50	0,08	9,85	-99,14	17,40	47,26	-63,18	57,20	99,40	-42,45
28 - Encargos Especiais				0,00	0,00	0,00					99,99	
TOTAL	**71,85**	**60,61**	**18,54**	**58,31**	**54,37**	**7,25**	**66,19**	**59,21**	**11,79**	**100,40**	**66,08**	**51,94**

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda do Rio de Janeiro.

* Taxa de Execução é o percentual das despesas aprovadas que foram liquidadas.

Todos os valores estão atualizados de acordo com a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-RJ), porém, encontramos situações específicas na função Saneamento. Em 2003 esta função teve suas dotações aumentadas em 29,63%, de 307 mil reais para quase 400 mil reais na dotação atualizada. Contudo a taxa de execução passou de 1000% porque o Poder Executivo liquidou cerca de quatro milhões de reais. No ano seguinte esta função não apresenta dotações nos relatórios de execução orçamentária da SEFAZ-RJ, mas liquidou mais de 12 milhões de reais. Em 2005 foram dois milhões de reais na dotação atualizada, sendo que antes tinha novamente zero de dotações e executou quase o dobro de sua dotação final. No último ano do governo de Rosinha Garotinho (PMDB), mesmo tendo perdido -23,73% de sua dotação inicial, a taxa de execução passou de 800%.A função Organização Agrária teve um acréscimo de mais de 3000% em suas dotações, as execução atualizada foi de 21,80%.

A função Segurança Pública teve nos três primeiros anos uma taxa de execução inferior a 50%, em 2006 superou este patamar chegando a 69% de sua dotação inicial. Por último vale citar a função de Ciência e Tecnologia que no primeiro ano do período além de perder quase ¼ de suas dotações, teve uma taxa de execução de apenas 7,83%. No ano seguinte a situação dessa função não melhorou com um acréscimo de 72,86% em suas dotações iniciais, mas com uma taxa de execução de cerca de 70% das suas dotações iniciais, ou seja, não chegou a utilizar os valores acrescidos. Nos dois anos seguintes esta função voltou a perder dotações e apresentou taxas de execução inferiores a 40% de suas dotações iniciais.

Sobre a totalização da execução dos Investimentos do Poder Executivo no governo de Rosinha Garotinho (PMDB), temos a seguinte situação:

- ✓ Em 2003 o Poder Executivo liquidou apenas 15,70% de suas dotações iniciais e 22,24% das dotações atualizadas. Isso significa, que apesar de várias terem tido aportes de recursos, no geral houve uma redução de dotações, o que gerou uma variação negativa de -29,41%. Tratando de valores concretos, as dotações iniciais eram de 1,7 bilhão de reais que foram reduzidas para 1,2 bilhão de reais, mas só executou 268,8 milhões de reais.
- ✓ Em 2004, foram executados 40,34% das dotações iniciais, o que correspondeu a 37,47% das dotações atualizadas e um acréscimo de 7,66% nas dotações. Em moeda corrente, o governo tinha uma dotação

inicial de 2,2 bilhões de reais, a elevou para 2,4 bilhões e executou 905,9 milhões de reais.

- ✓ Em 2005, foram executados 49,55% das dotações iniciais, o que correspondeu a 44,59% das dotações atualizadas e um acréscimo de 11,13% nas dotações. Em moeda corrente, o governo tinha uma dotação inicial de cerca de 2 bilhões de reais, a elevou para aproximadamente 2,3 bilhões e executou pouco mais de 1 bilhão de reais.
- ✓ No ano de 2006, temos um acréscimo de 1,23% nas dotações e uma taxa de execução orçamentária das dotações iniciais foi de 70,44%, a melhor do período, equivalente a 69,59% das dotações atualizadas. Com uma dotação inicial de 1,8 bilhão de reais, o governo acrescentou apenas 22,2 milhões em suas dotações e executou pouco mais de 1,27 bilhão de reais.

Os dados da tabela 20 que tratam do governo de Sérgio Cabral (PMDB) sinalizam que, assim como a sua antecessora, ele promoveu alterações anuais em praticamente todas as funções de governo. Porém, ao contrário do ocorrido no período anterior, não encontramos muitas discrepâncias.

Vejamos como as três funções consideradas fundamentais (saúde, educação e segurança) foram tratadas nesse período. Começando pela Segurança Pública, encontramos elevação das dotações durante os quatro anos. As taxas de execução dessa função foram de 43,65% em 2007, 61,21% em 2008 e 47,70% em 2009. Já no ano de 2010 a função Segurança Pública teve a execução 104,38% de suas dotações iniciais. A função Saúde, assim como a de Segurança Pública, recebeu acréscimos em suas dotações durante todo o período. As taxas de execução dos investimentos na função Saúde foram sempre acima de 100%, isso significa que uma parte das dotações atualizadas foi de fato executada em cada ano. A função Educação não teve a mesma atenção das anteriores somente no ano de 2008 quando teve uma queda de -33,82% em suas dotações. No ano anterior sua taxa de execução foi de 98,95% e, em 2009, foi de 101,67% e de 92,32% no ano seguinte.

A função Ciência e Tecnologia recebeu significativos aportes de recursos em todos os anos. A taxa de execução dessa função foi 94,92% das dotações iniciais no primeiro ano, passando para 102,32% em 2008. Nos anos de 2009 e 2010 as taxas foram bem altas se olharmos apenas para as dotações iniciais, o que correspondeu a respectivamente, 951% e 193%. Isso porque o Poder Executivo ampliou as dotações

dessa função, ele de fato liquidou estes valores. A função Agricultura apresentou elevação de 200% em 2010, com uma taxa de execução atualizada de 55,41% desses valores.

A função comunicação teve suas dotações reduzidas nos anos de 2007, 2008 e 2010. Nos anos de 2007 e 2010 as dotações atualizadas foram completamente executadas e, em 2008, a taxa de execução ficou em 33,04 das dotações iniciais. Com governador candidato à reeleição, na véspera do ano eleitoral, 2009, o governo aumentou em 442,30% as dotações da função Comunicação e executou 82,83% desses valores atualizados, que correspondem a quase 450% das dotações iniciais. A função de Desporto e Lazer variou positivamente em 98,50% em 2007 e teve quase 100% de execução de sua dotação atualizada. No ano seguinte vemos a dotação dessa função perder -99,14% de suas dotações e executar apenas 0,08 do previsto. Nos dois anos seguintes a taxa de execução melhorou, mas a função Desporto e Lazer continuou perdendo dotações. Saneamento, que foi bastante aportada no governo anterior, não teve o mesmo prestígio na execução orçamentária. No ano de 2007, ela perdeu 100% de suas dotações, mas teve 116% de sua dotação inicial executada.

Sobre a totalização da execução dos Investimentos do Poder Executivo no governo de Sérgio Cabral (PMDB), temos a seguinte situação:

- ✓ Em 2007 o Poder Executivo liquidou 71,85% de suas dotações iniciais, que equivalem a 60,61% das dotações atualizadas. Houve uma ampliação de dotações, o que gerou uma variação 18,54%. Tratando de valores concretos, as dotações iniciais eram de 1,6 bilhão de reais que foram ampliadas para 1,9 bilhão de reais. A execução foi de 1,15 bilhão de reais.
- ✓ Em 2008, foram executados 58,31% das dotações iniciais, o que correspondeu a 54,37% das dotações atualizadas e um acréscimo de 7,25% nas dotações. No início do ano o governo tinha uma dotação de 2,3 bilhões de reais, a elevou para 2,5 bilhões e executou 1,3 bilhão de reais.
- ✓ No ano de 2009, temos um acréscimo de 11,79% nas dotações e uma taxa de execução orçamentária das dotações iniciais de 66,19%, equivalente a 59,21% das dotações atualizadas. Com uma dotação

inicial de 3,7 bilhões de reais, o governo acrescentou 439,6 milhões em suas dotações e executou 2,46 bilhões de reais.

- ✓ Em 2010, foram executados 100,40% das dotações iniciais, o que correspondeu a 66,08% das dotações atualizadas e um acréscimo de 51,94% nas dotações. Em moeda corrente, o governo tinha uma dotação inicial de 4,72 bilhões de reais, a elevou para 7,1 bilhões e executou pouco mais de 4,74 bilhões de reais. No ano eleitoral, o governo conseguiu executar todo o seu orçamento de Investimentos, mas não conseguiu o mesmo com os seus aportes. Mesmo assim, não podemos deixar ressaltar que valor liquidado neste ano foi quase o dobro do valor do ano anterior.

Os dois governos apresentam situações distintas em relação aos seus Investimentos, mais especificamente, em sua capacidade de investimento e suas preferências na execução orçamentária. Ainda que tenham enfrentado conjunturas econômicas e políticas distintas, ambos sinalizam que se o Poder Legislativo tem um papel relevante na definição do gasto público, o Poder Executivo não fica atrás quando executa orçamento. A forma como governador remaneja suas dotações orçamentárias, bem como as executa, diz muito sobre o seu governo. Por outro lado, cumpre-nos ressaltar que precisamos avançar mais na análise da execução do gasto público ampliando as opções de acompanhamento e produzindo mais estudos comparados sobre o orçamento estadual.

Neste capítulo, abordamos o processo orçamentário e verificamos que o papel do Legislativo é importante na definição do gasto público. Vimos que, apesar das limitações constitucionais, por meio de emendas individuais e coletivas os deputados estaduais alteram o texto, remanejam dotações, definem e indicam investimentos. Em alguns casos, apesar de não termos este exemplo no período estudado, o Legislativo pode aumentar ou mesmo reduzir o valor total proposto pelo Executivo no projeto da LOA. Também vimos que a tramitação da proposta orçamentária anual pode ser um exemplo de que a aprovação dos valores totais propostos, não significa inexistência de modificações. As alterações são intra-orçamentárias e se dão entre programas da mesma área ou de áreas diferentes, o que não gera diferença no valor total proposto. As alterações do valor total proposto, quando ocorrem, são baseadas na revisão de valores de estimativas de receitas e de indicadores de crescimento econômico que são analisadas pela COFFFC, que propõe estas mudanças.

Com relação à execução orçamentária, apresentamos os valores aprovados por *grupo de natureza de despesa* (GND), bem como sua taxa de execução, comparando os valores da LOA com os valores liquidados em cada GND. Constatamos que o grupo *Investimentos* é o que na maioria das vezes apresenta a menor taxa de execução orçamentária. Por meio desta constatação, verificamos que em casos de insuficiência de arrecadação o impacto negativo sobre a taxa de execução do grupo *Investimentos* é ainda maior. Por outro lado, ainda que o legislativo opere mudanças no projeto do executivo, a execução orçamentária dos Investimentos aponta para possibilidades de modificações significativas pelo Executivo nas dotações orçamentárias aprovadas pelo Poder Legislativo.

4 DISCIPLINA PARTIDÁRIA, EMENDAS INDIVIDUAIS E APOIO AO GOVERNO.

Neste capítulo vamos mostrar os dados relativos às votações nominais na Alerj com foco nas proposições do Executivo. Apresentaremos o nosso levantamento da disciplina/coesão partidária por meio do tradicional índice de Rice[14]. A disciplina nos permite verificar como os partidos funcionam no Legislativo e de como pode ser a sua interação com o Poder Executivo. Demonstramos no capítulo 2 que os governadores Rosinha e Cabral, assim como ocorre no plano nacional, distribuem postos no primeiro escalão do governo para construir a sua maioria legislativa e conseguir aprovar os seus projetos. Sem disciplina partidária não há previsibilidade sobre como os deputados estaduais se comportarão nas votações dos projetos do Executivo.

Uma das medidas mais usadas para apontar a relação do governador com o Legislativo estadual é a taxa de sucesso de suas proposições, ou seja, o percentual das proposições aprovadas dentre aquelas que iniciam. As taxas de sucesso dos governadores do estado do Rio de Janeiro de 1983 a 2010 sempre foram bastante altas, superando a casa dos 80%, com exceção do mandato "tampão" de oito meses da governadora Benedita da Silva (PT), conforme levantamento feito por Graça (2014). Segundo este autor, nos governos de Rosinha e Cabral, a taxa de sucesso dos dois foi de, respectivamente, 83,3% e 90,6%. Dessa forma, veremos se a disciplina partidária corrobora com estas altas taxas de sucesso, uma vez que ainda são desconhecidos estes indicadores sobre a Alerj.

Abordaremos aspectos relacionados à execução orçamentária das emendas individuais dos deputados estaduais. Nesta parte apresentaremos dados referentes aos dois primeiros anos (lua de mel) dos governos Rosinha e Cabral. Vimos no capítulo 1 que há uma vertente interpretativa que supõe que a disciplina partidária dos deputados federais está relacionada com a execução orçamentária de emendas individuais ao orçamento. Assim como a disciplina partidária, pouco é conhecido sobre esta relação no processo orçamentário estadual. Dividimos este capítulo em duas seções, a primeira para os dados relativos à disciplina partidária e a segunda destinada à execução das emendas individuais.

[14] O índice de Rice varia entre zero e 100 e é computado subtraindo-se a proporção de votos minoritários dos majoritários. Quando 50% do partido votam "sim" e 50% votam "não", esse índice é igual a zero. Quando há total unidade, o índice é igual a 100. Será igual a 70 se 85% dos membros do partido estiverem de um lado e 15% do outro. (FIGUEIREDO E LIMONGI, 1999). Assim como estes autores, também usaremos aqui o índice de Rice e o de coesão como sinônimos. Por outro lado, utilizaremos uma escala de 0 a 1, com duas casas decimais.

4.1 Disciplina partidária e apoio ao governo

Ao longo dos governos Rosinha e Cabral tivemos um número considerável de votações nominais, conforme tabela 4.1, a seguir. Isto ocorre, principalmente, pelo grande número de vetos parciais ou totais apostos pelo Executivo. A emenda constitucional N.º 18/2001, que alterou o §4.º do art. 115 da Constituição Estadual, estabelecendo que os vetos do Poder Executivo sempre devam ser apreciados por meio de voto aberto. No governo Rosinha temos nada menos que 370 vetos, entre parciais e totais, perfazendo 70,7% do total das votações nominais. Destes, 341 incidem sobre leis de autoria do Poder Legislativo.

No governo Cabral, temos 187 (36,4%) vetos a proposições de autoria dos deputados, de um total de 197 vetos apreciados nas votações nominais. Esta não é a única diferença entre os dois governos, como veremos mais adiante. Nos dados da tabela 21.1, vemos que número total das proposições do Poder Executivo submetidas à votação nominal pelo plenário da Alerj teve um aumento de 41% de um governo para o outro. Apesar disso, vemos que o número total de proposições tem uma leve queda de um governo para outro.

Tabela 21.1 - Votações nominais por autor da proposição.

Legislatura	Poder Executivo	Poder Legislativo	Poder Judiciário	Total
2003-2006	92	424	7	**523**
2007-2010	130	378	5	**513**
TOTAL	**222**	**802**	**12**	**1036**

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo.

Das 92 votações de proposições de autoria do Executivo no governo Rosinha, 25 são de vetos parciais, 57 são de projetos de lei, cinco projetos de lei complementar, três mensagens de indicação de conselheiros em agências reguladoras, uma PEC e um veto total.

Na Alerj os líderes partidários podem encaminhar votação para a bancada, indicando *sim*, *não*, ou liberando seus deputados. Contudo, nem sempre eles fazem

uso desses encaminhamentos. Dessa forma, para efeito dos cálculos serão considerados, como é comum na literatura, somente os deputados estaduais presentes na votação e o voto do líder partidário como referência. Devido à intensa troca de legendas no governo Rosinha, tivemos significativas alterações no número de deputados em cada partido ao longo da primeira legislatura. Fizemos um controle dessas migrações partidárias, bem como nas alterações das lideranças de cada partido a fim de evitar que essas mudanças afetassem o calculo do índice.

Como o nosso foco é a relação entre o Executivo e o Legislativo, calculamos os indicadores com base nas votações nominais dos projetos do Executivo. Na tabela 21.2 temos o índice de Rice apurado, nas votações nominais do governo Rosinha, para os principais partidos de suas coalizões de governo.

Tabela 21.2 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Partidos da coalizão de governo Rosinha.

	PMDB	PSB	PPB/PP	PL	PSC
Índice de Rice	0,91	0,87	0,52	0,90	0,96
Desvio-padrão	0,22	0,31	0,27	0,27	0,18

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo.

Nota-se, que com exceção do PPB/PP, doravante apenas PP, os principais partidos da base do governo apresentam um alto índice de Rice, com destaque para o PSC, que apresenta o maior índice e o menos desvio-padrão, mostrando uma posição quase unânime na maioria das votações. O PMDB, partido da governadora na maior parte de seu mandato, também apresenta um índice elevado. Levando-se em conta que o PMDB, sempre foi o maior partido da base e que ele chegou a ter mais de 30% das cadeiras da Alerj nessa legislatura, sua alta disciplina é realmente importante, na definição das votações nominais. Mais uma vez com exceção do PP, o desvio-padrão dos demais partidos da base do governo aponta que as médias variam para baixo por poucas votações em que a coesão é fraca.

Uma vez verificada a coesão dos principais partidos da base, consideramos relevante a verificação do mesmo indicador para os partidos que se opõem ao

governo. Isso nos permite verificar se a disciplina é um atributo apenas dos partidos da base do governo ou também dos demais partidos efetivos nessa legislatura.

Na tabela 21.3, a seguir, apresentamos a média e o desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais dos partidos de oposição ao governo Rosinha. Os dados da tabela mostram que o PT é o partido mais coeso da Alerj, com 0,98 de índice Rice com apenas 0,08 de desvio-padrão.

Tabela 21.3 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Partidos de oposição ao governo Rosinha.

	PT	PDT	PFL/DEM	PSDB
Índice de Rice	0,98	0,82	0,79	0,83
Desvio-padrão	0,08	0,30	0,41	0,35

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo.

Os índices do PFL/DEM, doravante apenas DEM, do PDT e do PSDB são muito próximos e, assim como os partidos da coalizão de governo, também são altos. Com os dados dessa tabela 21.3 fica claro que a disciplina partidária na Alerj não é um mero atributo governista, uma vez que os partidos de oposição também apresentam altos índices Rice no período.

No governo Cabral, as 130 votações de proposições de autoria do Executivo, dez são de vetos parciais, 111 são de projetos de lei, seis projetos de lei complementar e três são projetos de emenda constitucional. Além do número de votações, observamos um razoável aumento do percentual de projetos de lei submetidos à votação nominal, passando de 61% dessas votações no governo Rosinha, para 85% das votações nominais de proposições do Executivo no governo Cabral.

A tabela 21.4, a seguir, traz as médias e o desvio-padrão do índice de Rice para os principais partidos da coalizão de governo Cabral. Em relação à composição partidária, a principal de diferença é entrada do PT na coalizão de governo. Consequentemente, vemos que este partido perde boa parte da coesão que tinha, quando na oposição, no governo anterior. Por outro lado, nota-se um aumento na coesão do partido do governador, o PMDB e do aliado PSB. O PSC tem queda no seu índice e o PP continuou sendo o partido com o menor índice de coesão entre os partidos da base do governo.

Tabela 21.4 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Partidos da coalizão de governo Cabral.

	PMDB	PSB	PPB/PP	PSC	PT
Índice de Rice	0,96	0,95	0,51	0,84	0,83
Desvio-padrão	0,11	0,22	0,31	0,37	0,23

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo.

Na tabela 21.5, a seguir, apresentamos a média e o desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais dos partidos de oposição ao governo Cabral. O PDT é o mais coeso partido de oposição ao governo Cabral, com 0,90 de índice Rice. O DEM e o PSDB perdem coesão de um governo para o outro. No início do governo Cabral o PSDB declarou que seria independente no Legislativo. Apesar disso, o mantivemos na tabela junto com os demais partidos de oposição, por ser uma importante legenda na Alerj.

Tabela 21.5 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Partidos de oposição ao governo Cabral.

	PDT	PFL/DEM	PSDB*
Índice de Rice	0,90	0,72	0,81
Desvio-padrão	0,24	0,48	0,40

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo.
* Independente.

Nas tabelas a seguir, fizemos o mesmo levantamento das tabelas anteriores, mas com uma única diferença. Constatamos que, em 23 das 92 votações de projetos do Executivo, o líder do Governo Rosinha, o deputado estadual Noel de Carvalho (PMDB), utilizou a tribuna para orientar o voto da bancada. No governo Cabral esse número é maior, o líder do governo, o deputado estadual Paulo Melo (PMDB) orientou a bancada em 55 das 130 votações. A questão que se coloca aqui é seguinte: será que a orientação de voto por parte do líder do governo altera a coesão partidária?

Para responder a essa pergunta, calculamos índice nessas votações para os mesmos partidos.

Tabela 21.6 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Com encaminhamento de voto pelo Líder do Governo. Partidos da coalizão de governo Rosinha

	PMDB	PSB	PPB/PP	PL	PSC
Índice de Rice	0,90	0,88	0,49	0,97	0,88
Desvio-padrão	0,22	0,25	0,24	0,13	0,38

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo.

Como podemos observar, as variações do PMDB e do PSB são bem pequenas, ambas para baixo. O PP também segue o mesmo caminho, embora melhore um pouco o seu desvio-padrão. Já o PSC perde a sua condição de partido mais coeso da base para o PL que alcança expressivos 0,97 de índice de Rice e um desvio-padrão de apenas 0,13.

Tabela 21.7 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Com encaminhamento de voto pelo Líder do Governo. Partidos de oposição ao governo Rosinha.

	PT	PDT	PFL/DEM	PSDB
Índice de Rice	0,98	0,87	0,87	0,71
Desvio-padrão	0,11	0,30	0,30	0,46

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo.

Os partidos de oposição também apresentam poucas variações, quando a posição do Executivo é explicitada pelo encaminhamento de Líder do governo antes da votação. O PT segue com o mesmo índice. O PDT e o DEM aumentam a sua coesão e o PSDB cai de 0,83 para 0,71. Com variações não tão significativas, devido ao reduzido número de votações, mesmo assim a maioria os partidos apresenta um índice de Rice alto.

Até aqui, vimos que as altas taxas de coesão dos partidos da coalizão de governo da Rosinha, corroboram com a constatação de que os partidos são disciplinados em suas votações na Alerj. A média do índice de Rice dos partidos da coalizão de governo foi de 0,83, o que dá uma boa previsibilidade do comportamento dos partidos no plenário.

Tabela 21.8 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Com encaminhamento de voto pelo Líder do Governo. Partidos da coalizão de governo Cabral.

	PMDB	PSB	PPB/PP	PSC	PT
Índice de Rice	0,95	0,93	0,41	0,80	0,77
Desvio-padrão	0,14	0,28	0,24	0,39	0,26

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo.

Na tabela 21.8, as variações do PMDB e do PSB são bem pequenas, ambas para baixo. Assim como no governo anterior, o PP segue o mesmo caminho, porém com uma queda maior e uma redução em seu desvio-padrão. O PSC tem pequena variação, mas continua com um índice alto. Novamente o PT apresenta redução na sua coesão o que mostra clara diferença entre a coesão deste partido no governo e na oposição. A queda da coesão do PT é realmente significativa de um governo para o outro.

Tabela 21.9 - Média e desvio-padrão do índice de Rice em votações nominais de projetos do Executivo. Com encaminhamento de voto pelo Líder do Governo. Partidos oposição ao governo Cabral.

	PDT	PFL/DEM	PSDB*
Índice de Rice	0,87	0,66	0,76

Desvio-padrão	0,28	0,47	0,42

Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo.
* Independente.

Os partidos de oposição ao governo Cabral também apresentam poucas variações, quando a posição do Executivo é explicitada pelo encaminhamento de voto Líder do governo antes da votação. O PDT apresenta o mesmo índice que teve nesse tipo de votação durante o governo anterior. Em relação às votações sem indicação clara da posição do governo, seu índice cai, mas bem pouco. O DEM e o PSDB tiveram a sua coesão reduzida. Com variações não tão significativas, mas com indicadores menores do que os do governo Rosinha, mesmo assim a maioria os partidos de oposição ao governo Cabral apresentam um índice de Rice alto.

4.2 Execução orçamentária e apoio ao governo.

Algumas dificuldades norteiam o acompanhamento da execução orçamentária das emendas individuais dos deputados estaduais do estado do Rio de Janeiro. A principal reside na inexistência de um mecanismo público gerido pelo Legislativo estadual para a consulta dessas informações. A Alerj não disponibiliza em seu site a divulgação e nem o acompanhamento da execução orçamentária de suas emendas, a exemplo do que ocorre com o Senado Federal, em relação ao orçamento da União. A Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ) disponibiliza as informações previstas na lei complementar federal Nº 131/2009, mas em seu sistema de consulta, os programas de trabalho não apresentam o código completo dos programas e nem a sua descrição. A única opção viável é a consulta ao Sistema de Informações Gerenciais (SIG) da SEFAZ. Este sistema espelha o Sistema de administração financeira de estados e municípios (SIAFEM), referente às despesas estado do Rio de Janeiro. Ainda assim, os relatórios do SIG, não especificam quais programas de trabalho são oriundos de emendas. Para o ano de 2016 em diante o SIAFEM foi substituído pelo Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro (SIAFE-Rio). Detectar a execução orçamentária das emendas individuais dos deputados estaduais é uma tarefa difícil, mas não impossível. Vejamos os passos.

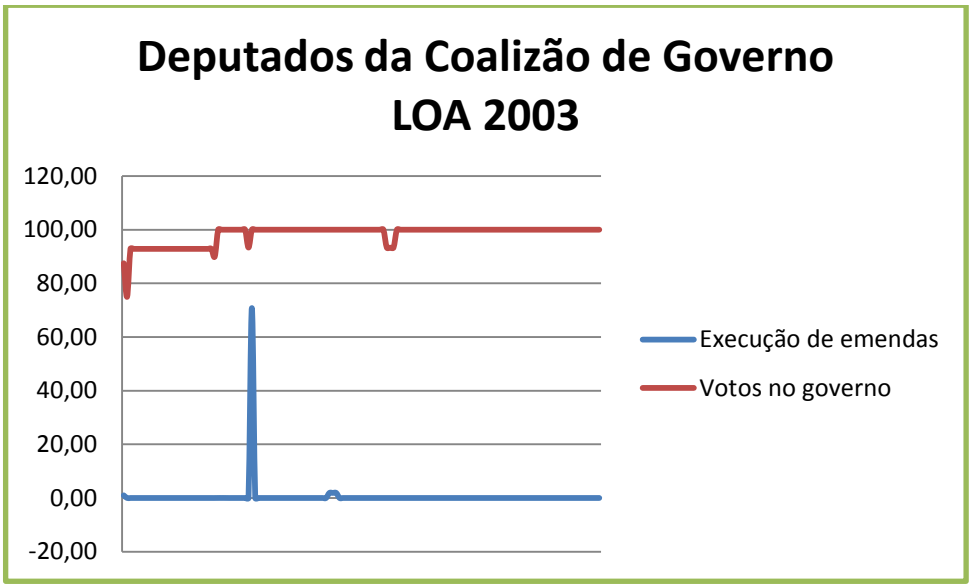
O primeiro passo consiste em obter os dados das emendas. A cada ano, antes de publicar o seu parecer sobre as emendas ao orçamento, a Comissão de Orçamento da Alerj publica todas as emendas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ). Logo, a obtenção dos arquivos dessas publicações é fundamental. O segundo passo consiste em converter e organizar estes dados de modo que possam ser classificados e comparados com os dados dos relatórios do SIG. Essa comparação deveria ser uma tarefa simples, pois bastaria fazermos um batimento dos códigos dos programas de trabalho. Contudo, a maioria dos códigos não bate e o resultado da consulta é praticamente nulo. Isso ocorre porque na LOA os deputados colocam uma única numeração para cada emenda aditivas de um mesmo programa. Quando a LOA é aprovada e encaminhada ao Executivo, a Secretaria de Planejamento atribui uma numeração específica para cada dotação aprovada por emendas aditivas. Nas emendas modificativas o código original é mantido, pois se trata de uma redução ou ampliação de dotação em programa já definido pelo Executivo.

Quando encontramos um código, geralmente não houve execução. Dessa forma, o resultado do que é encontrado vai de encontro ao discurso de assessores e até de alguns deputados estaduais, de que a execução das emendas é muito baixa ou difícil de detectar em virtude dos cancelamentos/remanejamentos entre programas realizados pelo Poder Executivo. Cancelamentos que são resultado da margem de remanejamento estabelecida na LOA, conforme aprovado pelo Legislativo, e apresentado em nosso capítulo anterior. Logo, o último e inevitável passo, consiste na classificação da execução da despesa, pelo valor de dotação inicial de modo que os programas possam ser comparados, um a um, com as emendas dos deputados estaduais com base no seu valor e na sua descrição. Vejamos o resultado dos dois últimos passos.

Nos gráficos abaixo, apresentamos os resultados de nossa pesquisa sobre a execução orçamentária das emendas individuais para os quadriênios 2003-2006 e 2007-2010, compreendendo todo o mandato do governo Rosinha e do primeiro governo de Cabral. Restringimo-nos às emendas aprovadas no GND *Investimentos* do Poder Executivo. Para o primeiro ano do governo Rosinha vemos no gráfico 2.1 a execução das emendas individuais dos deputados da coalizão de governo. Ressaltamos, que nem todos os deputados que apresentaram emendas à LOA de 2003 foram reeleitos, portanto, na linha superior do gráfico temos o percentual de

votos a favor do Executivo que foi calculado com base no percentual de votos de cada deputado em projetos do Executivo em que a posição governo era expressa pelo seu Líder na Alerj. Na linha inferior temos o percentual da taxa de execução das emendas individuais dos deputados estaduais de cada deputado.

Gráfico 2.1 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de governo Rosinha, ano 2003.

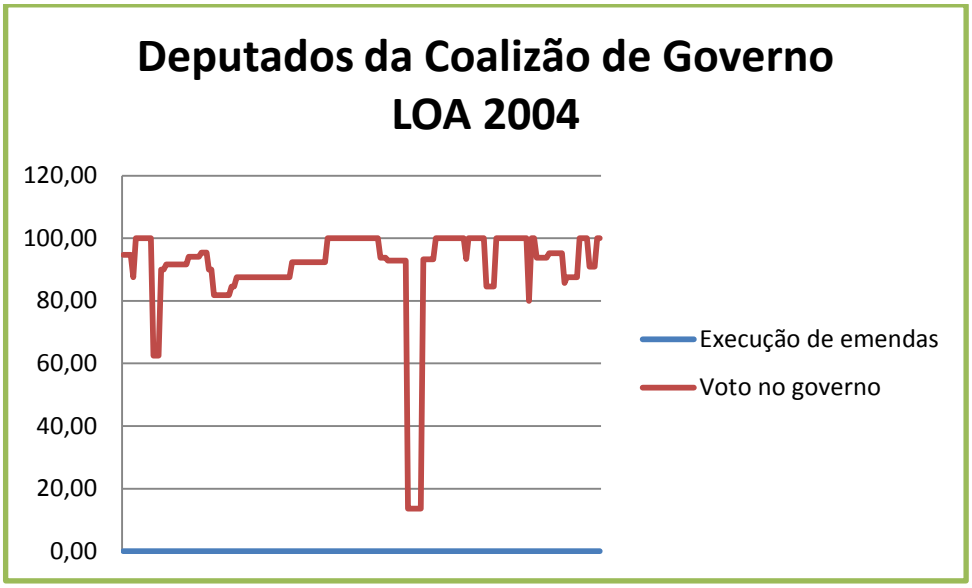


Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

No ano de 2003, do total aprovado em emendas individuais, foram executadas, com base nos códigos dos programas, apenas dez emendas de cinco deputados governistas, perfazendo 4,62% do valor total das emendas aprovadas naquele ano. Destacamos que deste percentual executado, 7% são de deputados de partidos da coalizão de governo, mas que não foram reeleitos.

Em 2004, temos no gráfico 2.2 a execução das emendas individuais dos deputados da coalizão de governo que tiveram emendas aprovadas. Dessa vez, encontramos uma variação maior no percentual de votos a favor do governo, por deputado. Por outro lado, vemos uma taxa de execução zero, das emendas dos deputados da coalizão de governo.

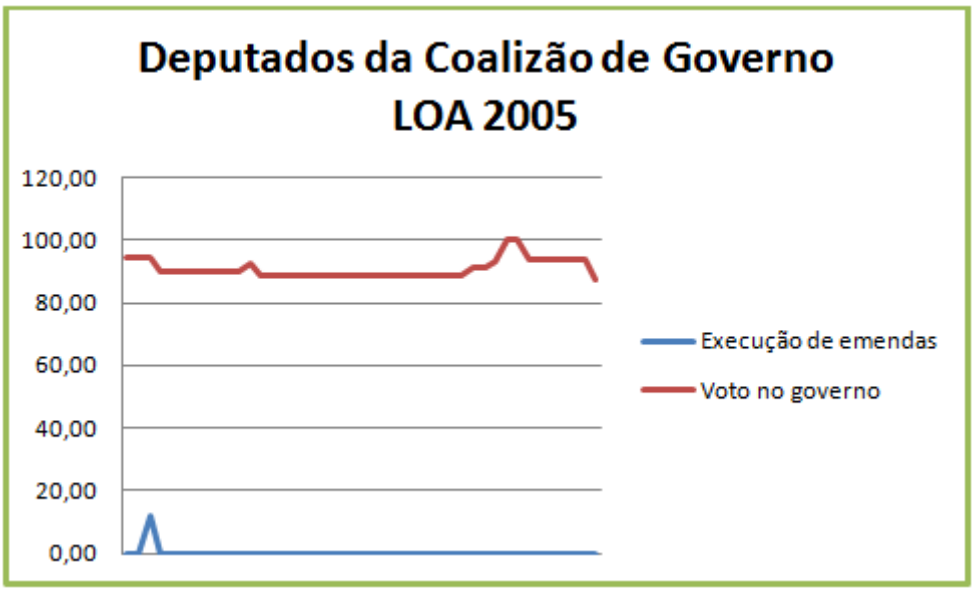
Gráfico 2.2 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de governo Rosinha, ano 2004.



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

O gráfico 2.3, a seguir, refere-se ao ano de 2005. Ele apresenta apenas uma emenda da deputada Aparecida Gama (PMDB) executada em 11,94%. Com isso, do total aprovado em emendas individuais pelos deputados da coalizão de governo em 2005, foram executados apenas 0,15% do valor total das emendas aprovadas. O percentual de votos favoráveis aos projetos do governo ficou num patamar superior a 80% para todos os deputados governistas que tiveram emendas aprovadas no orçamento, assim como a maioria dos deputados nos dois anos anteriores.

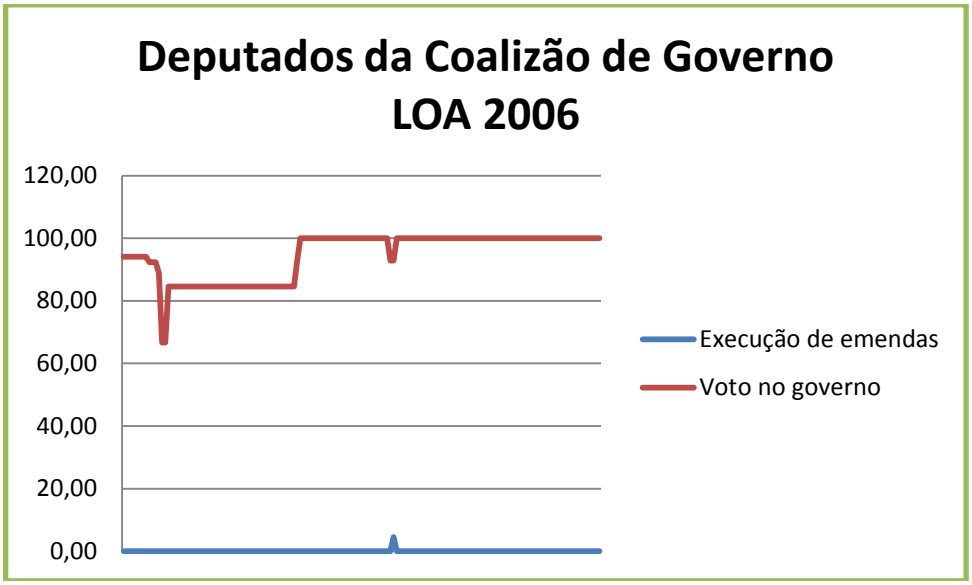
Gráfico 2.3 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de governo Rosinha, ano 2005.



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

De forma não distinta do ano anterior, o gráfico 2.4, a seguir, apresenta baixíssima execução de emendas no ano de 2006. Apenas uma emenda, dessa vez do deputado estadual Fábio Silva (PMDB) foi executada em 4,49%. Assim, do total aprovado em emendas individuais pelos deputados da coalizão de governo em 2006, foram executados apenas 0,04% do valor total das emendas aprovadas. O percentual de votos favoráveis aos projetos do governo ficaram majoritariamente num patamar superior a 80%.

Gráfico 2.4 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de governo Rosinha, ano 2006.



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

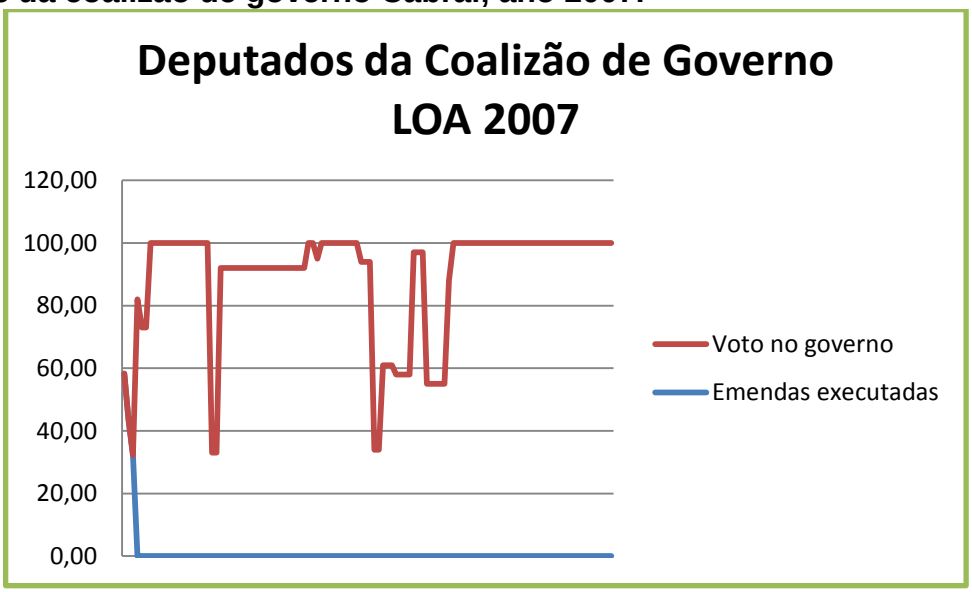
Como ficou demonstrado nos gráficos acima, na execução orçamentária das emendas dos deputados da coalizão de governo durante o governo Rosinha, duas características marcam o período: baixíssima ou quase nula execução de emendas dos deputados governistas e elevado percentual de votos favoráveis aos projetos do governo.

Nos Gráficos 2.5 e 2.6. vemos os dois primeiros anos do governo Cabral e o percentual de votos em projetos do Executivo e a execução das emendas individuais dos deputados da coalizão de governo. No primeiro ano do governo Cabral, o ano de 2007, temos uma situação próxima ao observado durante o quatro anos do governo Rosinha.

Do total aprovado em emendas individuais por deputados da coalizão de governo, apenas 0,4% foi executado. Neste percentual localizamos apenas quatro emendas. Três delas são da deputada Edna Rodrigues (PMDB) e que não foi reeleita. Uma de um deputado reeleito, também do PMDB, mas que corresponde a 0,05% de sua emenda. Esta emenda corresponde a 0,25% do valor executado. Logo, sem as três emendas da deputada que não foi reeleita e que, por isso, não possui votos no governo, a taxa de execução seria praticamente zero. Isso pode apontar para uma dificuldade na execução orçamentária no primeiro ano dos governos, por causa do projeto de lei orçamentária anual ter sido enviado por outro governo. Também deve ser observado que o comportamento dos deputados em relação ao voto nos projetos

de governo apresenta variações no ano de 2007, com percentuais que partem da casa dos 30%, chegando aos 100% dependendo do deputado.

Gráfico 2.5 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de governo Cabral, ano 2007.

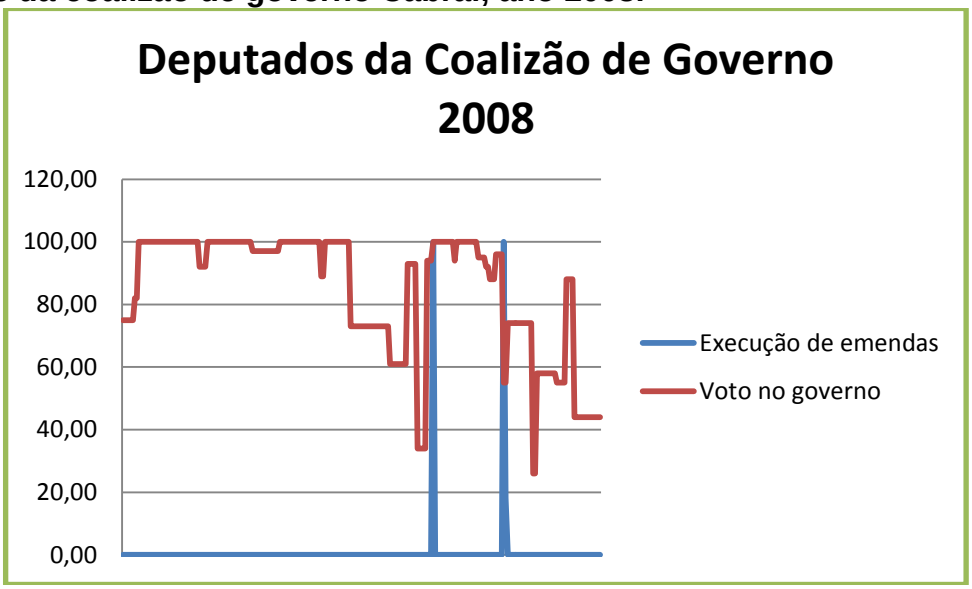


Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Após o processo eleitoral, o governador eleito tem mais de um mês para negociar alterações com o Legislativo e no caso do governador Cabral, ele fez isso. Não podemos descartar fatores relacionados a arrecadação e à prevalência de outros gastos. Entretanto, até aqui nos parece que a execução orçamentária está mais relacionada às preferências do Executivo e à sua capacidade de remanejamento de despesas.

No ano de 2008, encontramos uma situação não diferente do ano anterior. No gráfico 2.6. temos a execução das emendas e o apoio ao governo. Entretanto, foi a base eleita que emendou a proposta orçamentária que foi enviada pelo próprio governador Cabral. Isso afasta a hipótese de que a baixa execução em 2007 estaria relacionada ao fato de a proposta ter sido encaminhada por outro governador, bem como de possuir poucos deputados da base e, consequentemente, poucas emendas de aliados para serem executadas.

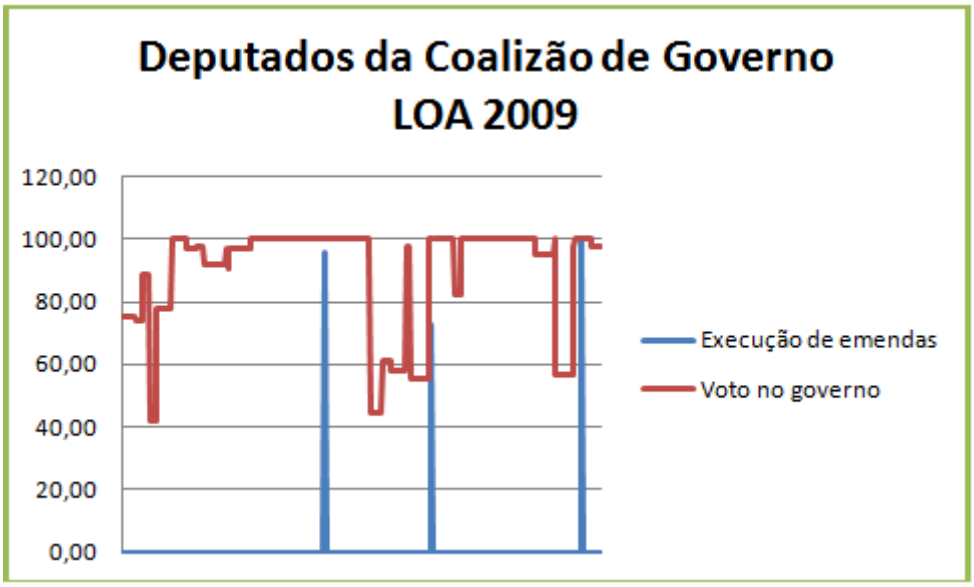
Gráfico 2.6 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de governo Cabral, ano 2008.



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Foram executadas apenas três emendas de deputados governistas em 2008. Juntas, elas correspondem a 6,32% do valor de todas as emendas apresentadas, independentemente da posição política. Duas são da deputada Inês Pandeló (PT) que apresentou apenas 55% de apoio aos projetos do governo. E apenas uma do deputado Ronaldo Medeiros (PSB) que executada em 100%. Neste caso, a emenda era oriunda de um programa da Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, pasta comandada pelo mesmo partido do deputado. No geral, temos uma situação melhor do que o ano anterior e melhor do que o segundo ano do governo Rosinha. Mesmo assim, a grande maioria dos deputados da coalizão de governo Cabral não tiveram emendas individuais executadas.

Gráfico 2.7 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos da coalizão de governo Cabral, ano 2009.

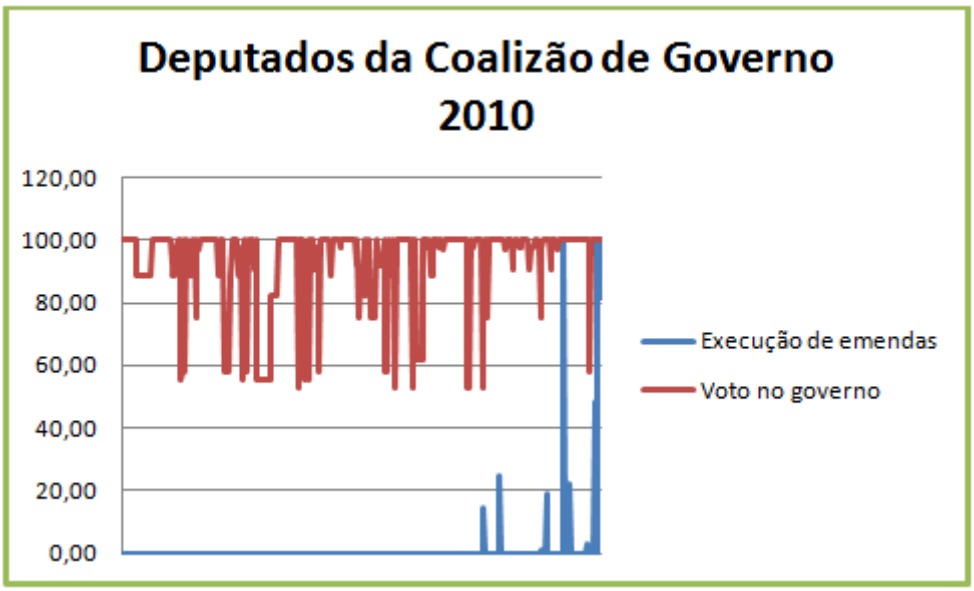


Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

No ano de 2009, conforme gráfico 2.7, novamente apenas três emendas de deputados governistas foram executadas. Juntas, elas correspondem a 2,44% do valor de todas as emendas apresentadas pelos deputados governistas. Dessa vez, dois dos beneficiados são deputados com forte influência na Alerj e no governo. Uma emenda foi do deputado Jorge Picciani (PMDB), presidente da Alerj e outra do deputado Edson Albertassi (PMDB), presidente da comissão de orçamento da casa. A terceira emenda executada foi do deputado Ronaldo Medeiros (PSB) que, assim como ano anterior, foi executada em 100% e também estava vinculada à pasta controlada pelo seu partido. Novamente, a grande maioria dos deputados da coalizão de governo Cabral não tiveram emendas individuais executadas em Investimentos. Quando verificamos as quantidades dessas emendas, vemos que 447 emendas da coalizão de governo deixaram de ser executadas.

Gráfico 2.8 – Execução de emendas individuais e votos no governo.

Partidos da coalizão de governo Cabral, ano 2010.



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

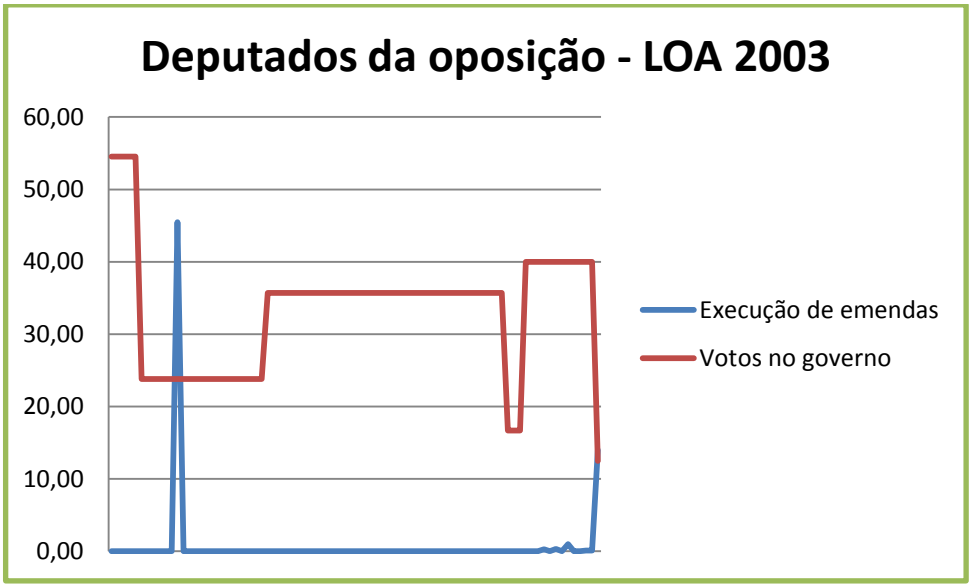
No gráfico 2.8, referente ao ano de 2010, observamos duas diferenças em relação aos anos anteriores. A primeira é a variação do apoio ao governo que deriva de uma quantidade maior de deputados que conseguiram aprovar emendas de investimento. A segunda diferença é que a quantidade de emendas executadas também é maior, mas fortemente concentrada. De 390 emendas individuais da coalizão de governo, foram executadas apenas 12, sendo duas do deputado Audir Santana (PSC) e 10 emendas do presidente da comissão de orçamento, o deputado Edson Albertassi (PMDB).

De um total de R$ 983.162.701,00 aprovado em emendas individuais da coalizão, foram executados 70,93%. Esse percentual destoa de todos os anos anteriores no período estudado. Por outro lado, vemos forte concentração em torno do presidente da comissão de orçamento. Uma das dez emendas do presidente da comissão de orçamento, o deputado Edson Albertassi (PMDB), executadas total ou parcialmente referente a “Implantação, Restauração e Melhoria de Rodovias, Rodovias Vicinais e Obras de Arte” no valor de R$ 661.751.537,57, foi executada em 81,63%, o que corresponde a mais da metade de todo o valor aprovado pelos deputados da coalizão e a 77,46% do total executado. Somando-se todas as emendas executadas por este deputado, ele auferiu 99,99% do total executado de emendas da coalizão de governo. Dessa forma, as duas emendas do deputado Aldir Santana (PSC) correspondem a apenas 0,005% do valor executado.

É preciso observar que diferentemente da governadora Rosinha, o governador Cabral concorria à reeleição em seu último ano de mandato. Em 2010, o GND Investimentos corespondia a 10,43% das despesas aprovadas, o maior percentual de todo o período estudado. Ao mesmo tempo, a taxa de execução foi de 101,54% do valor total aprovado neste GND, também a maior para todo o período estudado. Apesar disso, o governador não contemplou a maioria das emendas de sua coalizão, priorizando projetos já definidos na PLOA. A priorização dos projetos definidos pelo Executivo fica evidente quando verificamos que todas as emendas o deputado Edson Albertassi (PMDB), em 2010, eram modificativas, ou seja, não criavam uma nova despesa, mas alteravam dotações de programas definidos pelo Executivo.

Passamos agora para a execução das emendas individuais dos deputados dos partidos considerados de oposição aos dois governos. Começando pelo governo Rosinha, no gráfico 3.1, a seguir, temos a taxa de execução das emendas dos deputados de oposição que foram reeleitos, bem como o seu percentual de votos a favor do governo. Vemos que na sua maioria, o percentual de apoio ao governo é inferior a 50%. Com relação à execução de emendas, encontramos, com base na localização dos códigos dos programas de trabalho, a execução parcial de sete emendas apresentadas por dois deputados reeleitos, perfazendo apenas 0,03% do valor total de emendas apresentadas. Ainda que a taxa de execução de uma das emendas passe de 40%, o somatório delas é baixo e corresponde a apenas 0,45% do total aprovado em emendas pelos deputados da oposição.

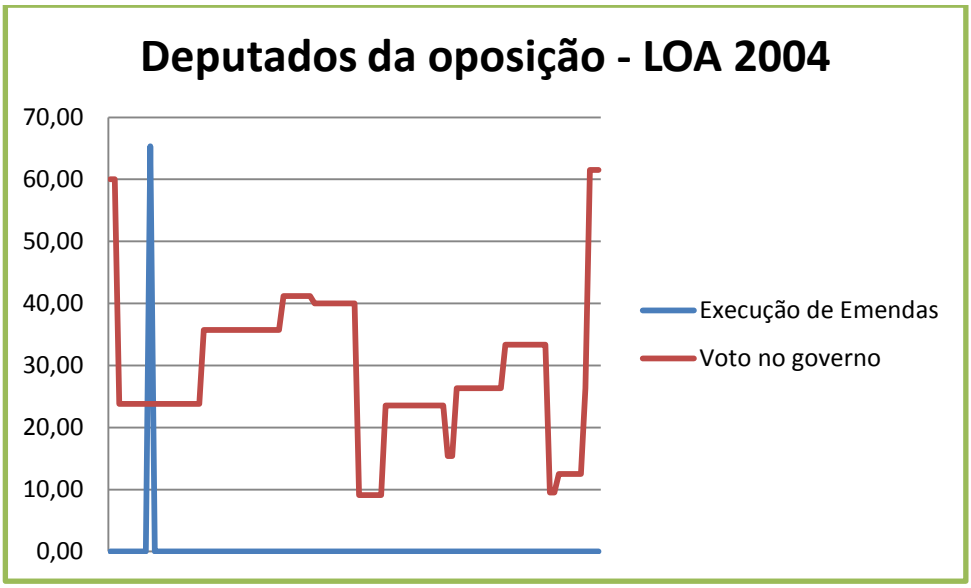
Gráfico 3.1 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao governo Rosinha, ano 2003.



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Para o segundo ano do governo Rosinha, vemos no gráfico 3.2, a seguir, que a execução das emendas dos deputados dos partidos de oposição ao governo não apresenta diferenças em relação ao ano anterior. Com uma taxa de execução de praticamente zero, encontramos apenas uma emenda executada. Com 65% de execução, esta emenda do deputado Carlos Minc (PT), foi destinada ao programa de "Proteção a vitimas de pessoas ameaçadas". Seu valor executado representa 0,01% do valor total das emendas de individuais apresentadas em Investimentos no ano de 2004 e corresponde a apenas 0,06% do total aprovado em emendas pelos deputados da oposição.

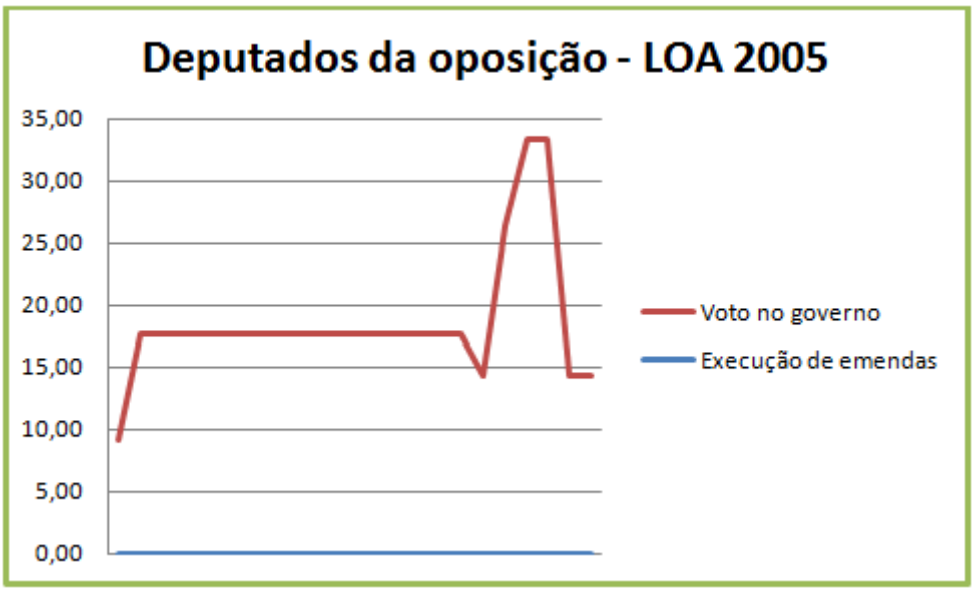
Gráfico 3.2 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao governo Rosinha, ano 2004.



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

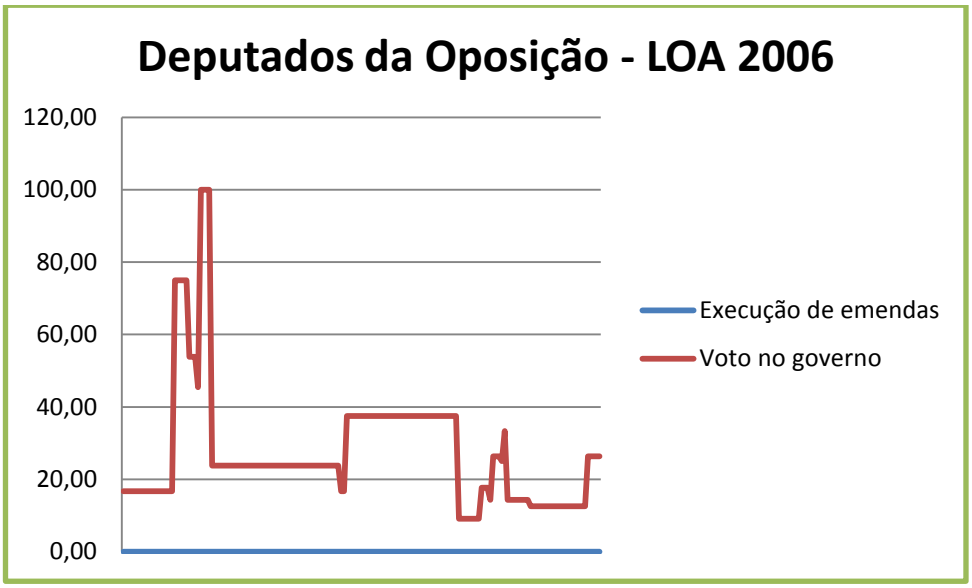
A segunda metade do mandato da governadora Rosinha (PMDB) está representada, a seguir, nos gráficos 3.3 e 3.4, respectivamente com os anos de 2005 e 2006. Nos dois gráficos podemos observar uma diferença em relação aos dois primeiros anos de governo passando de uma execução positiva e inferior a 1% para uma taxa de execução zero nos dois anos da metade final do seu mandato. Nenhuma emenda de Investimentos aprovada pelos deputados de oposição foi executada. Nota-se que o apoio aos projetos do governo também é majoritariamente baixo nesses dois anos, assim como nos dois anos anteriores.

Gráfico 3.3 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao governo Rosinha, ano 2005.



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

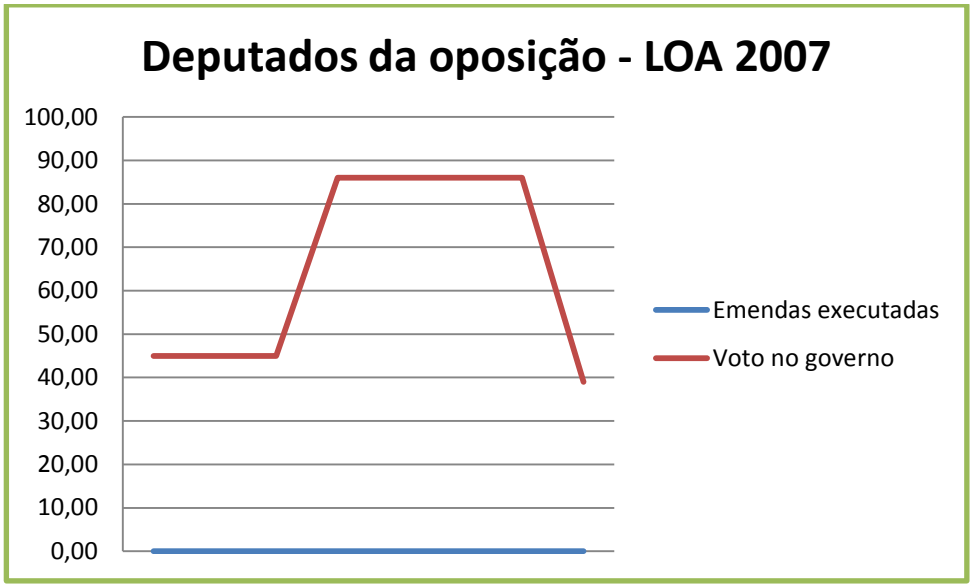
Gráfico 3.4 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao governo Rosinha, ano 2006.



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Passando para o governo Cabral, o gráfico 3.5, a seguir, representa as emendas dos deputados de oposição reeleitos. São apenas três deputados e oito emendas no ano de 2007. Assim como nos dois últimos anos do governo Rosinha, a taxa de execução de emendas da oposição também foi zero.

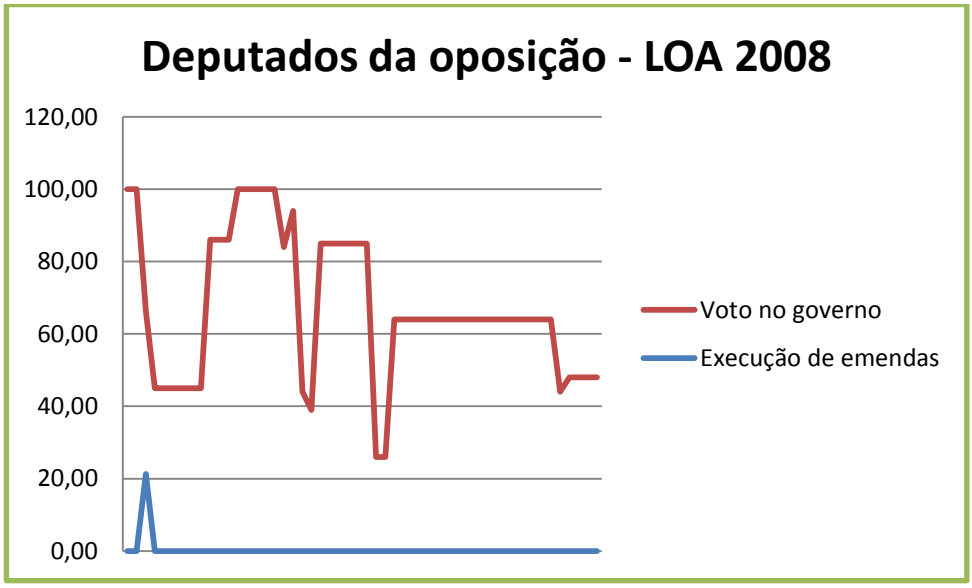
Gráfico 3.5 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao governo Cabral, ano 2007.



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

As diferenças entre os dois governos em relação à execução orçamentária das emendas da oposição até aqui são mínimas. Temos situações de execução zero nos dois governos. A execução é sempre baixa e direcionada a um número pequeno de emendas. Para o ano de 2008, o gráfico 3.6, a seguir, traz a execução das emendas dos deputados oposicionistas no segundo do governo Cabral.

Gráfico 3.6 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao governo Cabral, ano 2008.

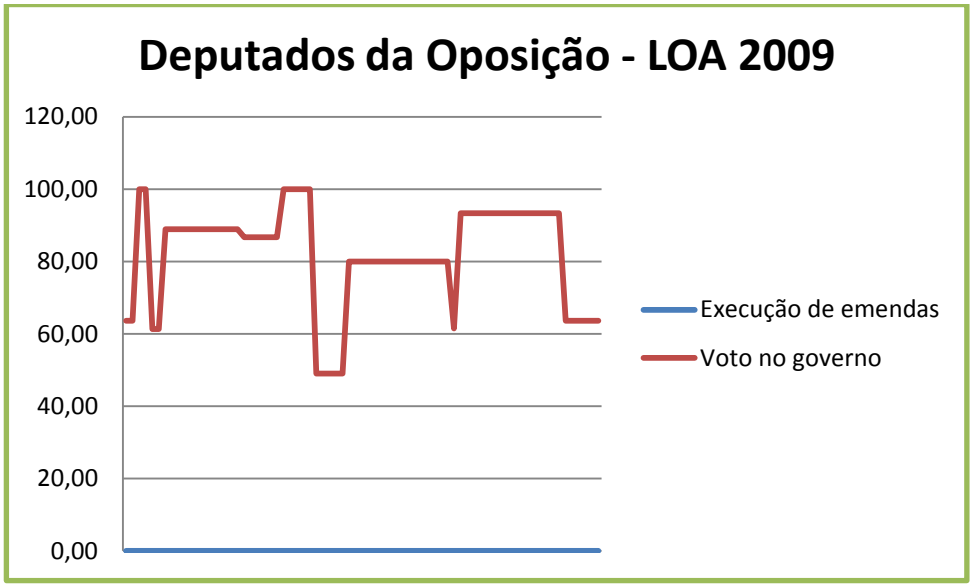


Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2008, uma única emenda, direcionada para obras de “Enrocamento da saída do canal da marina Porto Búzios”, apresentada pela deputada Cidinha Campos

(PDT), teve 21,3% de execução. Esta execução parcial representa 0,12% do valor total das emendas dos deputados naquele ano e 1,21% do valor total de emendas apresentadas pelos deputados de oposição.

Gráfico 3.7 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao governo Cabral, ano 2009.

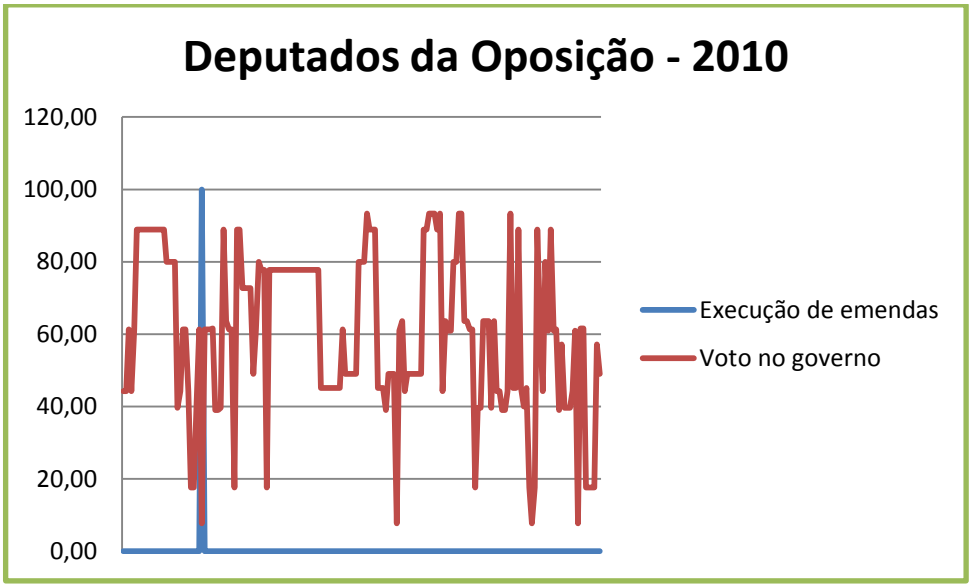


Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2009, assim como em 2007, nenhuma emenda dos deputados de oposição foi executada. Por outro lado, o gráfico 3.7 também sinaliza que da mesma forma que no ano anterior, alguns deputados dos partidos de oposição apresentaram um apoio ao governo semelhante ao apoio dado pelos deputados da coalizão de governo.

O gráfico 3.8, a seguir, representa a execução das emendas dos deputados da oposição no ano de 2010. Nota-se grande variação no apoio ao governo em virtude do número maior emendas aprovadas pelos deputados da oposição em relação aos anos anteriores. Por outro lado, temos apenas uma emenda executada do deputado de Marcos Soares (PDT) no valor de R$50.000,00, representado 0,20% do valor total das emendas apresentadas pelos deputados de oposição e apenas 0,0043% em relação ao valor total das emendas individuais aprovadas.

Gráfico 3.8 – Execução de emendas individuais e votos no governo. Partidos de oposição ao governo Cabral, ano 2010.



Fonte: Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, Parte II, Poder Legislativo e Secretaria de Estado da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro.

Os gráficos demonstram que a baixa execução de emendas predominou durante todos os anos do governo Rosinha e nos três primeiros anos do Governo Cabral. Seja governo ou oposição, a regra é a baixa execução de emendas individuais, nos dois governos. A única exceção está no valor total da execução das emendas dos deputados a coalizão de governo Cabral, no ano de 2010, mas fortemente concentrada num único deputado. Por outro lado, a linha de apoio ao governo, mostra uma relação mais dura da oposição com o governo Rosinha do que em relação ao governo Cabral. Mesmo assim, uma suposta boa vontade de parte da oposição com o governo Cabral, não se materializou em emendas executadas, da mesma forma que a maioria dos deputados da coalizão deste governo que nem sequer tiveram uma só emenda executada.

Neste capítulo, também vimos que a maioria dos partidos são disciplinados. Em suas votações de proposições do executivo na Alerj, nos dois governos vemos que os índices de Rice apresentam pouca variação, inclusive quando utilizamos a orientação do Líder do Governo nas votações. O PP durante todo o período foi o partido menos disciplinado e o PT teve sua disciplina reduzida após deixar a oposição ao entrar no governo Cabral. A disciplina apurada serviu de base para que verificássemos se execução orçamentária teria alguma relação com a disciplina partidária. A baixa execução orçamentária tanto para os deputados da coalizão de governo, quanto para os da oposição, foi constatada nos dois governos e sinaliza não há relação entre apoio

ao governo nas votações em plenário e a execução de emendas individuais dos deputados estaduais à lei de orçamento anual.

CONCLUSÃO

Este trabalho teve como foco o processo orçamentário no estado do Rio de Janeiro. Analisamos a execução orçamentária das emendas individuais dos deputados estaduais nos governos Rosinha e Cabral com o objetivo de verificar como o Executivo se comportava na execução dos investimentos aprovados na LOA. Nosso objetivo também era verificar o quanto a experiência do estado do Rio de Janeiro se aproximava ou não da experiência federal recente, apontada por Figueiredo e Limongi (2008). Alcançar estes objetivos teria sido impossível sem que antes levantássemos dados que permitissem a definição das coalizões de governo e da coesão dos partidos no período estudado.

Nessa trajetória, também passamos pelas eleições e o sistema partidário do estado do Rio de Janeiro. Vimos, que a exemplo do que ocorre no âmbito nacional, os governadores recorrem à formação de coalizões de governo para obterem maioria no Legislativo e a aprovação de seus projetos. Com um sistema partidário altamente fragmentado, o presidencialismo de coalizão foi o arranjo institucional utilizado pelos governadores do período estudado. Diante disso, constatamos as diferenças entre as coalizões de Rosinha e Cabral, onde a instabilidade das coalizões foi a marca da primeira e a solidez a marca do segundo. Além da vantagem de seu momento econômico, suspeitamos que a experiência legislativa do governador Sérgio Cabral pode tê-lo ajudado em sua relação com o Legislativo, levando-o a manter a mesma coalizão de governo durante quatro anos, mesmo com um número menor de secretarias de estado. Futuros estudos sobre o perfil dos governadores poderão ser frutíferos.

No terceiro capítulo vimos que o Legislativo possui importante papel na definição do orçamento e mostramos a composição do orçamento estadual com base nos *grupos de natureza de despesa* (GND), funções de governo e órgãos (secretarias de estado). Com base nas diferenças das taxas de execução orçamentária dos grupos de natureza de despesa constatamos que o GND *Investimentos* é o que apresenta a menor taxa de execução conforme já tinham apontado Figueiredo e Limongi (2008). Em casos de insuficiência de arrecadação o impacto sobre a taxa de execução do grupo *Investimentos* é ainda maior, limitando a capacidade de investimento do governo do Estado. Além disso, explicitamos as variações entre os valores propostos e aprovados durante a tramitação da lei orçamentária anual por meio das diferenças intraorçamentárias feitas pelo Legislativo.

No último capítulo apresentamos os resultados de nosso levantamento inédito sobre a disciplina partidária dos principais partidos da Alerj. Com exceção do Partido Progressista, que apresentou baixos índices de coesão nas duas legislaturas estudadas, vimos que os demais partidos apresentam alto índice de coesão, sejam no governo ou na oposição. A partir desses dados, verificamos a execução orçamentária das emendas individuais em investimentos e constatamos que a execução dessas emendas é baixíssima ou nula, dependendo do ano, nos dois governos. Este fato praticamente anula as modificações realizadas pelo Legislativo nos programas de trabalho contidos no GND Investimentos. Esta constatação é válida para emendas de deputados da coalizão de governo e da oposição, independentemente do seu percentual de apoio em votações de projetos do Executivo. A única exceção encontrada foi no governo Cabral em 2010, mas fortemente concentrada num único deputado da coalizão de governo e voltada para emendas modificativas em programas definidos pelo Executivo.

Por fim, concluímos que no período estudado o Executivo sempre foi preponderante na definição do gasto público, pois suas preferências prevaleceram na execução orçamentária. Levando em conta os dados obtidos nessa pesquisa, a coesão partidária e o apoio ao governo existem independentemente da distribuição individual de recursos orçamentários por meio de emendas individuais ao orçamento.

REFERÊNCIAS

ABRANCHES, Sérgio Henrique H. de. Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro. DADOS, vol. 31, n.º 1, pp. 5-33. 1988.

ABRUCIO, Fernando Luiz. “O ultrapresidencialismo estadual”. In: Andrade, Regis de Castro (org.). *Processo de governo no Município e no Estado: uma análise a partir de São Paulo*. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1998.

_____. Os Barões da Federação: os Governadores e a Redemocratização Brasileira. São Paulo: Editora Hucitec, 2002.

_____. A reconstrução das funções governamentais no federalismo brasileiro. In: HOFMEISTER, Wilhelm & CARNEIRO, José Mário Brasiliense. Federalismo na Alemanha e no Brasil. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer. 2001.

_____. A Coordenação Federativa no Brasil: A Experiência do Período FHC e os desafios do Governo Lula. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 24, p. 41-67, jun. 2005.

_____; SAMUELS, David. “A nova política dos governadores”. Lua Nova, São Paulo: Cedec, nº 40/41, pp. 137-166, 1997.

AFONSO, José Roberto R. A Questão Tributária e o Funcionamento dos Diferentes Níveis de Governo. In: AFFONSO, Rui de B. A. e SILVA, Pedro L. B. (orgs). A Federação em perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995.

_____. The relations between different levels of government in Brazil. Cepal Review n.º 84. December, 2004.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Recentralizando a Federação? Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 24, p. 29-40, jun. 2005.

AMES, Barry. The Deadlock of Democracy In Brazil: Interests, Identities, and Institutions in Comparative Politics. Ann Arbor, University of Michigan Press, 2001.

ANASTÁSIA, Fátima. Federação e relações intergovernamentais. In: AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução. São Paulo. UNESP, 2007.

ANDRADE, Luis Aureliano G. de. O município na política brasileira: revisitando Coronelismo, enxada e voto. In: AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução. São Paulo. UNESP, 2007.

ANUÁRIO FINANÇAS DOS MUNÍPIOS FLUMINENSES. v. 1, 2007.

ARRETCHE, Marta. Quem taxa e quem gasta: A barganha federativa na federação brasileira. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 24, p. 69-85, jun. 2005.

CINTRA, Antônio Octávio. A Política Tradicional Brasileira: Uma interpretação das relações entre o centro e a periferia. In: BALÁN, Jorge (org.). Centro e Periferia no Desenvolvimento Brasileiro. São Paulo, Difel, 1972.

CUNHA, Armando; REZENDE, Fernando. Contribuintes e Cidadãos: Compreendendo o Orçamento Federal. Rio de Janeiro. FGV, 2002.

BARBOSA, Leon Victor de Queiroz. Federalismo e o Novo Desenho Institucional: A Federação no Pós-FHC. 6º Encontro da ABCP. 2008. Disponível na Internet: <http://seminariopolitica.t5.com.br/Leon%20 Victor% 20-%20UFPE.doc> Acesso em: 23 de dezembro de 2008.

BARRETO, Alessandra Siqueira. Notícias de uma guerra: estratégias, ameaças e orações. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 13, n.º 27, Junho de 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid= S0104-71832007000100009&lng= en&nrm=iso>. Acesso em 10 Fev. 2009.

BEZERRA, Marcos Otávio. Em nome das "bases": Política, Favor e Dependência Pessoal. Rio de Janeiro. Relume Dumará, 1999.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, Senado Federal. 1988.

CHEIBUB, José Antonio; FIGUEIREDO, Argelina and LIMONGI, Fernando. The politics of federalism: The role of governor in the Brazilian National Congress. Paper prepared for presentation in the workshop State politics and institutions in comparative perspective: Lessons from Brazil". Centre for Brazilian Studies, University of Oxford. 2006.

COSTA, Valeriano. Federalismo. In: AVELAR, Lúcia & CINTRA, Antônio Octávio. Sistema Político Brasileiro: Uma Introdução. São Paulo. UNESP, 2007.

DANIEL, Celso. Autonomia municipal e as relações com os estados e União. In: HOFMEISTER, Wilhelm & CARNEIRO, José Mário Brasiliense. Federalismo na Alemanha e no Brasil. São Paulo, Fundação Konrad Adenauer. 2001.

DILLINGER, William. Decentralization: Politics and Public Services. In: AFFONSO, Rui de B. A. e SILVA, Pedro L. B. (orgs). A Federação em perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. "Government Coalitions in Brazilian Democracy". In: *Brazilian Political Science Review* 1(2): 182-216. 2007.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. Executivo e Legislativo na Nova Ordem Constitucional. Rio de Janeiro, FGV, 1999.

_____;_____. O Sistema Político Brasileiro: entre mitos e fatos. Publicações do Instituto Futuro Brasil, São Paulo. 2006. Disponível em www.ifb.com.br. acesso em 10/07/2009.

_____;_____. Política Orçamentária no Presidencialismo de Coalizão. Rio de Janeiro, FGV, 2008.

GRAÇA. Luís Felipe G. Independência ou irrelevância? Produção Legislativa e vetos na Assembleia Legislativa do Estado do rio de Janeiro. (1983-2010). (Tese de Doutorado). IESP/UERJ. 2014.

GRAÇA. Luís Felipe G. PINTO, Alexandre Alves. A relação entre os poderes executivo-legislativo no Estado do Rio de Janeiro (2003-2010). In: RICCI, Paolo e TOMIO, Fabrício. Instituições políticas nos estados brasileiros. Governadores e Assembleias Legislativas no Brasil contemporâneo. Mimeo.

GIACOMONI, James. Orçamento Público. São Paulo, Editora Atlas, 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Alerj, 1989.

_____. Relatório das Contas Consolidadas 2004. Auditoria Geral do Estado. Secretaria de Estado de Finanças, 2005.

_____. Relatório das Contas Consolidadas 2005. Auditoria Geral do Estado. Secretaria de Estado de Finanças, 2006.

_____. Relatório dos Produtos das Ações Realizadas 2005. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, 2006.

_____. Relatório das Contas Consolidadas 2006. Auditoria Geral do Estado. Secretaria de Estado de Fazenda, 2007.

_____. Relatório dos Produtos das Ações Realizadas 2006. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, 2007.

_____. Relatório das Contas Consolidadas 2007. Auditoria Geral do Estado. Secretaria de Estado de Fazenda, 2008.

LAPA, Priscila. Ação Legislativa no Processo Orçamentário: O debate entre distributivistas e partidários na Ciência Política brasileira. Fórum IUPERJ/DCP-UFMG/UFPE. Belo Horizonte, Nov. 2007. Disponível na Internet: <http://www.ufmg.br/cel-dcp/images/lapa,%20priscila.pdf > Acesso em: 26 de fevereiro de 2009.

LAVER, M; SCHOFIELD, N. Multiparty Government: The Politics of Coalition in Europe. Ann Arbor, The University of Michigan Press, 1998

LEITE, Breno Rodrigo de Messias; CORRÊA, Roberto Ribeiro. A Formação de Gabinetes no Contexto do Ultrapresidencialismo Estadual: Amazonas e Pará em uma Perpectiva Comparada. In: 33º Encontro Anual da ANPOCS, GT 21 – Estudos Legislativos, Caxambu, 2009.

LIMA Jr. Olavo Brasil. Instituições Políticas Democráticas: O Segredo da Legitimidade. Rio de Janeiro. Zahar, 1997.

MAINWARING, Scott P. “Presidentialism, Multipartism and Democracy: The Difficult Combination”. Comparative Political Studies, vol. 26, n.º 2, pp. 198-228. 1993.

_____. Sistemas Partidários em Novas Democracias: O caso do Brasil. Rio de Janeiro, FGV, 2001.

MARAFON, Gláucio José. *et al*. Regiões de Governo do Estado do Rio de Janeiro: Uma contribuição geográfica. Rio de Janeiro. Gramma Editora, 2005.

NICOLAU, Jairo. História do Voto no Brasil. Rio de Janeiro. Zahar, 2002.

NUNES, Felipe. Convergência partidária e base parlamentar: o comportamento dos partidos na Assembléia Legislativa de Minas Gerais entre 1995 e 2005. *Cadernos da Escola do Legislativo*, Belo Horizonte, Editora da ALEMG, 2008.

_____. Governos de Coalizão e Resultados de soma positiva em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul 1999-2006. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

PASSOS, Manoel Caetano de Araújo. Governos de Coalizão em unidades sub-nacionais: os casos do Paraná e Rio Grande do Sul – Uma discussão preliminar, 1990-2002. III Seminário Internacional Organizações e Sociedade: inovações e Transformações Contemporâneas. PUCRS, Porto Alegre, 2008.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. “Comportamento Estratégico em Presidencialismo de Coalizão: As Relações entre Executivo e Legislativo na Elaboração do Orçamento Brasileiro”. DADOS, vol. 45, n.º 2, pp. 265-301. 2002.

_____;_____. “Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil”. DADOS, vol. 46, n.º 4, pp. 735-771. 2003.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio. “O que é que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados”. DADOS, vol. 44, n.º 2, pp. 664-683. 2001.

PINTO, Alexandre Alves. Política orçamentária e governismo: os prefeitos e o governo do Estado do RJ (2005-2006). I Fórum Brasileiro de Pós-Graduação em Ciência Política. Belo Horizonte, ABCP/UFMG, out. 2009.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. São Paulo. Alfa - Omega, 1976.

REGIS, André. O Novo Federalismo Brasileiro. Editora Forense. Rio de Janeiro, 2009.

RODRIGUEZ, Vicente. Federalismo e Interesses Regionais. In: AFFONSO, Rui de B. A. e SILVA, Pedro L. B. (Orgs). A Federação em perspectiva: ensaios selecionados. São Paulo: FUNDAP, 1995.

SANTOS, Fabiano. (Org.). O Poder Legislativo nos Estados: Diversidade e Convergência. Rio de Janeiro, FGV. 2001.

_____. Fabiano. O Poder Legislativo no Presidencialismo de Coalizão. Belo Horizonte, Editora UFMG. 2003.

SCHNEIDER, Aaron. Conflito Político e Instituições Orçamentárias: Aprofundando a democracia no Brasil. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, 24, p. 87-103, jun. 2005.

SERRA, José; AFFONSO, José R. Roberto. El Federalismo Fiscal en Brasil: una visión panorámica. Revista de La Cepal n.º 91. Abril de 2007.

SILVA, Ari de Abreu. Coordenação, Racionalidade e Política Pública: Uma Análise do Processo Decisório, Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979, (dissertação de mestrado) mimeo.

_____. "Mecanismos Predatórios de Renda Pública Municipal: Agentes e Formatos Institucionais", In: Administração & Sociedade, V.1, n.1, pp.15-34. jan./jun. 1999.

_____. (Org.). Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros. Rio de Janeiro, Editora Revan. 2006.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. A Nova República Brasileira: sob a espada de Dâmocles. In: STEPAN, Alfred (Org.). Democratizando o Brasil. Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1985.

ANEXO A – EMENDAS INDIVIDUAIS DOS DEPUTADOS ESTADUAIS

ANO	DEP.	N.º	TIPO	ORGÃO	PROGRAMA	VALOR	GND
2003	4	3911	MODIFICATIVA	32.61	824.301.844.013	40.000,00	INVESTIMENTOS
2003	13	3906	ADITIVA	32.01	824.301.842.999	100.000,00	INVESTIMENTOS

2003	15	1079	ADITIVA	11.01	306.100.092.999	10.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	15	1147	MODIFICATIVA	04.41	2.645.100.103.118	4.300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	15	6809	MODIFICATIVA	15.01	1.339.200.482.428	400.000,00	INVESTIMENTOS
2003	17	5613	ADITIVA	27.51	412.200.615.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	17	5884	ADITIVA	27.51	412.200.615.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	17	5890	ADITIVA	27.51	412.200.615.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	17	5891	ADITIVA	13.53	2.060.600.185.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	17	5893	ADITIVA	13.53	2.060.601.455.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	1748	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	1749	ADITIVA	38.71	1.712.200.026.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	1755	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	1764	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	1806	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	1855	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	1871	ADITIVA	32.61	824.401.802.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	1875	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	1899	ADITIVA	06.01	1.512.201.642.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	1906	ADITIVA	04.32	2.781.200.804.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	1911	ADITIVA	04.01	1.545.101.641.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	2007	ADITIVA	06.01	1.545.101.641.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	2036	ADITIVA	04.01	1.545.101.641.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	2060	ADITIVA	04.01	1.545.101.641.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	2218	ADITIVA	29.61	1.030.201.181.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	2230	ADITIVA	04.32	2.781.200.804.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	2252	ADITIVA	04.32	2.781.200.804.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	2315	ADITIVA	06.01	1.545.101.641.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	2451	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	2840	ADITIVA	16.61	618.201.383.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	2885	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	3094	ADITIVA	04.71	1.648.201.415.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	3104	ADITIVA	04.41	1.545.101.643.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	3501	ADITIVA	04.41	2.678.201.213.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	19	3637	ADITIVA	04.41	1.545.101.643.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	21	5473	ADITIVA	15.44	1.339.200.483.999	1.400.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	6857	ADITIVA	29.61	1.030.201.243.999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	6858	ADITIVA	24.43	1.854.400.173.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	6860	ADITIVA	24.43	1.854.400.173.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	6861	ADITIVA	24.43	1.854.400.173.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	6863	ADITIVA	24.42	1.854.201.203.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	6864	ADITIVA	24.42	1.854.100.563.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7026	ADITIVA	26.11	618.101.261.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7029	ADITIVA	26.11	612.200.022.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7034	ADITIVA	04.32	2.712.200.024.999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7039	ADITIVA	04.01	412.200.022.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7040	ADITIVA	26.11	618.101.261.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7340	ADITIVA	32.01	824.101.802.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7341	ADITIVA	15.01	1.339.200.481.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7346	ADITIVA	35.61	2.369.101.442.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7347	ADITIVA	27.01	1.545.101.641.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7349	ADITIVA	27.01	1.545.101.641.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7391	ADITIVA	13.41	2.060.200.793.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7392	ADITIVA	26.11	618.101.261.999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7417	ADITIVA	38.01	1.751.201.651.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7018	MODIFICATIVA	28.41	642.100.263.113	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	30	7120	MODIFICATIVA	23.01	642.200.762.105	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3504	ADITIVA	29.61	1.030.300.442.999	500.000,00	INVESTIMENTOS

2003	33	3505	ADITIVA	29.61	1.030.301.472.999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3506	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3507	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3509	ADITIVA	29.61	1.030.101.482.999	700.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3510	ADITIVA	29.61	1.030.501.482.999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3511	ADITIVA	29.61	1.030.300.442.999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3618	ADITIVA	32.62	824.301.841.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3621	ADITIVA	29.61	1.012.800.012.999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3623	ADITIVA	32.63	824.101.801.999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3671	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3676	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3678	ADITIVA	29.61	1.030.101.482.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3679	ADITIVA	29.61	1.012.800.012.999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3680	ADITIVA	29.61	1.030.101.482.999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3802	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	650.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3804	ADITIVA	29.61	1.030.101.482.999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3805	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	560.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3808	ADITIVA	29.61	1.012.800.012.999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3809	ADITIVA	38.71	1.730.501.145.999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3810	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	600.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3811	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3815	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3817	ADITIVA	29.61	1.030.300.441.999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3820	ADITIVA	29.61	1.030.101.482.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	3824	ADITIVA	29.61	1.030.201.242.999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	4446	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	4715	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	4716	ADITIVA	38.71	1.730.500.131.999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	4717	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	530.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	4785	ADITIVA	32.61	824.301.844.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	4791	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	190.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	4877	ADITIVA	18.01	1.236.101.561.999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	4899	ADITIVA	18.01	1.236.101.561.999	530.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	4901	ADITIVA	32.01	824.401.804.999	330.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	4902	ADITIVA	29.61	1.012.601.931.999	750.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	4920	ADITIVA	29.61	1.012.601.931.999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	4974	ADITIVA	32.61	824.401.474.999	600.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	4978	ADITIVA	32.61	824.401.802.999	600.000,00	INVESTIMENTOS
2003	33	4979	ADITIVA	32.61	824.401.802.999	350.000,00	INVESTIMENTOS
2003	34	7200	ADITIVA	18.01	1.212.200.281.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	34	7210	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	34	7213	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	47	3691	ADITIVA	23.01	642.200.762.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	47	6770	ADITIVA	20.01	412.200.022.999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	47	7261	ADITIVA	31.72	2.645.301.356.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	47	3225	MODIFICATIVA	15.41	1.339.200.484.080	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	47	3491	MODIFICATIVA	15.01	1.339.200.481.863	15.000,00	INVESTIMENTOS
2003	47	3662	MODIFICATIVA	15.01	1.339.200.721.054	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	47	3686	MODIFICATIVA	31.72	2.678.300.875.654	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	47	3687	MODIFICATIVA	35.61	2.369.101.442.550	300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	47	7091	MODIFICATIVA	40.44	1.236.300.163.060	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	47	7280	MODIFICATIVA	40.44	1.236.300.164.071	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	47	7337	MODIFICATIVA	13.31	2.163.100.593.392	180.000,00	INVESTIMENTOS
2003	47	3563	MODIFICATIVA	31.72	2.678.300.875.654	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	49	3566	ADITIVA	31.01	2.612.501.292.999	1.000,00	INVESTIMENTOS
2003	49	3567	ADITIVA	31.01	2.612.501.292.999	1.000,00	INVESTIMENTOS

2003	49	3569	ADITIVA	31.01	2.678.401.721.999	1.000,00	INVESTIMENTOS
2003	49	3570	ADITIVA	31.01	2.612.501.292.999	140.000,00	INVESTIMENTOS
2003	49	3690	ADITIVA	06.71	2.645.300.895.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	49	4718	ADITIVA	06.71	2.645.300.895.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	49	1	MODIFICATIVA	38.71	1.751.201.815.352	15.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	49	4	MODIFICATIVA	38.71	1.751.201.815.352	10.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	49	28	MODIFICATIVA	38.71	1.751.201.815.352	2.500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	50	1451	ADITIVA	04.41	1.545.101.643.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	50	1545	ADITIVA	04.71	1.648.201.410.999	650.000,00	INVESTIMENTOS
2003	50	1933	ADITIVA	04.41	1.545.101.643.999	800.000,00	INVESTIMENTOS
2003	50	1934	ADITIVA	04.41	1.545.101.643.999	3.600.000,00	INVESTIMENTOS
2003	50	1935	ADITIVA	04.71	1.648.201.415.999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	50	5152	ADITIVA	04.41	1.545.101.643.999	1.300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	50	5293	ADITIVA	04.41	1.545.101.643.999	550.000,00	INVESTIMENTOS
2003	50	5298	ADITIVA	04.41	1.545.101.643.999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2003	62	3516	ADITIVA	12.41	1.212.200.024.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3	ADITIVA	38.71	1.730.501.145.999	5.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	5	ADITIVA	13.72	2.330.600.276.999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	9	ADITIVA	26.04	618.101.262.999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	10	ADITIVA	04.32	2.781.200.808.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	11	ADITIVA	13.41	2.060.200.793.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	12	ADITIVA	18.01	1.236.101.561.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	13	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	24.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	14	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	16	ADITIVA	04.41	2.645.100.103.999	1.500,00	INVESTIMENTOS
2003	68	17	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	2.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	18	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	5.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	20	ADITIVA	26.11	618.101.261.999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	21	ADITIVA	24.43	1.854.100.243.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	23	ADITIVA	04.41	2.678.201.213.999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	24	ADITIVA	31.71	2.678.201.695.999	15.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	25	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	2.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	26	ADITIVA	30.01	1.133.101.491.999	5.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	27	ADITIVA	04.71	1.648.201.415.999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	29	ADITIVA	04.41	2.645.101.643.999	2.500,00	INVESTIMENTOS
2003	68	33	ADITIVA	24.04	1.851.201.943.999	2.500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3278	ADITIVA	38.71	1.730.501.145.999	480.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3279	ADITIVA	38.71	1.730.501.145.999	3.500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3280	ADITIVA	38.71	1.730.501.145.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3283	ADITIVA	04.41	2.645.100.103.999	14.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3287	ADITIVA	38.71	1.730.501.145.999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3289	ADITIVA	38.71	1.730.501.145.999	4.860.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3290	ADITIVA	24.04	1.851.201.943.999	8.550.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3291	ADITIVA	38.71	1.730.501.145.999	4.600.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3292	ADITIVA	38.71	1.730.501.145.999	145.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3293	ADITIVA	38.71	1.730.501.145.999	140.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3294	ADITIVA	38.71	1.730.501.145.999	140.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3751	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	45.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3752	ADITIVA	29.61	1.030.201.181.999	45.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3753	ADITIVA	29.61	1.030.201.242.999	10.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3754	ADITIVA	29.61	1.030.200.901.999	35.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	30	MODIFICATIVA	38.71	1.751.201.815.352	2.500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	32	MODIFICATIVA	38.71	1.751.201.815.352	2.500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3281	MODIFICATIVA	18.01	1.236.200.281.122	18.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	3286	MODIFICATIVA	38.71	1.751.201.815.352	10.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	68	1305	MODIFICATIVA	26.01	618.101.261.103	30.000.000,00	INVESTIMENTOS

2003	69	1918	ADITIVA	27.51	412.200.615.999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2003	69	1919	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	3.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	69	2097	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	82	1125	ADITIVA	04.41	2.678.201.213.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	82	1127	ADITIVA	32.61	824.401.473.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	82	1128	ADITIVA	06.71	2.645.300.895.999	60.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	82	1129	ADITIVA	04.41	2.678.201.213.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	82	1130	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	82	1132	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	2.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	82	1133	ADITIVA	04.41	2.678.201.213.999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2003	82	1134	ADITIVA	04.41	2.678.201.213.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	82	1135	ADITIVA	04.41	2.678.201.213.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	82	1307	ADITIVA	31.01	2.612.501.292.999	5.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	82	1311	ADITIVA	06.71	2.645.300.895.999	80.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	34	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	35	ADITIVA	04.41	2.678.200.633.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	37	ADITIVA	13.31	2.163.100.593.999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	40	ADITIVA	18.01	1.236.101.561.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	2972	ADITIVA	29.61	1.030.201.186.999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	2973	ADITIVA	29.61	1.030.201.181.999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	2974	ADITIVA	29.61	1.030.201.181.999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	3019	ADITIVA	29.61	1.030.201.181.999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	3020	ADITIVA	29.61	1.030.201.181.999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	3727	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	3730	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	3731	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	3732	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	3741	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	107	3750	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	108	4811	ADITIVA	32.61	824.101.803.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	108	4820	ADITIVA	32.61	824.101.803.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	108	4822	ADITIVA	32.61	824.101.803.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	108	4911	ADITIVA	24.04	1.854.101.943.999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2003	108	4917	ADITIVA	24.04	1.854.101.941.999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	108	5211	ADITIVA	24.04	1.854.101.943.999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	108	5262	ADITIVA	38.71	1.751.201.815.999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	108	5461	ADITIVA	38.71	1.730.501.825.999	1.500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	108	5462	ADITIVA	38.71	1.730.500.135.999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2003	108	5619	ADITIVA	38.71	1.730.500.135.999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	108	5663	ADITIVA	38.71	1.751.201.815.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3827	ADITIVA	29.61	1.030.201.181.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3828	ADITIVA	29.61	1.030.201.181.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3829	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3830	ADITIVA	13.53	2.060.600.181.999	75.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3831	ADITIVA	13.53	2.060.600.185.999	75.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3832	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3836	ADITIVA	32.01	824.301.842.999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3839	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3840	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3841	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3850	ADITIVA	13.53	2.060.600.185.999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3853	ADITIVA	13.53	2.060.600.181.999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3854	ADITIVA	13.53	2.060.600.185.999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3864	ADITIVA	29.61	1.030.201.241.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3869	ADITIVA	40.43	1.236.400.953.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3870	ADITIVA	24.04	1.854.101.941.999	100.000,00	INVESTIMENTOS

2003	109	3872	ADITIVA	13.01	2.060.700.121.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3873	ADITIVA	24.04	1.854.101.941.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3874	ADITIVA	40.44	1.236.300.164.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3875	ADITIVA	32.61	824.401.802.999	5.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3876	ADITIVA	06.01	1.545.101.641.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3877	ADITIVA	32.61	824.101.803.999	5.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3897	ADITIVA	29.61	1.030.101.382.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3898	ADITIVA	29.61	1.030.101.382.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3899	ADITIVA	29.61	1.030.101.382.999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	3903	ADITIVA	13.53	2.060.600.181.999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	6125	ADITIVA	13.53	2.060.600.125.999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	7182	ADITIVA	12.01	412.201.502.999	1.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	7185	ADITIVA	12.01	412.201.501.999	5.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	7186	ADITIVA	12.01	412.201.501.999	5.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	7188	ADITIVA	04.41	1.545.101.643.999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	7274	ADITIVA	29.61	1.030.201.181.999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	7404	ADITIVA	32.61	824.301.844.999	5.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	7407	ADITIVA	29.61	1.030.201.242.999	5.000,00	INVESTIMENTOS
2003	109	7408	ADITIVA	29.61	1.030.201.242.999	5.000,00	INVESTIMENTOS
2003	118	7418	MODIFICATIVA	29.61	1.030.201.241.521	250.000,00	INVESTIMENTOS
2003	118	1091	MODIFICATIVA	01.01	103.100.022.213	289.939,00	INVESTIMENTOS
2003	118	1093	MODIFICATIVA	01.01	103.100.022.462	469.941,00	INVESTIMENTOS
2003	118	1095	MODIFICATIVA	01.01	103.100.022.486	513.414,00	INVESTIMENTOS
2003	148	3005	MODIFICATIVA	29.71	1.030.300.443.917	500.000,00	INVESTIMENTOS
2003	149	6751	MODIFICATIVA	22.72	2.369.501.426.012	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	1	4626	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	1	4627	ADITIVA	19 . 71	16 . 451 . 0116 . 5999	275.000,00	INVESTIMENTOS
2004	1	4628	ADITIVA	19 . 71	16 . 451 . 0116 . 5999	475.000,00	INVESTIMENTOS
2004	1	4629	ADITIVA	04 . 01	15 . 451 . 0010 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	4	4501	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2004	5	4514	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	5	4515	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	5	4516	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	5	4517	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	5	4518	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	5	4519	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	7	6261	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	235.000,00	INVESTIMENTOS
2004	7	6262	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	230.000,00	INVESTIMENTOS
2004	7	6263	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	230.000,00	INVESTIMENTOS
2004	7	6265	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	230.000,00	INVESTIMENTOS
2004	7	6266	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	7	6267	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0062 . 1999	15.000,00	INVESTIMENTOS
2004	10	4365	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0164 . 1999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3319	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3321	ADITIVA	24 . 01	18 . 541 . 0194 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3324	ADITIVA	24 . 04	18 . 541 . 0194 . 7999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3325	ADITIVA	32 . 43	08 . 243 . 0184 . 7999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3326	ADITIVA	32 . 43	08 . 243 . 0184 . 7999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3327	ADITIVA	32 . 43	08 . 243 . 0184 . 7999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3328	ADITIVA	32 . 43	08 . 243 . 0184 . 7999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3329	ADITIVA	32 . 43	08 . 243 . 0184 . 7999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3330	ADITIVA	32 . 43	08 . 243 . 0184 . 7999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3331	ADITIVA	24 . 04	18 . 541 . 0194 . 7999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3332	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3333	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3334	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS

2004	13	3335	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3336	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3337	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3339	ADITIVA	04 . 01	12 . 366 . 0211 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3340	ADITIVA	30 . 01	11 . 333 . 0149 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3341	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0028 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3342	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3343	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3344	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3345	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3346	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3347	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3348	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3349	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3350	ADITIVA	40 . 43	12 . 364 . 0095 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3352	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0182 . 5999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3353	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3354	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3355	ADITIVA	19 . 71	16 . 482 . 0141 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3356	ADITIVA	19 . 71	16 . 482 . 0141 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3357	ADITIVA	32 . 01	08 . 241 . 0200 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3358	ADITIVA	32 . 01	08 . 241 . 0200 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3359	ADITIVA	22 . 01	23 . 691 . 0243 . 2999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3360	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3361	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3362	ADITIVA	13 . 41	20 . 602 . 0079 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3363	ADITIVA	13 . 41	20 . 602 . 0079 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3364	ADITIVA	13 . 41	20 . 602 . 0079 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3365	ADITIVA	31 . 71	26 . 782 . 0169 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3366	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3367	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0062 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3368	ADITIVA	13 . 53	20 . 606 . 0230 . 2999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3376	ADITIVA	35 . 01	25 . 752 . 0186 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3377	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0181 . 5999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3378	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0181 . 5999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3379	ADITIVA	35 . 01	25 . 752 . 0186 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3380	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0182 . 5999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3381	ADITIVA	13 . 41	20 . 602 . 0079 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3382	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3383	ADITIVA	40 . 44	19 . 363 . 0016 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3384	ADITIVA	40 . 44	19 . 363 . 0016 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3385	ADITIVA	13 . 41	20 . 602 . 0079 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3386	ADITIVA	16 . 61	06 . 182 . 0247 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3387	ADITIVA	24 . 04	18 . 541 . 0194 . 7999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3389	ADITIVA	13 . 53	20 . 122 . 0002 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3390	ADITIVA	18 . 01	12 . 126 . 0106 . 2999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3391	ADITIVA	18 . 01	12 . 126 . 0106 . 2999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3392	ADITIVA	24 . 43	18 . 541 . 0194 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3393	ADITIVA	35 . 01	25 . 752 . 0186 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3394	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3395	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	698.000,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3396	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0013 . 5999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3397	ADITIVA	24 . 04	18 . 541 . 0194 . 7999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3398	ADITIVA	24 . 04	18 . 541 . 0194 . 7999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3399	ADITIVA	24 . 04	18 . 541 . 0194 . 7999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3400	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS

2004	13	3401	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3402	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3403	ADITIVA	13 . 01	20 . 601 . 0018 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3404	ADITIVA	24 . 43	18 . 541 . 0194 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3405	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3406	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3407	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3408	ADITIVA	24 . 04	18 . 541 . 0194 . 7999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3409	ADITIVA	19 . 71	16 . 451 . 0116 . 5999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3411	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3412	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3413	ADITIVA	32 . 61	08 . 244 . 0180 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3414	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3415	ADITIVA	24 . 01	18 . 541 . 0194 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3416	ADITIVA	24 . 04	18 . 541 . 0194 . 7999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3417	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3418	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3419	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3420	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3421	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3422	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3423	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3424	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3425	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 1999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3426	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	13	3427	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	10,00	INVESTIMENTOS
2004	14	3031	ADITIVA	31 . 72	26 . 453 . 0224 . 6999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2004	14	3032	ADITIVA	31 . 72	26 . 453 . 0224 . 6999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	14	3033	ADITIVA	31 . 72	26 . 453 . 0224 . 6999	450.000,00	INVESTIMENTOS
2004	20	5621	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 1999	600.000,00	INVESTIMENTOS
2004	20	5622	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	21	755	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 0999	233.000,00	INVESTIMENTOS
2004	21	758	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2004	25	4200	ADITIVA	35 . 01	25 . 752 . 0186 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	25	4201	ADITIVA	35 . 01	25 . 752 . 0186 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2004	25	4202	ADITIVA	18 . 01	12 . 244 . 0028 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	25	4203	ADITIVA	29 . 61	10 . 303 . 0253 . 2999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2004	25	4204	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	25	4205	ADITIVA	31 . 01	26 . 785 . 0220 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	25	4206	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2004	25	4207	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0121 . 3999	105.000,00	INVESTIMENTOS
2004	25	4208	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	35.000,00	INVESTIMENTOS
2004	28	2097	ADITIVA	40 . 44	19 . 363 . 0016 . 3999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	28	2099	ADITIVA	40 . 44	19 . 363 . 0016 . 3999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	28	2100	ADITIVA	40 . 44	19 . 363 . 0016 . 3999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	28	2101	ADITIVA	40 . 44	19 . 363 . 0016 . 3999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	28	2102	ADITIVA	40 . 44	19 . 363 . 0016 . 3999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	2635	ADITIVA	24 . 01	15 . 451 . 0164 . 1999	130.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	2639	ADITIVA	24 . 01	15 . 451 . 0164 . 1999	130.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	2643	ADITIVA	24 . 01	15 . 451 . 0164 . 1999	130.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	2645	ADITIVA	24 . 01	15 . 451 . 0164 . 1999	130.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	2646	ADITIVA	24 . 01	15 . 451 . 0164 . 1999	130.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	2656	ADITIVA	24 . 01	15 . 451 . 0164 . 1999	130.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	2657	ADITIVA	19 . 71	16 . 482 . 0141 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	3518	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0028 . 1999	12.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	3519	ADITIVA	26 . 11	06 . 181 . 0055 . 2999	10.000,00	INVESTIMENTOS

2004	30	3520	ADITIVA	24 . 43	18 . 544 . 0017 . 3999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	3521	ADITIVA	24 . 41	18 . 122 . 0002 . 4999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	3553	ADITIVA	24 . 42	18 . 541 . 0194 . 1999	8.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	3918	ADITIVA	26 . 11	06 . 122 . 0002 . 2999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	3919	ADITIVA	26 . 11	06 . 181 . 0055 . 2999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	3920	ADITIVA	23 . 01	14 . 422 . 0076 . 2999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	3921	ADITIVA	26 . 04	06 . 122 . 0055 . 2999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	3922	ADITIVA	26 . 04	06 . 122 . 0055 . 2999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	3917	MODIFICATIVA	15 . 01	13 . 392 . 0205 . 2428	10.000,00	INVESTIMENTOS
2004	30	3923	MODIFICATIVA	23 . 01	14 . 422 . 0076 . 2105	10.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3232	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3233	ADITIVA	26 . 04	06 . 181 . 0214 . 2999	15.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3299	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3300	ADITIVA	26 . 04	06 . 181 . 0214 . 2999	15.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3301	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0252 . 8999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3302	ADITIVA	26 . 04	06 . 181 . 0214 . 2999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3303	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3304	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3305	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3306	ADITIVA	32 . 43	08 . 243 . 0184 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3307	ADITIVA	32 . 43	08 . 243 . 0184 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3308	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3309	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0069 . 3999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3310	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3311	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 3999	90.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3312	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 3999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3313	ADITIVA	28 . 01	14 . 422 . 0190 . 2999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	33	3314	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0165 . 5999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	36	1161	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	36	1162	ADITIVA	26 . 64	06 . 181 . 0214 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	36	1163	ADITIVA	13 . 41	20 . 602 . 0079 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	36	1164	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0227 . 2999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	36	1165	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0227 . 2999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	36	1166	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0227 . 2999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	36	1167	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0181 . 5999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	36	1168	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	36	3201	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 2999	55.300,00	INVESTIMENTOS
2004	36	3203	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0181 . 5999	28.000,00	INVESTIMENTOS
2004	36	3204	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0181 . 5999	38.500,00	INVESTIMENTOS
2004	36	3634	ADITIVA	30 . 01	11 . 334 . 0035 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	36	3635	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0069 . 3999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	36	3636	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	36	4618	ADITIVA	15 . 01	13 . 392 . 0072 . 1999	188.200,00	INVESTIMENTOS
2004	36	4619	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0181 . 5999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	38	5822	ADITIVA	40 . 44	19 . 363 . 0016 . 3999	600.000,00	INVESTIMENTOS
2004	38	5824	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	38	5825	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	39	3637	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	550.000,00	INVESTIMENTOS
2004	39	3638	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	450.000,00	INVESTIMENTOS
2004	40	5461	ADITIVA	24 . 04	18 . 541 . 0194 . 7999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	40	5462	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 8999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	40	5463	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 8999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	40	5464	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	40	5465	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	40	5466	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	40	5467	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS

2004	42	5759	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	42	5760	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	42	5763	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	42	5765	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	42	5766	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	42	5767	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	42	5768	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	44	3925	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 5999	999.000,00	INVESTIMENTOS
2004	44	3926	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	1.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	4502	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	4503	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	4504	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	4509	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	4510	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	4512	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	4596	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 3999	19.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	4597	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 3999	16.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	4617	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 3999	16.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	5075	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	5620	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	5645	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	5648	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	5758	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	5769	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	5804	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	5805	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	5831	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	5832	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	5833	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 3999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	5896	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0028 . 2999	39.000,00	INVESTIMENTOS
2004	46	5901	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	47	5919	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2004	47	5920	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0227 . 2999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	47	5921	ADITIVA	40 . 45	12 . 364 . 0207 . 4999	350.000,00	INVESTIMENTOS
2004	47	5922	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2004	47	5923	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2004	47	5924	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	47	5925	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	47	5926	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	47	5927	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	160.000,00	INVESTIMENTOS
2004	47	5928	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	48	4468	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	48	4469	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	48	4470	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2004	48	4471	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2004	48	4472	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2004	48	4473	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2004	48	4474	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	48	4475	ADITIVA	24 . 01	18 . 541 . 0194 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2004	48	4476	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0181 . 5999	160.000,00	INVESTIMENTOS
2004	48	4477	ADITIVA	24 . 01	18 . 541 . 0194 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2004	48	4478	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	48	4479	ADITIVA	24 . 43	18 . 541 . 0194 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	48	4480	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	90.000,00	INVESTIMENTOS
2004	48	4481	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0181 . 5999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6240	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	146.000,00	INVESTIMENTOS

2004	49	6241	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	90.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6242	ADITIVA	32 . 61	08 . 244 . 0047 . 3999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6243	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6244	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6245	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	45.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6246	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	45.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6247	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	75.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6248	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6249	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6250	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6251	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6252	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6253	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	44.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6254	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6255	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6256	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6257	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6258	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6259	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	49	6260	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2004	52	4505	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2004	52	4506	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2004	52	4507	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2004	56	4451	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	56	4452	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	56	4456	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	56	4467	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	56	4485	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	56	4489	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	56	4490	ADITIVA	25 . 61	06 . 421 . 0088 . 2999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2004	56	4494	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2004	59	106	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0062 . 1999	250.000,00	INVESTIMENTOS
2004	59	107	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0062 . 1999	250.000,00	INVESTIMENTOS
2004	59	2980	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0126 . 1999	278.000,00	INVESTIMENTOS
2004	59	2981	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0126 . 1999	16.000,00	INVESTIMENTOS
2004	59	2982	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0126 . 1999	200.500,00	INVESTIMENTOS
2004	59	2983	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0126 . 1999	5.500,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3057	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3085	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	4.750,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3141	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	4.750,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3164	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	4.750,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3165	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	4.750,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3196	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	7.125,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3199	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	4.750,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3200	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	9.500,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3202	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	9.500,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3205	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	7.125,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3206	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	9.500,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3207	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	9.500,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3208	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	4.750,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3209	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	4.750,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3210	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	7.125,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3211	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	9.500,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3212	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	7.125,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3213	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	4.750,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3214	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	4.750,00	INVESTIMENTOS

2004	60	3215	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	4.750,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3216	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	1,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3217	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	7.125,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3487	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 8999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3488	ADITIVA	15 . 01	13 . 392 . 0072 . 1999	1.000,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3490	ADITIVA	19 . 71	16 . 482 . 0141 . 1999	1.000,00	INVESTIMENTOS
2004	60	3492	ADITIVA	32 . 61	08 . 243 . 0184 . 2999	997,00	INVESTIMENTOS
2004	62	5817	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	62	5818	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0062 . 1999	250.000,00	INVESTIMENTOS
2004	62	5819	ADITIVA	40 . 44	12 . 363 . 0016 . 3999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2004	62	5820	ADITIVA	24 . 01	15 . 451 . 0234 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	62	5821	ADITIVA	24 . 01	15 . 451 . 0234 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	65	2755	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0165 . 5999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	65	2756	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0165 . 5999	15.000,00	INVESTIMENTOS
2004	65	2757	ADITIVA	24 . 43	18 . 541 . 0024 . 3999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	65	2759	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0165 . 5999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2004	65	2761	ADITIVA	24 . 41	18 . 122 . 0002 . 4999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	65	3924	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0165 . 5999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4620	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4622	ADITIVA	04 . 01	15 . 451 . 0211 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4623	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4624	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0164 . 1999	130.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4625	ADITIVA	15 . 01	13 . 392 . 0072 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4692	ADITIVA	40 . 44	19 . 363 . 0016 . 3999	6.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4693	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0013 . 5999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4694	ADITIVA	40 . 44	19 . 363 . 0016 . 3999	2.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4695	ADITIVA	40 . 44	19 . 363 . 0016 . 3999	2.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4696	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4697	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0164 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4698	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0164 . 1999	350.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4339	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4340	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4341	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4342	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	66	4343	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	67	3523	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	67	3524	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	67	3525	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	67	3526	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	67	3533	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	67	3534	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	67	3535	ADITIVA	15 . 01	13 . 392 . 0205 . 2999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	67	3537	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	67	3538	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	67	3539	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	67	3540	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	67	3541	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	67	3542	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	67	3543	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2004	68	1	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 5999	109.247,00	INVESTIMENTOS
2004	68	2	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 5999	145.496,00	INVESTIMENTOS
2004	68	3	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 5999	23.585,00	INVESTIMENTOS
2004	68	4	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 5999	149.990,00	INVESTIMENTOS
2004	68	5	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 5999	1,00	INVESTIMENTOS
2004	68	1779	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0013 . 5999	13.582,00	INVESTIMENTOS
2004	68	1780	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0013 . 5999	149.000,00	INVESTIMENTOS

2004	68	1781	ADITIVA	24 . 43	18 . 541 . 0194 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	68	1782	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 5999	10.002,00	INVESTIMENTOS
2004	68	1783	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0164 . 1999	1,00	INVESTIMENTOS
2004	68	1784	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 5999	149.227,00	INVESTIMENTOS
2004	68	1785	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 5999	149.867,00	INVESTIMENTOS
2004	69	2620	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2004	71	4465	ADITIVA	15 . 01	13 . 392 . 0204 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	71	4466	ADITIVA	15 . 43	13 . 392 . 0072 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	73	4178	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0181 . 5999	155.000,00	INVESTIMENTOS
2004	73	4179	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0181 . 5999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	73	4180	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0181 . 5999	155.000,00	INVESTIMENTOS
2004	73	4182	ADITIVA	24 . 01	18 . 541 . 0194 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	73	4183	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0062 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2004	73	4184	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 0999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	73	4185	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0227 . 2999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2004	73	4186	ADITIVA	40 . 44	19 . 363 . 0016 . 3999	35.000,00	INVESTIMENTOS
2004	73	4187	ADITIVA	40 . 44	19 . 363 . 0016 . 3999	95.000,00	INVESTIMENTOS
2004	73	4188	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	73	4189	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 2999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	80	2764	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	80	2781	ADITIVA	24 . 43	18 . 541 . 0024 . 4999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	80	2785	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	82	6132	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	82	6133	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0121 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	82	6134	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0121 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	82	6135	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0121 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	82	6136	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0121 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	82	6137	ADITIVA	32 . 43	08 . 243 . 0184 . 8999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	82	6138	ADITIVA	29 . 61	10 . 303 . 0253 . 2999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	86	5860	ADITIVA	24 . 04	18 . 541 . 0194 . 7999	100.100,00	INVESTIMENTOS
2004	86	5861	ADITIVA	24 . 04	18 . 541 . 0194 . 7999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	86	5885	ADITIVA	24 . 04	18 . 541 . 0194 . 7999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	86	5886	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	86	5887	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2004	86	5888	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	98.900,00	INVESTIMENTOS
2004	86	5889	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2004	86	5890	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	86	5891	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	96.000,00	INVESTIMENTOS
2004	86	5892	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	86	5893	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	86	5894	ADITIVA	24 . 01	18 . 541 . 0194 . 1999	125.000,00	INVESTIMENTOS
2004	89	1769	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 5999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	89	1770	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 5999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	89	1772	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	89	1773	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	89	1774	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	89	1775	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 5999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	89	1778	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 4999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	89	4181	ADITIVA	32 . 61	08 . 243 . 0184 . 2999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	89	4192	ADITIVA	40 . 43	12 . 364 . 0095 . 3999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	89	4223	ADITIVA	40 . 43	12 . 364 . 0095 . 3999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	91	2778	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	91	2780	ADITIVA	15 . 01	13 . 392 . 0072 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	91	2782	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	91	2783	ADITIVA	24 . 01	15 . 451 . 0164 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	92	1776	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 1999	499.000,00	INVESTIMENTOS

2004	92	1777	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 1999	499.000,00	INVESTIMENTOS
2004	92	2908	ADITIVA	01 . 01	01 . 031 . 0209 . 2999	1.000,00	INVESTIMENTOS
2004	92	2909	ADITIVA	01 . 01	01 . 031 . 0209 . 2999	1.000,00	INVESTIMENTOS
2004	98	764	ADITIVA	19 . 71	16 . 482 . 0141 . 5999	200,00	INVESTIMENTOS
2004	98	765	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	300,00	INVESTIMENTOS
2004	98	766	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	500,00	INVESTIMENTOS
2004	98	2163	ADITIVA	19 . 71	16 . 482 . 0141 . 5999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	98	2169	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2004	98	2183	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	499.000,00	INVESTIMENTOS
2004	100	3234	ADITIVA	40 . 44	19 . 363 . 0016 . 3999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2004	101	2978	ADITIVA	40 . 44	12 . 363 . 0016 . 2999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2004	106	1821	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2004	106	1822	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2004	106	1823	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	106	1824	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	107	1158	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0156 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	107	1159	ADITIVA	40 . 01	19 . 573 . 0093 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	107	1160	ADITIVA	32 . 61	08 . 244 . 0180 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	107	2733	ADITIVA	37 . 02	28 . 845 . 0000 . 0999	450.000,00	INVESTIMENTOS
2004	107	2737	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	107	2738	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	107	2740	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2004	107	2741	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2004	107	2748	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 3999	540.000,00	INVESTIMENTOS
2004	110	1026	ADITIVA	29 . 61	10 . 303 . 0253 . 2999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2004	117	71	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0013 . 5999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2004	117	73	ADITIVA	21 . 06	06 . 122 . 0070 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2004	118	4213	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	118	4214	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	118	4215	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	118	4216	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	118	4217	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	118	4218	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	119	5842	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	800.000,00	INVESTIMENTOS
2004	121	3670	ADITIVA	22 . 72	23 . 695 . 0142 . 6999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2004	121	3671	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	370.000,00	INVESTIMENTOS
2004	121	3672	ADITIVA	24 . 43	18 . 541 . 0024 . 5999	180.000,00	INVESTIMENTOS
2004	125	4406	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	125	4407	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2004	125	4410	ADITIVA	04 . 01	15 . 451 . 0211 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2004	125	4411	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2004	125	4412	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2004	127	2979	ADITIVA	18 . 01	12 . 366 . 0028 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	127	2984	ADITIVA	18 . 01	12 . 366 . 0028 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2004	127	3028	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0227 . 2999	100,00	INVESTIMENTOS
2004	127	3029	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0227 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	127	3030	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0227 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	127	3042	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0227 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	131	2817	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 3999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2004	132	2082	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0227 . 2999	120.000,00	INVESTIMENTOS
2004	132	2083	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0227 . 2999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2004	132	2084	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0227 . 2999	120.000,00	INVESTIMENTOS
2004	132	2085	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0227 . 2999	120.000,00	INVESTIMENTOS
2004	132	2086	ADITIVA	14 . 01	04 . 122 . 0094 . 8999	240.000,00	INVESTIMENTOS
2004	134	4256	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2004	141	5650	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0162 . 3999	100.000,00	INVESTIMENTOS

2004	141	5651	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 3999	750.000,00	INVESTIMENTOS
2004	141	5652	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0202 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2004	143	4495	ADITIVA	21 . 01	08 . 244 . 0228 . 1999	33.000,00	INVESTIMENTOS
2004	143	4496	ADITIVA	29 . 61	10 . 303 . 0253 . 2999	450.000,00	INVESTIMENTOS
2004	143	4498	ADITIVA	20 . 31	23 . 244 . 0180 . 4999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2004	145	2929	ADITIVA	32 . 01	08 . 241 . 0200 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2004	145	2930	ADITIVA	29 . 61	10 . 243 . 0184 . 4999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2007	7	6948	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	7	6952	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	330.000,00	INVESTIMENTOS
2007	10	7131	MODIFICATIVA	24 . 71	17 . 512 . 0181 . 5352	600.000,00	INVESTIMENTOS
2007	13	6017	ADITIVA	31 . 73	26 . 453 . 0089 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	17	7048	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0055 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2007	17	7049	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0055 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	17	7050	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0055 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	17	7051	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0055 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	17	7052	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0055 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	17	7053	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0164 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	17	7054	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	17	7055	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0028 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	17	7056	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0164 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	18	7142	ADITIVA	29 . 62	10 . 301 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	19	7037	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	19	7038	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2007	19	7039	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	19	7040	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	19	7041	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	19	7042	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	19	7043	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	19	7044	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2007	19	7045	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	19	7046	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	21	6999	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2007	21	7000	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2007	21	7001	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2007	30	6975	ADITIVA	24 . 41	18 . 542 . 0120 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS

2007	30	6976	ADITIVA	28 . 01	14 . 422 . 0190 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	31	7065	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	31	7066	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	31	7067	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	31	7068	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2007	31	7069	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	31	7070	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	31	7071	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	31	7072	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	31	7073	ADITIVA	17 . 01	27 . 812 . 0080 . 1999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2007	31	7074	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	31	7075	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	33	5939	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	33	5976	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	33	5981	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0055 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	33	7100	ADITIVA	29 . 62	10 . 305 . 0148 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	33	7101	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	33	7102	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	33	7103	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	33	7104	ADITIVA	15 . 01	13 . 392 . 0204 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	33	7105	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	33	7106	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	33	7107	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	34	6958	ADITIVA	32 . 67	08 . 242 . 0255 . 2999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2007	34	6959	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	34	6960	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	37	7092	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 2999	250.000,00	INVESTIMENTOS
2007	37	7093	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 2999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2007	37	7094	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 2999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2007	38	7178	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2007	38	7179	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	38	7180	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 2999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2007	38	7181	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	120.000,00	INVESTIMENTOS

2007	38	7182	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	38	7183	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	55.000,00	INVESTIMENTOS
2007	38	7184	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	35.000,00	INVESTIMENTOS
2007	38	7185	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	38	7186	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	39	7085	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	40	6978	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	40	6979	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	44	6929	ADITIVA	18 . 01	12 . 366 . 0028 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	45	7057	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 2999	90.000,00	INVESTIMENTOS
2007	45	7059	ADITIVA	24 . 04	18 . 541 . 0194 . 2999	180.000,00	INVESTIMENTOS
2007	45	7060	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0028 . 2999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2007	45	7061	ADITIVA	24 . 01	15 . 451 . 0234 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	46	7114	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	160.000,00	INVESTIMENTOS
2007	46	7115	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0164 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2007	46	7116	ADITIVA	32 . 01	08 . 244 . 0200 . 1999	55.000,00	INVESTIMENTOS
2007	46	7117	ADITIVA	32 . 01	08 . 244 . 0200 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	46	7118	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0121 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	46	7119	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0121 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	46	7120	ADITIVA	32 . 01	08 . 244 . 0200 . 1999	75.000,00	INVESTIMENTOS
2007	47	7163	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	47	7164	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	47	7165	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2007	47	7166	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2007	47	7168	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	47	7169	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	47	7170	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	35.000,00	INVESTIMENTOS
2007	47	7171	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	35.000,00	INVESTIMENTOS
2007	48	6941	ADITIVA	37 . 02	08 . 244 . 0180 . 1999	280.000,00	INVESTIMENTOS
2007	48	6942	ADITIVA	37 . 02	08 . 244 . 0180 . 2999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2007	48	6943	ADITIVA	32 . 42	08 . 122 . 0002 . 2999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2007	48	6944	ADITIVA	32 . 42	08 . 122 . 0002 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	48	6945	ADITIVA	32 . 42	08 . 122 . 0002 . 2999	50.000,00	INVESTIMENTOS

2007	49	176	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2007	49	6679	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0080 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	49	6685	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	49	7199	ADITIVA	32 . 01	08 . 242 . 0200 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	49	7201	ADITIVA	32 . 01	08 . 242 . 0200 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	49	7202	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	49	7203	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	49	7204	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	49	7205	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2007	56	7006	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2007	56	7007	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2007	56	7008	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2007	59	7019	ADITIVA	21 . 06	10 . 301 . 0124 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	59	7020	ADITIVA	26 . 32	06 . 128 . 0055 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	60	7088	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	120.000,00	INVESTIMENTOS
2007	60	7089	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	62	7175	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 1999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2007	62	7176	ADITIVA	24 . 43	18 . 541 . 0024 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	62	7177	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	65	6933	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	65	6934	ADITIVA	32 . 68	17 . 512 . 0165 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2007	65	6935	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	65	6936	ADITIVA	18 . 01	12 . 361 . 0028 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	66	7198	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	600.000,00	INVESTIMENTOS
2007	67	7132	ADITIVA	32 . 01	08 . 244 . 0200 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	68	7148	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 1999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2007	68	7149	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2007	68	7156	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	69	7031	ADITIVA	32 . 68	17 . 512 . 0165 . 1999	138.750,00	INVESTIMENTOS
2007	69	7032	ADITIVA	32 . 68	17 . 512 . 0165 . 1999	138.750,00	INVESTIMENTOS
2007	69	7033	ADITIVA	32 . 68	17 . 512 . 0165 . 1999	138.750,00	INVESTIMENTOS
2007	69	7034	ADITIVA	32 . 68	17 . 512 . 0165 . 1999	138.750,00	INVESTIMENTOS
2007	73	5381	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS

2007	73	5405	ADITIVA	24 . 01	15 . 451 . 0234 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	73	5415	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	73	5416	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	73	5445	ADITIVA	26 . 04	06 . 122 . 0002 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	74	6928	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	600.000,00	INVESTIMENTOS
2007	80	6926	ADITIVA	29 . 61	10 . 122 . 0002 . 2999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2007	80	6927	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	80	7081	ADITIVA	04 . 41	15 . 451 . 0164 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	80	7082	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 2999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2007	80	7083	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 2999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2007	86	6963	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	86	6971	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	86	7011	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	86	7012	ADITIVA	13 . 01	20 . 606 . 0018 . 1999	26.200,00	INVESTIMENTOS
2007	86	7013	ADITIVA	13 . 01	20 . 606 . 0018 . 1999	10.200,00	INVESTIMENTOS
2007	86	7014	ADITIVA	13 . 01	20 . 606 . 0018 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2007	86	7015	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0063 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	86	7016	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	86	7036	ADITIVA	04 . 41	26 . 782 . 0121 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	86	7139	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	53.600,00	INVESTIMENTOS
2007	91	6911	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 1999	250.000,00	INVESTIMENTOS
2007	91	6912	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2007	91	6955	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	92	7023	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0034 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	92	7024	ADITIVA	14 . 01	04 . 122 . 0238 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	92	7025	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0034 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	92	7026	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0034 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	100	7030	ADITIVA	31 . 71	26 . 782 . 0169 . 1999	600.000,00	INVESTIMENTOS
2007	101	7108	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	101	7110	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	101	7111	ADITIVA	29 . 62	10 . 301 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	101	7112	ADITIVA	29 . 62	10 . 301 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	101	7113	ADITIVA	29 . 62	10 . 301 . 0124 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS

2007	107	6910	ADITIVA	40 . 01	12 . 122 . 0093 . 2999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2007	107	7076	ADITIVA	31 . 01	26 . 781 . 0220 . 2999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2007	107	7077	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	107	7078	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 2999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	107	7079	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 2999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2007	107	7080	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	5	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	6	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	240.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	7	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	8	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	170.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	9	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	600.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	10	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	35	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	280.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	36	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	37	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	38	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	39	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	40	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	41	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	126	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	240.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	127	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	133	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	134	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	135	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	136	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	137	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	138	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	139	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	150	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	151	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	152	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	153	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	360.000,00	INVESTIMENTOS
2007	117	7129	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS

2007	117	7130	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	118	218	ADITIVA	29 . 01	10 . 122 . 0002 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	119	6957	ADITIVA	26 . 11	06 . 181 . 0055 . 1999	193.000,00	INVESTIMENTOS
2007	127	7138	ADITIVA	24 . 71	17 . 512 . 0114 . 1999	370.000,00	INVESTIMENTOS
2007	127	7140	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	127	7141	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2007	132	6953	ADITIVA	04 . 41	26 . 451 . 0010 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	132	6954	ADITIVA	04 . 01	15 . 451 . 0211 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2007	143	7029	ADITIVA	19 . 71	16 . 451 . 0116 . 1999	328.000,00	INVESTIMENTOS
2007	143	7096	ADITIVA	32 . 01	08 . 241 . 0180 . 1999	35.000,00	INVESTIMENTOS
2007	143	7097	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	77.000,00	INVESTIMENTOS
2007	143	7098	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2007	143	7099	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	144	6995	MODIFICATIVA	29 . 61	10 . 302 . 0124 . 1521	160.000,00	INVESTIMENTOS
2007	144	6996	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2007	144	6997	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	144	6998	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2007	144	7002	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	144	7003	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2007	144	7004	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2007	144	7005	ADITIVA	04 . 52	04 . 122 . 0002 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	3	4538	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	3	4540	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	140.000,00	INVESTIMENTOS
2008	3	4541	ADITIVA	17 . 01	23 . 695 . 0047 . 2999	35.000,00	INVESTIMENTOS
2008	3	4542	ADITIVA	17 . 01	23 . 695 . 0047 . 2999	15.000,00	INVESTIMENTOS
2008	3	4543	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 2999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2008	3	4544	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	6	5559	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	6	5560	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	6	5561	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	6	5562	ADITIVA	15 . 01	13 . 392 . 0043 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	6	5563	ADITIVA	26 . 64	06 . 181 . 0092 . 1999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2008	6	5564	ADITIVA	26 . 04	06 . 181 . 0091 . 1999	15.000,00	INVESTIMENTOS
2008	6	5565	ADITIVA	40 . 44	12 . 363 . 0121 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	6	5566	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	6	5567	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0095 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	6	5569	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	6	5570	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	6	5571	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	6	5572	ADITIVA	29 . 61	10 . 301 . 0093 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	6680	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS

2008	7	6681	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	6682	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	6683	ADITIVA	29 . 63	06 . 182 . 0098 . 1999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	6684	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	225.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	6685	ADITIVA	26 . 11	06 . 181 . 0091 . 1999	15.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	6686	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	120.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	6687	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	700	INVESTIMENTOS
2008	7	6688	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	400	INVESTIMENTOS
2008	7	6689	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	400	INVESTIMENTOS
2008	7	6690	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	65.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	6691	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	400	INVESTIMENTOS
2008	7	6692	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	148.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	6693	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	65.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	6694	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	6695	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	6696	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	6697	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	7362	ADITIVA	21 . 01	14 . 122 . 0060 . 1999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	7	7405	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	8	6639	ADITIVA	21 . 07	14 . 243 . 0063 . 1999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2008	8	6641	ADITIVA	21 . 07	14 . 243 . 0063 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	10	3931	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0015 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2008	10	3958	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0096 . 1999	250.000,00	INVESTIMENTOS
2008	11	4744	ADITIVA	15 . 01	13 . 392 . 0044 . 1999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2008	11	4745	ADITIVA	21 . 33	06 . 122 . 0002 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2008	11	4746	ADITIVA	26 . 04	06 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	12	6950	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	3932	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	3939	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	3942	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	3945	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	3949	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	3951	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	3953	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	3965	ADITIVA	13 . 53	20 . 606 . 0038 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	3968	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	4031	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	4032	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	4033	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	4037	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	4039	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	4053	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	375.000,00	INVESTIMENTOS
2008	13	7345	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0016 . 1999	3.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	14	2670	ADITIVA	32 . 01	08 . 122 . 0002 . 1999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2008	14	2671	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	180.000,00	INVESTIMENTOS
2008	18	6850	ADITIVA	15 . 01	13 . 392 . 0043 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	18	6851	ADITIVA	29 . 61	10 . 128 . 0096 . 1999	90.000,00	INVESTIMENTOS
2008	18	6852	ADITIVA	29 . 61	10 . 301 . 0093 . 1999	4.090,00	INVESTIMENTOS
2008	18	6853	ADITIVA	18 . 01	12 . 366 . 0050 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	18	6854	ADITIVA	18 . 01	12 . 366 . 0050 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	18	6855	ADITIVA	29 . 61	10 . 128 . 0096 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	18	6856	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0096 . 1999	95.000,00	INVESTIMENTOS
2008	18	6857	ADITIVA	29 . 61	10 . 128 . 0096 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	18	6858	ADITIVA	29 . 61	10 . 128 . 0096 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	18	6859	ADITIVA	29 . 61	10 . 128 . 0096 . 1999	110.910,00	INVESTIMENTOS
2008	18	6860	ADITIVA	29 . 01	10 . 122 . 0002 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS

2008	19	3190	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3191	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3192	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3193	ADITIVA	13 . 53	20 . 606 . 0037 . 1999	16.500,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3194	ADITIVA	13 . 53	20 . 606 . 0037 . 1999	16.500,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3195	ADITIVA	13 . 53	20 . 606 . 0037 . 1999	16.500,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3196	ADITIVA	13 . 53	20 . 606 . 0037 . 1999	16.500,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3197	ADITIVA	13 . 53	20 . 606 . 0037 . 1999	16.500,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3198	ADITIVA	13 . 53	20 . 606 . 0037 . 1999	3.500,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3199	ADITIVA	13 . 53	20 . 606 . 0037 . 1999	3.500,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3200	ADITIVA	13 . 53	20 . 606 . 0037 . 1999	3.500,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3201	ADITIVA	13 . 53	20 . 606 . 0037 . 1999	3.500,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3202	ADITIVA	13 . 53	20 . 606 . 0037 . 1999	3.500,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3203	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3204	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3206	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3207	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	3208	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	5369	ADITIVA	29 . 61	10 . 301 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	5370	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	5371	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	5372	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	5373	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	6963	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	6964	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	7055	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	7067	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0015 . 1999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	19	7068	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	21	4942	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	21	4943	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	21	4944	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2008	21	4946	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	21	4947	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2008	21	4948	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2008	21	4949	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2008	21	4950	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2008	21	4951	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	21	4952	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	23	1101	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2008	23	1102	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2008	24	5025	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0046 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	24	5026	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	24	5027	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2008	24	7340	ADITIVA	40 . 41	19 . 572 . 0129 . 1999	600.000,00	INVESTIMENTOS
2008	26	6190	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	26	6268	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	120.000,00	INVESTIMENTOS
2008	26	6270	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	26	6276	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	26	6277	ADITIVA	32 . 61	08 . 243 . 0112 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	26	6278	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	26	6677	ADITIVA	32 . 61	08 . 243 . 0112 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	31	4132	ADITIVA	17 . 31	27 . 122 . 0046 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	31	4133	ADITIVA	17 . 31	27 . 122 . 0002 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	31	4134	ADITIVA	17 . 31	27 . 122 . 0045 . 1999	250.000,00	INVESTIMENTOS
2008	31	4135	ADITIVA	17 . 31	27 . 122 . 0045 . 1999	250.000,00	INVESTIMENTOS
2008	34	3171	ADITIVA	26 . 11	06 . 302 . 0091 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS

2008	34	3172	ADITIVA	32 . 61	08 . 244 . 0110 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	34	3173	ADITIVA	32 . 61	08 . 241 . 0109 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	34	3174	ADITIVA	26 . 11	06 . 302 . 0091 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	34	3175	ADITIVA	32 . 61	08 . 244 . 0110 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	34	3176	ADITIVA	32 . 61	08 . 244 . 0110 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	34	7056	ADITIVA	24 . 43	18 . 543 . 0080 . 1999	700.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	3159	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	3162	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	3163	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	4035	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	4056	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	7057	ADITIVA	17 . 01	23 . 695 . 0047 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	7058	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	7059	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	7060	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	7061	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	7062	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	24.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	7063	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	7064	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	7065	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	18.000,00	INVESTIMENTOS
2008	36	7066	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	38	6536	ADITIVA	40 . 44	12 . 363 . 0121 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2008	38	6698	ADITIVA	07 . 01	15 . 482 . 0011 . 1999	450.000,00	INVESTIMENTOS
2008	40	7038	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	125.000,00	INVESTIMENTOS
2008	40	7039	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	125.000,00	INVESTIMENTOS
2008	40	7041	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	230.000,00	INVESTIMENTOS
2008	40	7042	ADITIVA	24 . 01	18 . 541 . 0076 . 1999	65.000,00	INVESTIMENTOS
2008	40	7043	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2008	40	7044	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	125.000,00	INVESTIMENTOS
2008	40	7045	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	125.000,00	INVESTIMENTOS
2008	43	3329	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	440.000,00	INVESTIMENTOS
2008	43	3330	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	90.000,00	INVESTIMENTOS
2008	43	3331	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	90.000,00	INVESTIMENTOS
2008	43	3407	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	90.000,00	INVESTIMENTOS
2008	43	3408	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	46	5629	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0015 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	46	5630	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0015 . 1999	170.000,00	INVESTIMENTOS
2008	46	5632	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0016 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	46	5633	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0016 . 1999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2008	46	5637	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0096 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	46	5638	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0096 . 1999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2008	46	5639	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7072	ADITIVA	26 . 11	06 . 302 . 0091 . 1999	45.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7073	ADITIVA	32 . 01	08 . 242 . 0109 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7074	ADITIVA	15 . 01	13 . 392 . 0043 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7076	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	45.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7077	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7078	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7079	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7080	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7081	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	180.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7082	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7083	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7084	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7085	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7086	ADITIVA	13 . 53	20 . 606 . 0037 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS

2008	49	7087	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	49	7346	ADITIVA	31 . 01	26 . 122 . 0100 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	56	4913	ADITIVA	07 . 01	17 . 512 . 0020 . 2999	250.000,00	INVESTIMENTOS
2008	56	4915	ADITIVA	07 . 01	17 . 512 . 0020 . 2999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	56	4926	ADITIVA	07 . 01	15 . 482 . 0011 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	57	5512	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	57	6129	ADITIVA	13 . 01	20 . 606 . 0038 . 1999	250.000,00	INVESTIMENTOS
2008	57	6131	ADITIVA	13 . 01	20 . 606 . 0038 . 1999	130.000,00	INVESTIMENTOS
2008	59	6107	ADITIVA	29 . 63	06 . 182 . 0098 . 2999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	59	6109	ADITIVA	26 . 11	06 . 302 . 0091 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2008	59	6110	ADITIVA	26 . 11	06 . 302 . 0091 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2008	59	6113	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	65.800,00	INVESTIMENTOS
2008	59	7427	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	34.200,00	INVESTIMENTOS
2008	62	4355	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0096 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	62	4356	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0096 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	62	4357	ADITIVA	07 . 01	15 . 482 . 0011 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	62	4358	ADITIVA	18 . 01	12 . 362 . 0048 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	62	4359	ADITIVA	18 . 01	12 . 362 . 0048 . 1999	120.000,00	INVESTIMENTOS
2008	62	4360	ADITIVA	26 . 04	06 . 181 . 0092 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	62	4361	ADITIVA	24 . 01	18 . 367 . 0085 . 1999	180.000,00	INVESTIMENTOS
2008	62	4362	ADITIVA	24 . 01	18 . 541 . 0076 . 1999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2008	62	4363	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2008	64	5256	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2008	64	5257	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2008	64	5261	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2008	64	5264	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0046 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	64	5274	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2008	64	5275	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2008	64	5276	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0046 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2008	64	5278	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	64	5279	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	64	5280	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2008	64	5285	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2008	64	5286	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0046 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	64	5287	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	64	5289	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	65	964	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	65	965	ADITIVA	30 . 01	11 . 331 . 0099 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	65	3116	ADITIVA	24 . 43	18 . 544 . 0080 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	65	3117	ADITIVA	13 . 01	20 . 606 . 0038 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	65	3121	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	65	3122	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	65	4501	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	65	5533	ADITIVA	37 . 02	04 . 122 . 0000 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	65	5535	ADITIVA	32 . 01	14 . 422 . 0117 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	65	5536	ADITIVA	32 . 01	14 . 422 . 0117 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	68	81	ADITIVA	32 . 01	14 . 422 . 0116 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	68	82	ADITIVA	26 . 01	06 . 181 . 0091 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	68	83	ADITIVA	07 . 71	17 . 512 . 0020 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	68	84	ADITIVA	07 . 71	17 . 512 . 0019 . 1999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2008	68	85	ADITIVA	07 . 71	17 . 512 . 0020 . 1999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2008	68	6473	ADITIVA	07 . 71	17 . 512 . 0020 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	68	6477	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0046 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	68	6478	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0046 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	68	6479	ADITIVA	26 . 11	06 . 181 . 0091 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	68	6485	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS

2008	68	6489	ADITIVA	18 . 01	12 . 363 . 0050 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	68	6492	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	800.000,00	INVESTIMENTOS
2008	68	6494	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2008	68	6500	ADITIVA	24 . 43	18 . 543 . 0079 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	69	4155	ADITIVA	07 . 71	17 . 122 . 0002 . 1999	800.000,00	INVESTIMENTOS
2008	69	4156	ADITIVA	07 . 71	17 . 122 . 0002 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	69	4157	ADITIVA	07 . 71	17 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	73	755	ADITIVA	24 . 01	18 . 541 . 0076 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	73	4896	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0016 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2008	73	7357	ADITIVA	24 . 01	18 . 543 . 0077 . 1999	4.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	73	7358	ADITIVA	24 . 01	18 . 543 . 0077 . 1999	7.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	73	7359	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0015 . 1999	600.000,00	INVESTIMENTOS
2008	73	7360	MODIFICATIVA	24 . 43	18 . 541 . 0080 . 1539	6.400.000,00	INVESTIMENTOS
2008	73	7361	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0015 . 1999	6.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	78	5692	ADITIVA	29 . 61	10 . 301 . 0093 . 1999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	79	6446	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	79	6447	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	79	6448	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	80	6134	ADITIVA	40 . 41	19 . 126 . 0131 . 1999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2008	80	6135	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	80	6137	ADITIVA	32 . 61	08 . 244 . 0110 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	80	6138	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	250.000,00	INVESTIMENTOS
2008	80	6140	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	81	6547	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	187.000,00	INVESTIMENTOS
2008	81	6554	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	187.000,00	INVESTIMENTOS
2008	81	6555	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	187.000,00	INVESTIMENTOS
2008	81	6556	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	187.000,00	INVESTIMENTOS
2008	86	1103	ADITIVA	13 . 53	20 . 606 . 0037 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	86	1104	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	86	1105	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	86	6441	ADITIVA	29 . 02	06 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	86	6442	ADITIVA	29 . 02	06 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	86	6501	ADITIVA	37 . 02	28 . 845 . 0000 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	92	5100	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 2999	550.000,00	INVESTIMENTOS
2008	92	5101	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	92	5102	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	92	5103	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 2999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	92	5194	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 2999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	92	7333	ADITIVA	32 . 61	08 . 244 . 0109 . 2999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	92	7337	ADITIVA	07 . 71	17 . 512 . 0021 . 2999	16.052.000,00	INVESTIMENTOS
2008	97	6252	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	97	6253	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	97	6255	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	97	6257	ADITIVA	15 . 43	13 . 392 . 0043 . 1999	120.000,00	INVESTIMENTOS
2008	97	6261	ADITIVA	15 . 41	13 . 392 . 0043 . 1999	120.000,00	INVESTIMENTOS
2008	97	6262	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	97	6265	ADITIVA	07 . 01	17 . 512 . 0011 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	97	6266	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2008	97	6269	ADITIVA	29 . 61	10 . 128 . 0096 . 1999	120.000,00	INVESTIMENTOS
2008	100	4566	ADITIVA	07 . 01	17 . 512 . 0020 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2008	100	4567	ADITIVA	31 . 71	26 . 782 . 0108 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	100	4568	ADITIVA	31 . 71	26 . 782 . 0108 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	102	6219	ADITIVA	07 . 01	15 . 482 . 0011 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	102	6220	ADITIVA	07 . 01	15 . 482 . 0011 . 1999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2008	102	6272	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2008	102	6273	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	25.000,00	INVESTIMENTOS

2008	104	5215	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	104	7053	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	2.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	107	5	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0016 . 1999	3.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	107	7	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0016 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2008	107	14	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	107	15	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	107	16	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	107	6557	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0016 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2008	107	7048	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0016 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2008	107	7328	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	107	7329	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	107	7330	ADITIVA	40 . 43	12 . 364 . 0122 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	111	714	ADITIVA	19 . 71	16 . 482 . 0051 . 1999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	117	5478	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2008	117	5479	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	117	5480	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	117	5481	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	117	5482	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	117	5483	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	117	5484	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2008	117	5485	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	117	5486	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2008	117	5487	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	117	5497	ADITIVA	07 . 71	17 . 512 . 0022 . 1999	5.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	119	763	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	600.000,00	INVESTIMENTOS
2008	120	4887	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	120	4899	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2008	121	1059	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2008	121	1060	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2008	121	1061	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	121	1062	ADITIVA	18 . 01	12 . 306 . 0050 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	121	1065	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2008	121	1068	ADITIVA	07 . 71	17 . 512 . 0020 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	122	4436	ADITIVA	07 . 71	17 . 512 . 0019 . 1999	65.000,00	INVESTIMENTOS
2008	122	4437	ADITIVA	07 . 71	17 . 512 . 0019 . 1999	140.000,00	INVESTIMENTOS
2008	122	4451	MODIFICATIVA	07 . 71	17 . 512 . 0019 . 1610	3.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	122	4452	MODIFICATIVA	07 . 71	17 . 512 . 0019 . 1610	2.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	122	4453	ADITIVA	32 . 01	14 . 422 . 0115 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	123	687	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0010 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	123	688	ADITIVA	07 . 01	17 . 512 . 0011 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	123	691	ADITIVA	17 . 31	27 . 811 . 0046 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	127	6788	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	127	6790	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	127	6791	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	127	6793	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	127	6794	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	127	6795	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2008	127	6796	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	127	6797	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	127	6798	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	140.000,00	INVESTIMENTOS
2008	127	6894	ADITIVA	32 . 61	08 . 243 . 0112 . 2999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	127	6947	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	128	739	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	128	740	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	800.000,00	INVESTIMENTOS
2008	129	6735	ADITIVA	15 . 01	13 . 392 . 0044 . 1999	185.000,00	INVESTIMENTOS
2008	129	6736	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	17.000,00	INVESTIMENTOS

2008	129	6737	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	129	6738	ADITIVA	18 . 01	12 . 366 . 0050 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2008	129	6740	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	40.000,00	INVESTIMENTOS
2008	129	6744	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	129	6748	ADITIVA	29 . 63	06 . 182 . 0098 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	129	6749	ADITIVA	32 . 61	08 . 244 . 0114 . 1999	28.000,00	INVESTIMENTOS
2008	129	6752	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	129	6762	ADITIVA	26 . 04	06 . 181 . 0091 . 1999	25.000,00	INVESTIMENTOS
2008	129	6763	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	35.000,00	INVESTIMENTOS
2008	129	6767	ADITIVA	32 . 01	14 . 422 . 0119 . 2999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	129	6768	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	129	6769	ADITIVA	40 . 44	12 . 363 . 0121 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	130	4730	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 2999	1.000.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	2776	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	2777	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	2778	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	2779	ADITIVA	31 . 73	26 . 122 . 0002 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	2782	ADITIVA	40 . 44	12 . 363 . 0121 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	2783	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0016 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	5661	ADITIVA	07 . 71	17 . 512 . 0020 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	5665	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	5669	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	5670	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	5671	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	5674	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0016 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	5675	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	5676	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	5693	ADITIVA	07 . 01	15 . 122 . 0002 . 1999	30.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	5703	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	5705	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2008	135	5706	ADITIVA	17 . 31	27 . 812 . 0045 . 1999	10.000,00	INVESTIMENTOS
2008	137	4414	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2008	137	4415	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	500.000,00	INVESTIMENTOS
2008	139	4774	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	60.000,00	INVESTIMENTOS
2008	139	4780	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2008	139	4786	ADITIVA	17 . 01	27 . 811 . 0045 . 1999	105.000,00	INVESTIMENTOS
2008	139	4787	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	51.000,00	INVESTIMENTOS
2008	142	429	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2008	143	6096	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0096 . 1999	120.000,00	INVESTIMENTOS
2008	143	6097	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	143	6098	ADITIVA	07 . 01	15 . 451 . 0011 . 1999	650.000,00	INVESTIMENTOS
2008	143	6099	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0096 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2008	144	3156	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	144	3160	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	160.000,00	INVESTIMENTOS
2008	144	3164	ADITIVA	40 . 43	12 . 364 . 0122 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	144	4794	ADITIVA	07 . 41	26 . 782 . 0016 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	144	5123	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	70.000,00	INVESTIMENTOS
2008	152	660	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	152	661	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2008	152	662	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	152	663	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	300.000,00	INVESTIMENTOS
2008	152	664	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	160.000,00	INVESTIMENTOS
2008	152	665	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	152	666	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	152	667	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	152	668	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS

2008	152	669	ADITIVA	40 . 32	19 . 126 . 0133 . 1999	20.000,00	INVESTIMENTOS
2008	152	672	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	80.000,00	INVESTIMENTOS
2008	153	6670	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	153	6672	ADITIVA	15 . 01	13 . 392 . 0043 . 2999	400.000,00	INVESTIMENTOS
2008	153	6676	ADITIVA	29 . 61	10 . 302 . 0093 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	153	6679	ADITIVA	07 . 41	26 . 451 . 0017 . 1999	150.000,00	INVESTIMENTOS
2008	154	212	ADITIVA	40 . 01	19 . 571 . 0120 . 1999	1.200.000,00	INVESTIMENTOS
2008	155	6200	ADITIVA	29 . 63	06 . 182 . 0098 . 1999	100.000,00	INVESTIMENTOS
2008	155	6201	ADITIVA	26 . 11	06 . 181 . 0091 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	155	6202	ADITIVA	26 . 04	06 . 181 . 0091 . 1999	50.000,00	INVESTIMENTOS
2008	155	6207	ADITIVA	11 . 61	03 . 061 . 0029 . 2999	75.000,00	INVESTIMENTOS
2008	155	6208	ADITIVA	11 . 61	03 . 061 . 0029 . 2999	75.000,00	INVESTIMENTOS
2008	155	6213	ADITIVA	18 . 01	12 . 122 . 0050 . 1999	200.000,00	INVESTIMENTOS